



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 36, TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 35ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 3 DE ABRIL DE 2017

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 100 anos de instalação da IBM no Brasil.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Wellington Fagundes)	8
1.2.3 – Oradores	
Sr. Marcelo Porto, Presidente da IBM	11
Sr. Alessandro Pereira de Albuquerque, Diretor do Prodasen	14
Srª Magali Cardoso Caruso, funcionária da IBM	16
1.2.4 – Exibição de vídeo institucional em comemoração ao centenário da IBM	16
1.3 – ENCERRAMENTO	17
2 – ATA DA 36ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE ABRIL DE 2017	
2.1 – ABERTURA	19
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	19
2.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia – Destaque à importância do debate para aprimoramento do projeto de lei que define crimes de abuso de autoridade; e outro assunto.	19
Senador Acir Gurgacz – Alerta sobre a necessidade de restauração da BR-364; e outros assuntos.	22



Senador Alvaro Dias, como Líder – Registro da participação de S. Ex ^a no evento “A crise Política no País e seus Reflexos na Segurança Pública”, promovido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, em Cascavel-PR, em 31 de março do corrente.	25
Senadora Ângela Portela – Celebração do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo; e outro assunto.	27
Senadora Vanessa Grazziotin – Críticas às reformas encaminhadas pelo Governo ao Congresso Nacional.	29
Senador Dário Berger – Defesa da aprovação de projeto de lei de autoria de S. Ex ^a que cria a Política Nacional de Defesa Agropecuária.	37
Senador Reguffe – Defesa da isenção de impostos sobre medicamentos ante o recente aumento autorizado pelo Governo Federal.	41
Senador José Medeiros – Comentários sobre reportagem publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> que sinalizaria o sucateamento de direitos sociais no período em que o Governo Federal foi comandado pelo PT.	44
Senador Valdir Raupp – Expectativa com a promoção de melhorias em rodovias federais do Estado de Rondônia; e outro assunto.	49
2.3 – ENCERRAMENTO	52

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 36^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Eduardo Amorim da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 102/2017).	54
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Ricardo Ferraço da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 103/2017).	55
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de desligamento do Senador Pedro Chaves das Comissões de Meio Ambiente; Mista de Consolidação da Legislação Federal; e Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 37/2017).	56

3.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 17/2017 (nº 86/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sr ^a ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.	58
Nº 99/2017, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e convertido na Lei nº 13.427/2017.	86
Nº 100/2017, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e convertido na Lei nº 13.428/2017.	87
Nº 102/2017, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e convertido na Lei nº 13.430/2017.	88



3.1.3 – Parecer

Nº 4/2017-CRE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49/2015. 90

3.1.4 – Requerimento

Nº 205/2017, da Senadora Ana Amélia, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Victor Hugo Filho. 101

3.1.5 – Término de prazo

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 497/2013; 292 e 583/2015. 105

PARTE III**4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO**

4.1 – RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADE LEGISLATIVA DE MARÇO DE 2017 (SUPLEMENTO "A")

4.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO "B")

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 106

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 109

7 – LIDERANÇAS 110

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 113

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 121

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 122

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 171

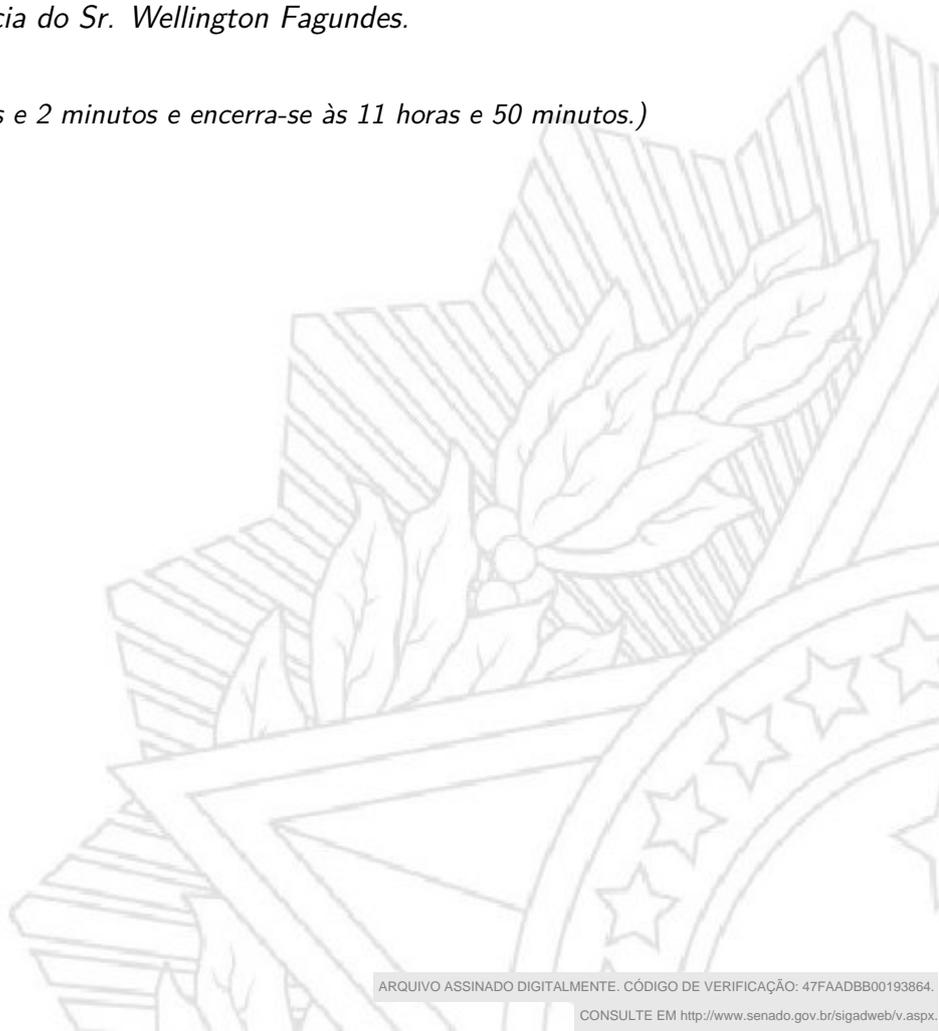


35ª Sessão, Especial,
em 3 de Abril de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Wellington Fagundes.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 2 minutos e encerra-se às 11 horas e 50 minutos.)



ATA



O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 100 anos de instalação da IBM no Brasil, nos termos do Requerimento nº 924, de 2016, da Comissão Senado do Futuro.

Esta Presidência gostaria de convidar o Sr. Marcelo Porto, Presidente da IBM do Brasil. (*Palmas.*)

Queremos também convidar o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), Sr. Alessandro Pereira de Albuquerque. (*Palmas.*)

Queremos convidar também o Sr. Thieres, o nosso companheiro do Bloco, para estar aqui conosco na Mesa. (*Palmas.*)

Gostaríamos também de convidar a Sr^a Magali, representando os funcionários da IBM. (*Palmas.*)

Os competentes funcionários da IBM. Segundo o Presidente, ela é unanimidade. (*Risos.*)

Gostaríamos de convidar a todos, para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Iniciando, gostaríamos de saudar todos que aqui se fazem presentes em nome dessa grande empresa, a IBM, do seu Presidente Marcelo Porto, reverenciando, então, a Magali, como a funcionária unanimidade da empresa – hoje a colaboradora, que é mais moderno, não é, Presidente? – e também o Alessandro Pereira de Albuquerque, representando nosso Prodasen, que presta um grande trabalho aqui à nossa estrutura parlamentar. Quero também cumprimentar o meu companheiro Thieres, Senador da República, de cujo Bloco eu tenho a honra de ser Líder, o nosso Bloco Moderador. Ele representa, no nosso Bloco, o PTB.

Esta sessão especial atende ao Requerimento nº 924, de 2016, de minha autoria ainda quando Presidente da Comissão Senado do Futuro, e destina-se a comemorar os 100 anos da IBM no Brasil, essa empresa que para todos nós dispensa apresentações, porque, sem dúvida nenhuma, é uma das empresas mais conhecidas e reconhecidas do Brasil. Como todos sabem, portanto, trata-se de uma das líderes mundiais em tecnologia da informação.

Permitam-me ler uma manchete recente sobre a homenageada de hoje: "IBM cria o menor ímã do mundo – e ele tem um mísero átomo". A reportagem foi publicada no *site* da revista *Superinteressante* e relata uma das últimas explorações da IBM na vanguarda da tecnologia, tal qual descrito em artigo na prestigiada revista científica *Nature*. Nesse trabalho, os cientistas identificaram, no elemento químico hólmio, um componente capaz de reter informações magnéticas de maneira legível em apenas um átomo.

A descoberta mostra que é possível reduzir drasticamente o tamanho das unidades de armazenamento de dados, já hoje em dia tão diminutas se comparadas aos cartões perfurados do passado – inovação em que a IBM também esteve entre as pioneiras no seu tempo.

Senhoras e senhores, a notícia que eu citei ilustra muito bem o nível técnico a que chegou a IBM. Administração competente, muita pesquisa, muito desenvolvimento e, acima de tudo, muito



trabalho em todos os patamares da organização, da base até o topo, tudo convergindo para colocar a empresa na fronteira do conhecimento humano.

A IBM tem sido uma empresa presente em todos os aspectos, e, por este evento, somos reconhecedores de sua importância para o Brasil. Não apenas com o desenvolvimento de sua tecnologia de ponta, mas também no compromisso social.

Cito aqui o apoio dado pela empresa ao Prof. Eduardo Simões em seu projeto voluntário sobre robótica e inclusão social. A iniciativa consiste em elaborar robôs com sucata para transmitir e demonstrar, de maneira prática e instigante, conceitos científicos a jovens da cidade de São Carlos, no interior paulista. Com o auxílio da IBM, o Prof. Simões pretende ampliar o projeto para alcançar mais mentes interessadas País afora.

A IBM é uma gigante, sim, mas uma gigante com um pé na excelência e o outro no desenvolvimento.

E nós aqui, no Brasil, temos, Sr. Presidente, o privilégio de tê-la entre os brasileiros há cem anos, neste 2017. Temos a sorte, portanto, de um século!

Nós fomos o primeiro País para onde a IBM se expandiu após sua fundação nos Estados Unidos. Aqui vivemos as três eras tecnológicas em que a companhia divide sua história.

Na era da tabulação, em que a tecnologia predominante da empresa era a de contar – medir tempo, pesos, registrar e processar valores –, deu-se a vinda da IBM, então CTR, para o Brasil, em 1917.

Sua primeira tarefa em Território nacional foi a de auxiliar nos censos econômicos da Diretoria de Estatística Comercial, órgão que se tornou o atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o sucesso da empreitada, a representação brasileira da empresa foi contratada para prestar serviços para outras entidades, como o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Brasileiro do Café e o Banco do Brasil.

A partir dos anos 1930, acompanhando a industrialização brasileira, a IBM abriu sucursais em Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Niterói e uma fábrica no Rio de Janeiro, no bairro de Benfica.

Nessa época, desenvolveu-se ainda um dos produtos mais célebres da história da IBM, a máquina de escrever. Combinada com a tecnologia da tabulação, a máquina de escrever ensejou uma nova era técnica na IBM: a era da programação.

E foi durante a era da programação, ainda, que se criou o computador pessoal, o IBM PC, lançado no Brasil em 1984 – uma verdadeira revolução no processamento de dados, fundamental para que chegássemos ao ponto em que estamos hoje.

Senhoras e senhores, as transformações das últimas décadas foram acentuadas. Em 1994, a Universidade de Campinas inaugurou o Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho (Cenapad), por meio de um convênio entre a Unicamp, a Finep – empresa pública que financia estudos e projetos – e lá estava também a IBM do Brasil. E assim prosseguiu. Nos anos 2000, a IBM continuou realizando seus investimentos em território nacional com a criação, em 2008, do Centro de Tecnologia e Serviços Globais, na unidade de Hortolândia; com a fundação, em 2009, do IBM Solutions Center, em São Paulo; e com a inauguração, em 2010, do IBM Research Brasil, o nono laboratório de pesquisas da IBM no mundo.



Atualmente, os especialistas da IBM consideram que estamos na era cognitiva, esta que se caracteriza pela inteligência artificial, em que os sistemas processam grandes volumes de dados e entendem a linguagem natural das pessoas, buscando, ao máximo possível, aproximar-se da inteligência dos seres humanos. Nessa nova era, as parcerias no Brasil se multiplicaram; por exemplo: em 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou um centro de operações que usa tecnologia da IBM para relacionar dados captados por diversos órgãos do Município e extrair conclusões em tempo real, inclusive sobre segurança pública. Em 2012, a Prefeitura de Porto Alegre, por sua vez, celebrou um acordo com vistas a melhorar a gestão dos ativos e dos serviços públicos da cidade, como esgotos, parques e sistemas de iluminação pública. Em 2016, um laboratório especializado da Universidade Federal de Minas Gerais firmou com o Centro de Pesquisa IBM um convênio de cooperação para estudos de nanociência e também de nanotecnologia no Brasil. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) fechou com a IBM, também, um acordo de cooperação na área de computação cognitiva, para projetos em universidades e institutos de pesquisa. E os programas de cidadania corporativa – como aquele que resultou na parceria com o Prof. Eduardo Simões, que eu mencionei agora, no início – continuam transformando a vida das pessoas, no País e mundo afora.

Para concluir, quero dizer que a tecnologia da informação que a IBM domina é empregada hoje em dia em praticamente todas as atividades humanas. Vejam o privilégio que temos: ter uma das líderes mundiais nesse setor e que é parceira histórica do Brasil; está disposta a trabalhar com as nossas universidades em favor do desenvolvimento do País. Ou seja, isso já tem sido demonstrado ao longo de sua presença aqui no Brasil.

Em tempos de economia globalizada, em que há uma liberdade para as empresas investirem em qualquer parte do mundo, receber os investimentos de uma gigante mundial como a IBM e permanecer por um século sediando esses investimentos e vendo-os se ampliarem – e, mais importante ainda, recebendo um retorno social sério e profícuo – são os principais motivos para esta homenagem do Senado da República. Dessa maneira, arrisco-me a dizer que, mesmo de origem norte-americana, a IBM é um patrimônio nacional que pretendemos conservar.

Parabéns à IBM, um século no Brasil! Que venham outros cem anos dessa parceria profícuo! Quero desejar à empresa, com todos os seus colaboradores, que continue nesse trabalho que não só ajuda o desenvolvimento do Brasil na tecnologia, mas, sem dúvida nenhuma, na inteligência brasileira, na geração de emprego de qualidade e, principalmente, no trabalho social que a empresa presta no Brasil.

Eu quero aqui dizer que ano passado estive como Presidente da Comissão Senado do Futuro. Este ano, deverei ser o Vice-Presidente dessa comissão. Essa comissão, quero aqui dizer, não tem a pretensão de discutir o futuro do Senado. Ela foi trazida ao Brasil pelo saudoso Senador Luiz Henrique e o Senador Cristovam Buarque, um exemplo do Chile, uma das comissões mais importantes daquele país. E a função dessa comissão é exatamente discutir as futuras gerações, as futuras gerações do mundo e, claro, em especial, do nosso País.

Nós tivemos, no final do ano passado, o primeiro Congresso do Futuro no Brasil, que foi um sucesso. No final deste ano, em dezembro, teremos esse congresso, que, claro, é um aperfeiçoamento, um aprendizado cada vez mais. E, já aqui de público, convidamos a IBM, através da Confederação Nacional da Indústria, que também nos apoiou bastante, para que esteja aqui, através de palestras,



principalmente para oportunizar às nossas crianças e aos jovens o interesse pela tecnologia, que, sem dúvida nenhuma, cada dia mais avança para bem da população mundial.

Então, parabéns à IBM do Brasil. Que venham mais cem anos!

Muito obrigado.

Felicidade a vocês! (*Palmas.*)

Nós vamos aqui agora conceder a palavra ao nosso Presidente, que poderá usar da tribuna ou falar aqui também.

Se alguém da plateia quiser fazer uso da palavra, pode se inscrever. Depois, teremos o nosso Senador Thieres Pinto e o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), Sr. Alessandro Pereira de Albuquerque, que são os inscritos. E depois – não sei – a Dr^a Magali vai se manifestar.

Com a palavra o Presidente da IBM do Brasil, Sr. Marcelo Porto.

O SR. MARCELO PORTO – Sr. Presidente, antes de mais nada, muito obrigado pela síntese da história desses cem anos. Devo confessar que, escutando o senhor, tenho, talvez, a dimensão do que, de fato, foram esses cem anos. E também acho que eu não seria tão feliz nessa síntese. Eu acho que o senhor explorou pontos que foram fundamentais durante toda a nossa jornada aqui neste País. Eu tenho certeza de que a gente está também escrevendo capítulos para mais cem anos pela frente. Acho que o senhor refletiu muito bem o que é o DNA dessa companhia e por que estamos há tantos anos, há praticamente um século aqui no País.

Sr. Presidente, autoridades, clientes, amigos ibeemistas – como nós nos intitulamos –, senhoras e senhores, muito bom dia. Impossível eu negar a minha emoção por estar aqui hoje, representando a IBM Brasil, nesta sessão especial, convocada em função do requerimento do Senador Wellington Fagundes, a quem agradeço muito pela atenção e deferência, considerando-a muito mais do que uma sessão especial: uma sessão única, histórica e que celebra o empenho, a criatividade, o compromisso e a força de milhares de brasileiros – brasileiros esses que, ao longo do último século, passaram pela IBM ou seguem conosco, absolutamente dedicados a contribuir com o crescimento e com o desenvolvimento do nosso País.

Importante registrar a alegria e o privilégio que tenho de representar nesta sessão a empresa que me acolheu há mais de 30 anos e que hoje tenho a honra e o prazer de liderar. Se com 30 anos de casa o que não me faltam são referências sobre como a IBM contribuiu com os principais marcos da transformação do Brasil, com cem anos essa empresa pode se orgulhar por ter sido protagonista da história que permeia o avanço da ciência no nosso País. E nesse sentido cabe aqui uma homenagem um pouco mais enfática ao nosso anfitrião e padrinho desta sessão. Senador Wellington Fagundes, na condição de Presidente da Comissão Senado do Futuro, como acaba de mencionar, V. Ex^a não apenas reitera o seu compromisso com o amanhã, mas, ao longo da sua gestão em comissão, vem impulsionando uma série de debates e medidas que certamente colocarão o Brasil em posição de ainda maior destaque no cenário global. Quando o assunto é inovação, transformação da gestão pública e fortalecimento da democracia representativa no mundo digital, o senhor e outros membros dessa comissão são voz ativa e não fogem à responsabilidade de legislar, pensando também nas futuras gerações de brasileiros e brasileiras.

Sr. Presidente, a trajetória da IBM no Brasil ao longo de cem anos já foi muito bem lembrada pelo senhor e por aqueles que me antecederam. Portanto, evitarei ser repetitivo, mas não sem antes



mencionar a homenagem e homenagear a pessoa que conseguiu a proeza de, em 1917, trazer a representação da IBM para o Brasil; e mais: como mencionado, a primeira filial da IBM fora dos Estados Unidos. Estou falando do santista Valentim Fernandes Bouças, um vendedor de máquinas registradoras que vivia modestamente, tinha duas filhas, e carregava consigo a ambição de se tornar um grande empresário. Incentivado por um amigo, vendeu todos os móveis da sua casa, deixou sua família com os sogros e partiu para os Estados Unidos sozinho, em busca da oportunidade de trazer para cá uma empresa que o ajudasse a realizar o seu sonho. Apesar de todas as dificuldades logísticas e linguísticas da época, esse brasileiro bateu à porta do fundador da IBM, Thomas Watson, e o convenceu, em um inglês macarrônico, de que existiam oportunidades reais para o seu negócio no Brasil. Sem a determinação e o espírito empreendedor de Valentim Bouças, certamente nós não estaríamos aqui celebrando este momento; e é na sua figura e memória que homenageio todos os brasileiros que ajudaram a construir a IBM ao longo desse século.

Sr. Presidente, a IBM investiu e segue investindo milhares de reais todos os anos porque acredita no Brasil, em suas instituições e no povo brasileiro. Nós nos comprometemos a formar e aprimorar constantemente nossa mão de obra. Desenvolvemos tecnologia; exportamos bilhões de dólares em serviços, especialmente do centro de Hortolândia; apoiamos empreendedorismo, cidadania e inovação. Se formos pensar nas maiores invenções e inovações dos últimos cem anos, muitas delas saíram dos nossos laboratórios ao redor do mundo – inclusive dos do Brasil, onde, há sete anos, temos gerado centenas de patentes e contribuições científicas para todo o nosso ecossistema global.

Sr. Presidente, autoridades, clientes, amigos ibeemistas, senhoras e senhores, um dos maiores orgulhos que tenho por trabalhar na IBM é a certeza de que a nossa evolução só faz fortalecer as nossas crenças, valores, níveis de integridade, de respeito e de inclusão. Fomos uma das primeiras empresas do mundo a contratar funcionários com deficiência; a contratar, promover e garantir as mesmas condições salariais a homens e mulheres com a mesma função. Em 1934, contratamos as primeiras funcionárias do sexo feminino; em 1943, já contávamos com uma mulher ocupando uma vice-presidência da empresa. Hoje, a Presidente da IBM Global e também Presidente do nosso conselho é uma mulher. Entre os vice-presidentes da IBM Brasil, várias são mulheres. Em 1940, contratamos o Dr. Michael Supra para desenvolver produtos mais acessíveis aos deficientes visuais; o Dr. Supra era cego. Em 1943, contratamos o nosso primeiro vendedor negro; em 1984, viemos a público para declarar nossa intolerância com a discriminação de funcionários com base em sua orientação sexual. E neste ano a IBM Brasil foi pioneira na abolição do seu código de vestimenta. Nós acreditamos que, ao estimular um ambiente mais leve e descontraído no trabalho, teremos funcionários ainda mais motivados, produtivos e felizes.

Sr. Presidente, nosso passado é valioso, porque dele tiramos aprendizados e experiências para pavimentar o presente, mas ainda mais importante é olhar para o futuro com a certeza de que ele não está garantido por um passado de glórias. Nesse sentido, o clichê de que o mundo mudou não poderia ser mais apropriado para descrever as transformações pelas quais a IBM passou ao longo dessa jornada. E, com elas, em 2015 surge uma nova IBM, uma empresa que procura liderar tendências e mercados em uma nova era da computação, a era dos negócios e governos competitivos, como o senhor acaba de mencionar, uma era na qual o maior recurso natural para o desenvolvimento da sociedade não é mais o petróleo, a agricultura ou a água: são os dados; dados esses que, analisados em grande quantidade e inseridos em sistemas cognitivos, apoiam o processo de interação



com o ser humano, por meio da compreensão de linguagem natural, raciocínio e aprendizagem. Com isso, contribuem para solucionar os maiores desafios da humanidade.

Convido-os para, inclusive, a partir do dia 5, visitarem a Pinacoteca de São Paulo, onde verão uma plataforma cognitiva, explicando detalhes sobre obras de artes que estão disponíveis no museu.

Se estivesse vivo, Roberto Campos, um dos maiores defensores da modernização das instituições, também completaria 100 anos em 2017. E, ao homenageá-lo, gostaria de lembrar uma das suas célebres frases: "Mais importante que as riquezas naturais são as riquezas artificiais da educação e tecnologia".

Com o Watson, plataforma de inteligência artificial da IBM, é possível...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO PORTO – ... ampliar o conhecimento humano em áreas como saúde, educação, finanças, varejo, agricultura, meio ambiente, mobilidade urbana e até gestão pública.

Todo esse conhecimento ajudará a humanidade a ainda ir mais longe, conquistando objetivos que pareciam impossíveis de serem alcançados até pouco tempo atrás.

Nesse cenário, todos, governos, empresas, sociedade civil, temos de estar preparados para lidar com as mudanças tecnológicas, mesmo que, muitas vezes, não saibamos por onde começar.

E o papel dos reguladores, nesse mundo de transformação – permita-me, Sr. Presidente –, é o de estender os benefícios da tecnologia para ainda mais empresas, governos e indivíduos. É o de criar o ambiente para que haja confiança nas tecnologias, garantindo a privacidade, o livre fluxo de dados, a segurança e incentivando ainda mais a participação popular em um debate tão vital para o futuro de nosso País.

Muitas vezes, pessoas, empresas e governos se tornam desatualizados e mantêm a sua postura no mundo, porque acham que são grandes demais para falhar ou orgulhosos demais para mudar.

Sr. Presidente, algo de que tenho certeza e que a IBM do Brasil aprendeu ao longo da sua história e que gostaria de deixar como mensagem final é que, se chegamos a este jubileu, foi porque tivemos e temos tido coragem de mudar, coragem de nos transformar, de quebrar o nosso compromisso com o passado, pois o que nos trouxe até aqui não garante o nosso futuro.

Obrigado, mais uma vez, a todos e a todas que fizeram parte da nossa história até aqui. E que sigamos juntos olhando para frente e trabalhando para garantir que as próximas gerações voltem a esta Casa para celebrar os 150 e até os 200 anos da IBM Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de chamar o nosso Diretor do Prodasen, queremos também dizer que Roberto Campos nasceu em Mato Grosso. Eu sou natural de Mato Grosso, e ele nasceu em uma cidadezinha muito pequena, próxima a Cuiabá, a cidade de Santo Antônio do Leverger.

Agora, no dia 17 de abril, estaremos fazendo aqui também uma sessão em homenagem aos cem anos de Roberto Campos. Todos vocês que estão aqui presentes são convidados. O Presidente, pelo que percebi, é um fã de Roberto Campos. Com certeza, os internautas, enfim, aqueles que nos assistem pela televisão, pelo rádio poderão fazê-lo também através dos meios de comunicação da Casa.



Então, quero convidar agora o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), o Sr. Alessandro Pereira de Albuquerque, que poderá usar da palavra daqui ou da tribuna.

O SR. ALESSANDRO PEREIRA DE ALBUQUERQUE – Obrigado, Sr. Presidente, a quem eu tenho o meu grande agradecimento por este convite, Senador Wellington Fagundes. Saúdo o Presidente da IBM, Sr. Marcelo Porto. Saúdo o Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital, Sr. Frederico Meinberg Ceroy. Saúdo o Presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de TI, Sr. Jeovani Salomão. Saúdo o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de TI e Comunicação (Brasscom), Sr. Sergio Paulo Gallindo. Saúdo as senhoras funcionárias funcionários da IBM e saúdo, ainda, os colegas do Senado Federal, especialmente aqueles lotados no Prodasen.

A Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen), criada em 1972 como Centro de Informática e Processamento de Dados, completa 45 anos com a mesma missão de prover ao Senado Federal e ao Congresso Nacional a tecnologia da informação como meio de transformar digitalmente seus processos de trabalho.

Naquele momento, a IBM criava o seu atual logotipo e a indústria da computação estava restrita aos modelos de processamento centralizados de grande porte, os *mainframes*. A transformação do mundo por meio da computação pessoal ainda não havia começado. Tudo era desafiador. As interfaces homem-máquina eram acessíveis apenas àqueles que possuíam conhecimento técnico específico.

Com a criação do Prodasen, um grupo de técnicos pioneiros, apesar das limitações tecnológicas existentes, dedicou-se a desenvolver soluções inovadoras que colocassem o Senado Federal como referência no uso racional da tecnologia. Foram desenvolvidos sistemas inéditos de armazenamento e pesquisa da legislação brasileira, sistemas de acompanhamento dos trabalhos legislativos, sistemas de apoio às atividades parlamentares, soluções inovadoras de editoração de textos e sistemas de apoio às rotinas administrativas do Senado Federal. Ali estavam técnicos que tinham conhecimento do moderníssimo *hardware* disponível, o sistema IBM 370/158, e do *software* STAIRS, cujo uso aplicado fornecia funções operacionais que permitiam a organização e a recuperação eletrônica da informação.

O *mainframe* foi selecionado como a plataforma tecnológica para suportar tudo isso, por meio de um contrato com a subsidiária brasileira da IBM, com filial em Brasília desde 1963. A primeira máquina instalada foi um monumental processador IBM 155 com inimaginável capacidade de processamento de 0,7 milhões de instruções por segundo, 0,5MB de memória, 0,3GB de armazenamento em disco e 18 inovadores terminais de vídeo. Nos dias atuais, esta capacidade é facilmente superada por um simples brinquedo eletrônico.

Tais limitações corroboram a competência dos nossos pioneiros na implementação de soluções automatizadas para o Parlamento brasileiro. A evolução tecnológica e a disseminação do uso da TI nos diversos setores do Senado Federal provocaram uma necessidade crescente de atualização do nosso parque computacional. Novas tecnologias foram incorporadas, como, por exemplo, a de impressão a *laser*: o Prodasen adquiriu a primeira impressora na América Latina, IBM 3800.

A partir de 1977, tem início um processo de atualização da planta *mainframe* IBM instalada. Até a chegada, em 1992, ao IBM 9021, o Prodasen saiu do IBM 370, passando pelos modelos 3158, 3083 e 3084. Nesse período, a capacidade máxima de armazenamento de dados chegou a 512MB de



memória e a 88GB de espaço em disco. Atualmente, o *data center* do Senado Federal conta com milhares de gigabytes de armazenamento total.

No final dos anos 80, com o advento da computação pessoal, o modelo de processamento centralizado começou a ceder espaço a um novo modelo de processamento distribuído. O Prodasen não fechou seus olhos para essa nova realidade e, em 1992, foi novamente pioneiro na implantação de uma grande rede local de microcomputadores tipo PC (*personal computer*). Essa nova realidade tinha como premissa o convívio sinérgico das plataformas tecnológicas *mainframe* e PC.

O surgimento da internet, cujo uso, na Casa, iniciou-se antes mesmo de sua disponibilidade comercial, permitiu uma grande popularização do uso de computadores pessoais e o desenvolvimento de uma gama de novas soluções. Paralelamente, as opções de processamento centralizado se expandiram. O Prodasen foi paulatinamente investindo nessa nova realidade. Novos equipamentos, programas básicos e sistemas foram disponibilizados. Aos poucos, os serviços processados no *mainframe* migraram para outra plataforma. Os usuários começaram a pensar e agir de forma diferente, contando, cada vez mais, com recursos de TI para melhor executar suas tarefas.

Finalmente, por determinação da 1ª Secretaria, foi instituída, em 3 de julho de 2003, uma comissão técnica especial, cujo objetivo foi levantar, propor e implementar uma solução que possibilitasse descontinuar a plataforma *mainframe*. Os trabalhos dessa comissão seguiram uma metodologia que consistia na realização de um levantamento minucioso de todos os aplicativos, programas, sistemas, equipamentos e contratos e na análise de alternativas de migração. Com mais de 230 reuniões formais realizadas e cerca de 180 sistemas tratados, vários processos de aquisição foram deflagrados visando à implementação das respectivas alternativas de migração, cujos investimentos, com a desativação do *mainframe*, implicariam uma economia anual em contratos de *hardware* e *software* superior ao valor investido. Equipes inteiras de desenvolvimento de sistemas e de infraestrutura tecnológica foram mobilizadas na migração. Destacam-se aqui o comprometimento, a dedicação, a competência e o profissionalismo de todos os envolvidos.

Após um longo e árduo trabalho, o *mainframe* finalmente seria desativado naquela segunda-feira do dia 30 de maio de 2005. Para nós do Prodasen, isso não representou apenas uma simples desativação de uma plataforma de *hardware* e *software*. Implicitamente, em cada linha de programa de computador, em cada parâmetro ajustado, em cada dado armazenado, estão escritas histórias pessoais daqueles que por lá passaram e se dedicaram, momentos históricos da nossa Nação, como as comissões parlamentares de inquérito, o processo de elaboração da nossa Carta Magna e muitos outros fatos políticos relevantes para a construção da nossa democracia. No entanto, não se encerrou, naqueles 33 anos, de 1972 a 2005, a presença da IBM na TI desta Casa. Suas modernas soluções de cópias de segurança, computadores servidores, virtualização e computação pessoal ainda apoiam nossas atividades.

Assim como a IBM entende o papel da TI no mundo moderno, o Prodasen entende seu papel no Parlamento. Hoje vemos a IBM, que inventou o cartão perfurado, o caixa eletrônico, o disquete, o disco rígido, o código de barras e o banco de dados relacional, explorar comercialmente a era cognitiva com sua solução Watson de inteligência artificial, além de armazenar um bit num átomo. No domínio de sua atuação, presenciamos o Prodasen reinventar-se ao modernizar o Legislativo com soluções recentes, tais como: LexML, Sigen, Vetos, e Plenário, Escriba, LexOr, SAC, Comiss, SVE,



Legis, LexEdit, GeGab e Painel Cidadão. Isso mostra que, do processamento de dados à inteligência artificial, do *mainframe* à nuvem, ambos seguem inovando e buscando o pioneirismo.

Esse texto é de um colega, Pedro Enéas Mascarenhas, editado por mim, ambos do Prodasen.

Parabéns à IBM Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mais uma vez, aqui registro a nossa sessão solene do dia 17 de abril, em homenagem a Roberto Campos, fazendo uma correção: Roberto Campos nasceu também numa cidade vizinha a Cuiabá, que é Nossa Senhora do Livramento; em Santo Antônio do Leverger, nasceu o Marechal Cândido Rondon. Portanto, também são orgulho para todos nós as duas pequenas cidades, ali muito próximas de Cuiabá, com pessoas tão competentes e referência em todo o mundo.

Eu gostaria de convidar, então, a nossa colaboradora da IBM, a Magali Cardoso Caruso, que, de forma improvisada, vai aqui falar, com toda a sua emoção, por ser a unanimidade entre todos os colaboradores.

A SR^a MAGALI CARDOSO CARUSO – O fato de eu estar compondo esta Mesa é mostrar que esta empresa é diferente e inovadora. Ela prestigia os funcionários, independentemente – como bem falou o nosso Presidente – de raça, de religião. Então, eu represento todos vocês – os nossos funcionários que colaboraram.

E, para mim, é uma emoção muito grande, porque eu participei já da cerimônia de 60 anos da empresa, 70, 80, 90 e estou tendo esse privilégio de estar aqui nos cem anos. (*Risos.*)

E aí vocês ficam me perguntando: "Poxa, esse tempo todo?". Esse tempo todo, mas eu me inovei, como todos os nossos funcionários se inovaram também. Eu comecei, na IBM, com máquina de escrever. Havia até Telex, coisa que muita gente nem sabe do que se trata.

Mas, com tudo isso, eu fui permanecendo na empresa – e muitos colegas nossos também, que foram acompanhando essa inovação, essa mudança na carreira –, fomos reinventando também.

Eu, na função de Secretária Executiva, era diferente na época. Hoje, totalmente... Todo o recurso... E estamos inovando, ou seja, nós estamos atendendo, remotamente, executivos: não na mesma cidade, até em países diferentes.

Então, isso mostra como a tecnologia ajuda em todas as carreiras – inclusive na minha também, que é de Secretária Executiva.

Para mim, é uma honra estar aqui representando todos os funcionários. E dou parabéns a esta empresa, que nos acolheu e continua aí brilhando no mercado.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Percebe-se, Presidente, pelas palmas, que é unanimidade. (*Risos.*)

Então, eu quero agora comunicar a todos que nós vamos, antes de encerrar, exibir um vídeo institucional do centenário da IBM. E que todos possam assistir a ele. Vamos aguardar que a área técnica coloque o filme.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento; ao



Senador Thieres Pinto; também ao Dr. Marcelo Porto, mais uma vez, aqui, representando toda a Diretoria da IBM Brasil; ao Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), Sr. Alessandro Pereira de Albuquerque, com todos aqueles colaboradores também do Prodasen que aqui estão; a toda a minha equipe do gabinete, bem como da Liderança do Bloco Moderador.

Quero também aqui cumprimentar a Magali Cardoso Caruso, representando todos os colaboradores, que falou muito bem. Parabéns!

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

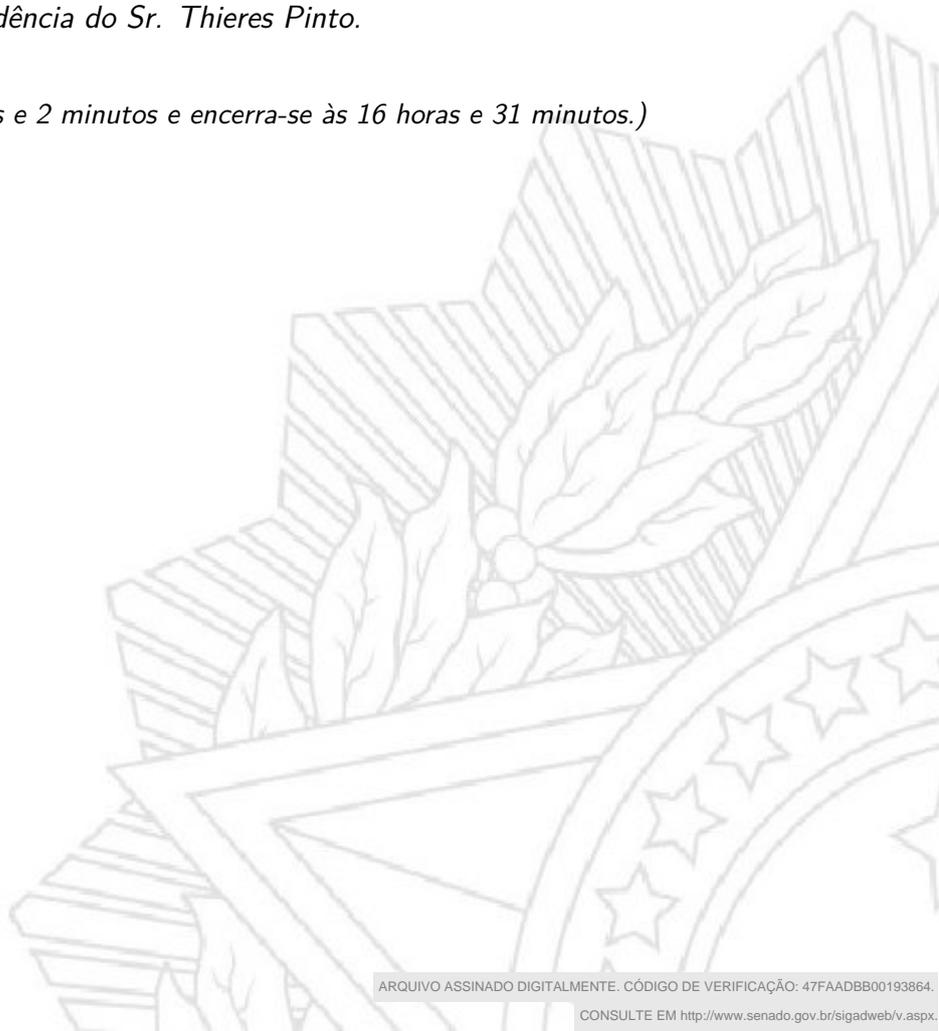


36ª Sessão, Não Deliberativa,
em 3 de Abril de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Thieres Pinto.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 16 horas e 31 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide PARTE II do sumário**)

Havendo Senadores para fazerem uso da palavra, passo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP, do Rio Grande do Sul. V. Ex^a dispõe de 20 minutos. V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Thieres Pinto, caros Colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, daqui a pouco, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa faz a primeira das audiências públicas requeridas, para debater o relatório do Senador Roberto Requião, que trata de um projeto de iniciativa do Senador Renan Calheiros, tratando da Lei de Abuso de Autoridade. Esta é uma matéria extremamente sensível neste momento da vida nacional, conflagrada que está por uma das mais agudas crises provocadas pelo que aconteceu com os resultados e desdobramentos da Operação Lava Jato, que demonstra claramente uma relação de grande promiscuidade entre o setor público e o setor privado, em particular, Parlamentares, partidos políticos, no bojo de uma legislação antiquada, relacionada à contribuição ou à doação para campanhas eleitorais. Além dessas, outras relações que não seguem o rito da ética, da moralidade também contaminam todo o debate que estamos hoje travando no âmbito institucional e no âmbito político. Por isso a relevância dessa audiência pública, que hoje traz representantes do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da República, da Defensoria Pública, e amanhã vai repetir a dose, também com representação da OAB e de outras instituições.

É claro que temos que tratar dessa questão não como uma ameaça às instituições. Seria um desserviço e será, se esta Casa acolher propostas que venham radicalizar o trato dessa questão de abuso de autoridade, podendo representar aí não apenas um risco à própria Lava Jato, mas especialmente uma fragilização das instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Não podemos criminalizar magistrados por interpretação que dão à lei, a famosa hermenêutica. Seria o mesmo que discutir aqui a nossa imunidade parlamentar quando usamos da palavra, e em relação a ela temos a inviolabilidade. Nós podemos, temos essa imunidade, que é podermos dizer, aqui na democracia, tudo o que queremos, tudo o que podemos, e podem ser as coisas mais graves, mas essa imunidade é a que temos que preservar, como a imunidade da hermenêutica, no caso da magistratura ou da própria procuradoria.

Então, temos que tratar desse assunto com a serenidade, com a responsabilidade e com o equilíbrio que o assunto exige, para não sermos vistos pela sociedade lá fora, que já foi às ruas para reclamar e bradar contra a corrupção, que sejamos nós aqui aliados de uma iniciativa que eventualmente possa – possa – representar um risco de fragilização das nossas instituições. É preciso também que as instituições tragam aqui contribuições relevantes para esse processo. Não vamos fugir do debate, nem da discussão; mas não podemos aceitar qualquer tentativa, talvez, de intimidação a essas instituições.



Dito isso, eu quero apenas justificar que, saindo daqui do plenário, irei a essa audiência pública, que está por começar na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, da qual eu faço parte.

Vários Senadores estão envolvidos nessa causa, e aqui faço referência ao Senador Randolfe Rodrigues, ao Senador Alvaro Dias, ao Senador Ricardo Ferraço, ao Senador Lasier Martins, ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Ataídes Oliveira, a vários Senadores que estão nessa causa, Senador Moka, Senadora Simone Tebet. Estão trabalhando com o mesmo senso de responsabilidade. Posso ter omitido alguns colegas Senadores, mas é uma matéria que nós temos que continuar dando a ela... Senador Ronaldo Caiado, que tiveram atuação destacada na CCJ, especialmente Caiado, Randolfe e o Senador Alvaro Dias, da mesma forma nesse processo, e o Senador Ricardo Ferraço.

Já que estamos falando nessas questões relacionadas à crise que vivemos, na questão dessas propostas, fiquei extremamente confortada, caros colegas Senadores, quando tomei conhecimento, neste final de semana, que na minha capital, Porto Alegre, um fato inédito e extraordinário acontecerá no dia 11 de abril, às 19h30 – 11 de abril, na próxima semana, às 19h30. E que episódio inédito é esse? Simples e tão somente uma grande celebração, uma celebração que trata, antes de tudo, de respeito, de tolerância e de liberdade. Trata também de solidariedade religiosa, social e institucional.

O que vai acontecer no dia 11, às 19h30, na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, a capital do nosso Estado? A Catedral Metropolitana, católica, vai abrir suas portas para que a comunidade judaica, através da Sinagoga Sibra (Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência), leve ao conhecimento dos católicos cristãos a celebração do pesar, que é a Páscoa dos judeus. E, nessa noite, na Catedral Metropolitana, os cânticos serão em aramaico, a língua que antecedeu o hebraico; em hebraico, cantos do ritual da Páscoa judaica. Também nessa noite, será servido um jantar da Páscoa que os judeus celebram.

Qual é o objetivo dessa cerimônia que une judeus, católicos cristãos, católicos, porque é a Catedral Metropolitana de Porto Alegre? Fazer aquilo que Papas já fizeram, como João Paulo II, Bento XVI e agora o Papa Francisco, que visitaram a Sinagoga em Roma, visitaram, inclusive, Auschwitz, local de um dos mais célebres horrores da História contemporânea, o Holocausto. E aquilo que vai acontecer no dia 11, no salão nobre da Catedral Metropolitana, é uma proposta inédita, porque não há nenhum registro de ter acontecido algo igual no Brasil ou no mundo, uma comunidade judaica se deslocar até uma catedral, que abre suas portas e acolhe para celebrar a Páscoa dos judeus.

Essa ideia surgiu de uma conversa com o Bispo Auxiliar de Porto Alegre, Dom Leomar Brustolin, quando judeus e católicos estavam tratando de criar o calendário das comunidades para discutir ações conjuntas com palestras e momentos de estudo. Cada um conhecendo o outro saberá entender melhor, derrubando barreiras, inclusive preconceitos. Surgiu, portanto, a ideia de fazer o jantar da Páscoa judaica na Catedral, para que os católicos pudessem conhecer essa celebração. Começaram a conversar para juntar as duas comunidades e fazer esse jantar.

Havia, sem dúvida, um receio: como as comunidades aceitariam essa ousada proposta desse entendimento e dessa respeitosa relação religiosa também cultural?

Pois, para a surpresa do Bispo auxiliar de Porto Alegre e também do rabino que está liderando este processo pelo lado da Sinagoga, Guershon Kwasniewski, a resposta foi a mais positiva que eles poderiam ter imaginado. E o evento, que deveria reunir 200 pessoas no máximo, já tem pedidos para



300 pessoas. Ou seja, é realmente um fato inédito. E pode-se dizer que a resposta animou os líderes desse movimento, que ali estarão reunidos exatamente para isso.

[...] a possibilidade de sentar entorno de uma mesa é um exemplo de civilidade [disse o Rabino Guershon]. Será a celebração da Páscoa judaica. Queremos que nossos irmãos cristãos possam entender e compartilhar conosco o Pessach. Nós estamos transferindo para dentro da catedral o que o judeu faz em sua casa. Será uma noite pedagógica. Nossos irmãos [prosegue ele] irão aprender um novo ritual. O fato de conhecer também possibilita derrubar barreiras. Às vezes criticamos e temos preconceito porque não entendemos o que se faz. Temos costumes, cânticos, livros e alimentos próprios que serão todos levados para dentro da catedral [lembrou o Rabino]. Estaremos celebrando a liberdade. É disso que se trata [eu acrescentaria: a tolerância, o respeito e uma convivência fraterna entre religiões]. O Pessach é a festa em que celebramos a saída do Egito, e isso aconteceu há mais de 3.300 anos [lembrou o Rabino Guershon]. Estamos falando de liberdade, um valor que o judeu aprendeu no deserto e que ainda hoje a sociedade moderna tem como valor fundamental para qualquer sociedade. Vamos celebrar a liberdade com respeito e com valores.

O próprio Bispo auxiliar Dom Leomar lembrou que Dom Jaime Spengler, que é o Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, é um entusiasta dessas relações. E Dom Leomar, o nosso Bispo auxiliar, lembrou que, em Buenos Aires, o Cardeal Jorge Mario Bergoglio – quem não se lembra do Papa Francisco? – tinha uma proximidade muito grande com os judeus. Ele lembrou também que o Papa Bento XVI visitou a Sinagoga de Roma em 2010 e depois foi a Auschwitz, deixando uma mensagem que até hoje é muito polêmica. Ele fala do silêncio de Deus diante do sofrimento:

Como um teólogo alemão, eu recorro que, quando termina a Segunda Guerra, os teólogos alemães cristãos e protestantes se questionavam: "Como falar de Deus aos olhos que viram Hiroshima, Nagasaki e Auschwitz diante de tamanha crueldade do silêncio de Deus e do silêncio do ser humano em ouvir a voz do Criador?" E os mesmos teólogos diziam: "Como não falar de Deus para uma sociedade que está nesse estado?"

Então eu queria festejar, como Senadora do Rio Grande do Sul, a iniciativa liderada pelo Arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. Jaime Spengler, também pelo Bispo auxiliar D. Leomar Brustolin, e também, especialmente, pelo Rabino Guershon Kwasniewski, da Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, por essa integração, que é, sobretudo, uma demonstração de tolerância, de liberdade e de respeito.

Tive a oportunidade de, a convite da Conib (Confederação Israelita do Brasil), visitar Israel e também conhecer, por essas entidades que são de interesse privado – não são estatais –, Ramala, que é a sede da administração da Autoridade Palestina. Lá pudemos compartilhar estes valores: valores de liberdade, de democracia, de tolerância e de grande respeito.

Então, eu, como gaúcha, Senador Thieres, fico extremamente feliz de ver essa celebração na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, uma celebração da Páscoa. Talvez seja exatamente esse exercício de liderança, esse exercício de tolerância, esse exercício de respeito – eu diria de respeito à liberdade de crença de cada um –, mas também conhecer mais essa tradição, conhecer mais esses valores dessas religiões e nada mais do que conhecer a tradição de um rito que é a Páscoa dos judeus,



para entender um pouco mais. Quanto mais nós conhecemos, mais temos informação e mais temos capacidade de compreender essas diferenças, que são pequenas, porque, no fundo, todos querem a mesma coisa: a paz, a boa vontade, os homens de boa vontade, como pregou Cristo. É exatamente nesse sentido.

Para quem esteve em Jerusalém, berço das religiões do islamismo, do judaísmo e do cristianismo, como eu e outros colegas Senadores tivemos esse privilégio, dá para avaliar bem o significado dessa cerimônia que vai ser realizada na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, no dia 11, às 19h30, que é a celebração do Pessach, que é a Páscoa dos judeus, junto, unindo com os católicos.

Então, eu fico muito feliz de fazer este registro aqui nessa tarde, porque começamos uma semana também desafiadora e que vai exigir de cada um Senador e de cada uma Senadora também um senso de respeito, de responsabilidade e de equilíbrio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra agora ao Senador Acir Gurgacz, do PDT, de Rondônia. O senhor tem a palavra, Senador, por 20 minutos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, prometo que não ocuparei os 20 minutos para fazer o registro de que, na última quinta-feira, estivemos em Porto Velho, na posse da nova diretoria do SINDSEF, de cuja presidência saiu Daniel Pereira, atual Vice-Governador, e assumiu o Dr. Abson Praxedes, do Município de Jaru, juntamente com o Vice-Presidente Mário Jorge, do PDT, parceiro nosso, grande professor, atuante dentro do sindicato, principalmente do SINDSEF, que defende os servidores federais do Estado de Rondônia.

Então, meus cumprimentos ao Presidente Abson Praxedes.

Meus cumprimentos também ao Vice-Presidente, Mário Jorge. Contem com o nosso apoio, nós continuaremos trabalhando aqui, da mesma forma em que quando o Daniel Pereira era Presidente e hoje ele continua atuando como Vice-Governador, mas dando total apoio ao SINDSEF.

Outro registro, Sr. Presidente, é sobre a nossa querida BR-364. No sábado, nós fomos, aliás, na sexta-feira, nós fomos até Pimenta Bueno. Na volta, fomos a Alta Floresta e encontramos a BR-364 completamente danificada. Um serviço que foi feito no ano retrasado que foi refeito no passado, entre Pimenta Bueno e Riozinho está praticamente intransitável. É uma situação delicada.

Nós já denunciávamos por várias vezes, fizemos diligência enquanto a empresa estava refazendo aquele trecho. Nós apontamos, naquela época, que o serviço que estava sendo feito era um serviço malfeito e que não aguentaria uma chuva. E não aguentou: uma chuva, a estrada entre Pimenta Bueno, Riozinho e Cacoal, e entre Cacoal e Presidente Médici está completamente esburacada. Foram gastos ali milhões de reais e o problema continua: cheio de buracos, e a chuva ainda não terminou.

Ontem, nós saímos de Ji-Paraná, fomos a Porto Velho e, da mesma forma, entre Ji-Paraná e Ouro Preto, e entre Ouro Preto e Jaru está um desastre: não dá para andar. É um problema



seriíssimo: um buraco atrás do outro, e buracos no acostamento, esperando espaço para entrar na BR.

Da mesma forma, um trabalho que foi feito no ano passado, entre Ariquemes e Porto Velho. O trevo de Ariquemes está quase ou praticamente intransitável. Daqui a pouco, vai interditar o trânsito na BR-364 – por um serviço que foi feito no ano passado, que está completamente esburacado. No Município, na cidade de Itapuã do Oeste, onde foi duplicado, existem trechos em que temos que sair da BR, entrar na cidade, para poder passar.

Então, eu espero que o DNIT tome providência, pois é a nossa BR que está com problema. É a única BR do Estado de Rondônia, é a nossa espinha dorsal, é a nossa única BR para dar o escoamento à nossa produção, e também os rondonienses podem sair do Estado somente através da BR-364.

Hoje, de manhã, eu já estive no DNIT, mas infelizmente não encontrei nenhum diretor lá, para conversarmos sobre a recuperação e a restauração da BR-364. E é nesse sentido que nós marcamos um debate, uma audiência pública da Comissão de Infraestrutura, para o dia 28 de abril, na cidade de Porto Velho. Nós convidamos a ANTT, o DNIT, a EPL para debatermos a concessão da BR-364 com a sua duplicação. Tivemos a parceria do nosso Presidente, Eduardo Braga, da Comissão de Infraestrutura, que nos apoiou incondicionalmente.

Vamos realizar, então, esta audiência pública no Palácio do Governo em Porto Velho, junto com o Governador, Confúcio Moura, junto com o Vice-Governador, Daniel Pereira, e junto com o Deputado Airton, para discutir o modelo de concessão e como vai ser feita não somente a restauração emergencialmente, mas também a duplicação da BR-364, assim como o Contorno Norte de Porto Velho, para que os caminhões não precisem atravessar o centro da cidade para embarcar o seu transporte nas balsas que vão a Itacoatiara e lá, em Itacoatiara, façam um transbordo para grandes navios e sigam viagem.

Então, será importante, e já convido aqui a população para assistir a essa audiência pública, que vai ser transmitida ao vivo pela TV Senado e também pela Rádio Senado, para que possamos discutir este tema: BR-364, a sua restauração emergencial, a sua duplicação e de que forma está pensando a EPL, a ANTT e o DNIT com relação à sua concessão, e para que possamos ver essa novela se encerrar e termos uma 364, de fato, dando condições para a nossa população que ali trafega – não só a população, mas também a produção do Estado de Rondônia e a produção do Estado do Mato Grosso que passa por Porto Velho, que passa por Rondônia.

Nós teremos neste ano a dragagem do Rio Madeira, que se iniciará logo após o término das chuvas, o que já deve ser neste mês de abril. A partir do fim da dragagem, a tendência é dobrar a quantidade de produtos transportados na hidrovia do Madeira. Automaticamente, esse produto vai ser transportado também pela BR-364. Portanto, é importante a restauração imediata e emergencial da BR-364, assim como a sua duplicação.

Outro tema que trago, também, nesta tarde, Sr. Presidente, é o Brasil que nós estamos vivendo hoje: essa verdadeira cruzada contra a corrupção. E isso não pode parar. Esse combate à corrupção tem que continuar, tem que avançar e tem que ser mais firme. Nosso trabalho aqui, no Congresso Nacional, é aperfeiçoar a legislação e os mecanismos de combate à corrupção. A aprovação da PEC do fim do foro privilegiado que está tramitando aqui, no Senado Federal, será um grande golpe na impunidade e uma demonstração de que este Parlamento quer mesmo combater a corrupção.



A PEC 10, de 2013, apresentada pelo Senador Alvaro Dias e que também contou com a minha assinatura e com a assinatura de mais 30 Senadores, é a que tem prioridade de tramitação. Porém, destaco que também apresentei uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 18, tratando do fim do foro privilegiado. Nessa PEC proponho a extensão do fim do foro privilegiado para todos os agentes públicos, eleitos ou não, que cometerem crime contra a Administração Pública, sejam eles políticos, ministros, diretores de estatais ou autarquias, promotores, procuradores, desembargadores, juízes ou militares, ou seja, para todos.

Portanto, esperamos que... Assim como assinei o requerimento com o pedido de urgência para a votação da PEC 10, também já encaminhei ofício à Mesa Diretora. E solicito ao Relator da matéria, Senador Randolfé Rodrigues, que a PEC de minha autoria, a PEC 18, seja apensada ou incorporada à PEC nº 10, de autoria do Senador Alvaro Dias. Ou seja, para que elas transitem juntas, pois se completam. Assim, teremos uma lei mais completa, em que todos os níveis de cargos da Administração Pública ficarão sem foro privilegiado.

Precisamos aprovar essa PEC sem meio-termo. Devemos discutir amplamente cada uma das emendas apresentadas, mas não podemos criar subterfúgios para manter nenhum privilégio.

Nesse sentido, também precisamos aprovar todos os projetos de lei que tratam de combate à corrupção. Só assim vamos combater a corrupção com todas as forças.

É isso o que precisa ser feito, para que o Brasil supere esse momento de crise política e econômica, a fim de que possamos reduzir a corrupção e punir corruptos e corruptores. Isso porque a corrupção, Sr. Presidente, rouba a escola dos nossos filhos, a moradia das nossas famílias; rouba melhores hospitais e melhores serviços para a população; rouba o presente e o futuro do nosso País. Mais uma vez, solicito à Mesa Diretora, ao Colégio de Líderes e aos nobres Senadores que avancemos nessa agenda.

Eu, particularmente, vou continuar cumprindo com a minha responsabilidade, para com a Nação brasileira, de blindar a gestão pública contra a corrupção e de eliminar as chances de atuação dos corruptos, pois a corrupção afeta a todos, e o Brasil inteiro tem que tomar para si a responsabilidade de participar dessa luta, pois enquanto houver um cidadão que se cale, na espreita de obter alguma vantagem, existirá o vírus da corrupção.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PV do Paraná, que falará como Líder, por cinco minutos.

V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas de pedir licença também ao Senador Alvaro Dias – estamos indo para a CCJ –, para apresentar um voto de pesar à família de Victor Hugo Fialho,



empresário que amava sua terra natal, Santana do Livramento, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, na madrugada de hoje.

À família, à esposa e aos filhos, os nossos votos de pesar por essa perda.

Ele presidiu a Associação Comercial e Industrial de Santa do Livramento. Foi também Presidente do Rotary da cidade de Santana do Livramento. Trata-se de uma figura que foi muito querida e muito estimada pelas pessoas, porque era uma pessoa cheia de vida, encantadora, amiga dos amigos, generosa e um empreendedor nato. Teve iniciativas pioneiras em Santana do Livramento e foi um defensor ferrenho de uma integração maior na fronteira, especialmente da instalação dos *free shops* – fui relatora aqui de um projeto do Deputado Marco Maia –, e também da binacionalização do aeroporto de Rivera, que fica do lado de Santana do Livramento, para que companhias aéreas brasileiras e uruguaias operem esse aeroporto, que é uruguaio. Agora, por conta da visita do Chanceler Rodolfo Novoa ao Chanceler brasileiro Aloysio Nunes Ferreira, esse tema foi suscitado.

Então, em memória a Victor Hugo Fialho, o nosso voto de pesar, que estou encaminhando à Mesa também.

Muito obrigada, Presidente.

Obrigada, Senador Alvaro.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – V. Ex^a está com a palavra, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na última sexta-feira, eu tive a primazia de participar de um grande evento na cidade de Cascavel, no Paraná, no teatro municipal daquela cidade, com o seu enorme auditório, superlotado, para a discussão de um tema fundamental para esse momento vivido pelo País: "A Crise Política do País e seus Reflexos na Segurança Pública". Trata-se de um evento promovido pelo Poder Judiciário, liderado pela Juíza Dr^a Cláudia Spinassi, com as presenças do Desembargador Muggiati, representando o Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Paraná; do Ministro da Justiça Osmar Serraglio, Parlamentares, empresários, professores e estudantes.

E, nessa ocasião, lançou-se, na cidade de Cascavel, esse modelo prisional denominado Apac, que compatibiliza economia com eficiência, possibilitando a ressocialização dos detentos, em um percentual significativo de cerca de 90% dos apenados internados nesse sistema.

Em relação à economia de quatro salários mínimos por detento, gastos na penitenciária brasileira, nós temos um salário mínimo de gasto com um detento nesse sistema Apac, numa demonstração de que é possível, sim, economizar e, mais do que isso, oferecer um sistema convincente de reabilitação de detentos no País.

Lá em Barracão, no Paraná, a Dr^a Branca Bernardi lidera esse movimento, com um índice de recuperação da ordem de 95% dos apenados. No sistema convencional, nós temos uma recuperação que chega, no máximo, a 14%; em média, o sistema Apac proporciona a reabilitação em torno de 85% dos apenados.

Nós estamos resumindo o que é esse modelo, para destacar a importância da sua implantação. No Paraná, já são 26 Municípios; agora, mais Cascavel; no dia 6, em Palotina... Creio que a expansão desse modelo no Estado do Paraná poderá chegar, em determinado momento, a retirar, dos



presídios convencionais do Estado, cerca de 80% dos detentos, mantendo apenas os de alta periculosidade. Isso seria, sem dúvida, um avanço extraordinário, um exemplo a ser seguido.

Nós esperamos que agora o Ministro paranaense Osmar Serraglio possa destinar recursos também, para que esse sistema possa ganhar corpo e amplitude. Aliás, quando se fala em recursos, é lastimável constatar que o Governo da União realiza uma execução orçamentária pífia, em matéria de segurança pública. Mesmo para itens essenciais da Polícia Federal não há execução orçamentária.

No Fundo Penitenciário, ligado ao Ministério da Justiça, de 2007 a 2016, tivemos apenas 26% dos recursos aplicados.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Foi por essa razão, Sr. Presidente, que apresentei um projeto de lei aqui, no Senado Federal – foi aprovado aqui e está na Câmara dos Deputados –, que impõe, obriga a aplicação dos recursos provisionados para o setor de segurança pública – os recursos destinados ao setor de segurança –, a sua aplicação integral, sob pena de crime de responsabilidade a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça. Infelizmente, é necessário que uma legislação dessa natureza se imponha, para que o setor de segurança pública no País possa ter as dotações orçamentárias aplicadas, como determina o Congresso Nacional.

E nós chegamos à conclusão nesse evento, Sr. Presidente, para concluir, que, infelizmente, boa parte da elite política brasileira...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... não consegue fazer a leitura correta do que se passa na população do País, das aspirações, dos sonhos, das esperanças da nossa gente, especialmente da nossa juventude, porque os atos aqui praticados... Basta verificar o que está acontecendo no Congresso Nacional com as Dez Medidas de Combate à Corrupção, essa tentativa de retrocesso na legislação a partir de um projeto de origem popular de amplitude ímpar, ou o que está acontecendo no Senado Federal, com essa tentativa de se aprovar agora, em momento inadequado, uma nova lei de abuso de autoridade, como se nós não tivéssemos, já, uma legislação a respeito do abuso de autoridade e como se fosse essa a prioridade do povo brasileiro.

Nós estamos também aqui com o projeto de lei, a PEC 10, que...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... diz respeito ao fim do foro privilegiado, e verificamos a tentativa de minimizar os seus efeitos, com a apresentação de emendas que, certamente, fraudarão a vontade do povo brasileiro, se aprovadas.

Enfim, é preciso fazer a leitura correta do que deseja a sociedade. A impressão que fica é que boa parte da elite política do Brasil não percebe que há um vulcão sob os nossos pés, coisa que nos faz lembrar de outro país, em outro momento, época distante, 1789, quando a elite política da França tinha também um comportamento semelhante ao da elite política brasileira, e lá ocorreu aquilo que todos nós sabemos e que a história nos ensina: a Revolução Francesa.

(Interrupção do som.)



(*Soa a campanha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É preciso fazer a leitura correta do que se passa nas ruas deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra agora à Senadora Ângela Portela, do PT de Roraima.

Senadora, V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu venho, com muita alegria, informar que, no último domingo, ontem, foi comemorado, em todo o mundo, o Dia da Conscientização sobre o Autismo. E eu me sinto extremamente realizada, gratificada, porque o meu projeto já foi aprovado aqui no Senado Federal e foi aprovado, quarta-feira passada, na Câmara dos Deputados. Ele trata exatamente da proteção às nossas crianças com dificuldades intelectuais, com problemas que comprometem o seu desenvolvimento normal, e tem esse viés do cuidado com as crianças que têm autismo.

Então, Sr. Presidente, o meu projeto, aprovado aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, deve ser em breve sancionado. Ele obriga a aplicação de exame para mensurar risco ao desenvolvimento infantil.

De acordo com a minha proposta já aprovada, esse protocolo atenderá às crianças de até 18 meses pelo Sistema Único de Saúde.

Esse projeto é uma demanda dos especialistas no Transtorno do Espectro Autista, que defendem o diagnóstico precoce como forma de melhorar as chances de desenvolvimento das crianças. Também é defendido pelos especialistas em muitas outras configurações que possam afetar o futuro desenvolvimento intelectual das nossas crianças.

O meu objetivo, ao elaborar a proposta, foi promover o diagnóstico efetivo dos riscos de enfermidades que poderão afetar uma criança com o passar do tempo. Nada mais justo que implantar, dentro dos sistemas públicos de saúde, à luz do princípio da atenção integral, um instrumento voltado para auxiliar a detecção de anormalidades no desenvolvimento infantil.

O exame, tecnicamente chamado de Protocolo Clínico de Risco para o Desenvolvimento Infantil, é aplicado em consultas simples, pelo médico. Ele é composto de 31 indicadores que possibilitam acompanhar o desenvolvimento infantil de bebês de zero a 18 meses. Esses indicadores reúnem aspectos corriqueiros da vida de um bebê, como a análise de suas reações a pequenos estímulos externos, das formas de expressão de suas necessidades, da resposta ao olhar da mãe durante a amamentação e dos gestos que a criança faz.

Sr. Presidente, o Dia Mundial do Autismo é uma das formas que pais e profissionais de saúde encontraram para chamar a atenção para o Transtorno do Espectro Autista, também conhecido pela sigla TEA. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas, em 2008, e o azul foi definido como cor símbolo, já que o transtorno atinge três vezes mais os meninos do que as meninas. TEA é o termo utilizado pelos especialistas para agrupar indivíduos que apresentam distúrbios de desenvolvimento normalmente relacionados com a dificuldade na comunicação, na integração social e no comportamento.



Em certos casos, o transtorno afeta também as capacidades motora e sensorial. Por se tratar de um espectro que engloba diversos níveis de comprometimento, os números sobre a incidência do autismo na população ainda não são exatos. No entanto, em uma estimativa conservadora, há 2 milhões de autistas no Brasil. Para se ter uma ideia da abrangência do problema, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, há mais crianças dentro do espectro do que com aids, câncer e diabetes, todos juntos. O autismo representa desafios médicos e educacionais para milhares de famílias brasileiras.

É bom frisar que a intensidade dessas dificuldades varia de autista para autista. Ou seja, cada indivíduo necessita de um atendimento personalizado e especializado, para que possa desenvolver, ao máximo, suas potencialidades, incorporar-se à vida produtiva e profissional, sempre que possível, e proporcionar tranquilidade e qualidade de vida às suas famílias.

Isso tudo tem um custo que não pode ser arcado de forma isolada pelas famílias afetadas. O Estado precisa se fazer presente nessa questão. Nesse sentido, é fundamental a elaboração de legislação de proteção que ajude a afastar o preconceito e facilite a vida dos autistas e de suas famílias.

Foi o caso do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado no Congresso e que entrou em vigor no ano passado. A lei tem como objetivo central garantir a inclusão, na medida de suas possibilidades, das pessoas com deficiência. Também incluo nesse rol meu projeto, que foi aprovado já aqui, no Senado; na quarta-feira passada, foi aprovado na Câmara dos Deputados; e deverá ser sancionado em breve.

Aproveito, inclusive, para agradecer aos Deputados lá na Câmara, aos Parlamentares, em especial ao Relator, que foi o Deputado Francischini, que lutou muito para que essa proposta fosse aprovada na Câmara.

Portanto, é motivo de comemoração o fato de que o Legislador brasileiro já entende que as pessoas com deficiência, em posição de vulnerabilidade, não podem viver à margem da sociedade, e que o Poder Público e a coletividade devem contribuir para o acolhimento de todos. Esse parece ser também o sentimento do Poder Judiciário, que tem assumido posição de vanguarda na garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Em outra frente, é fundamental também que o Estado se conscientize da necessidade de prover condições de atendimento para as famílias dos autistas. É urgente a criação de centros de referência na atenção aos portadores do Transtorno do Espectro Autista. Com os mais diversos especialistas reunidos em um só local, esses centros, a exemplo do que já ocorre no Reino Unido e nos Estados Unidos, são a forma mais adequada e moderna de tratamento do autismo.

Infelizmente, os governos ainda não atentaram para essas necessidades; e as famílias já começam a se mobilizar exigindo algo que não é um favor, mas um direito: o direito constitucional à saúde integral das nossas crianças.

As causas do autismo ainda são desconhecidas, mas a pesquisa na área é cada vez mais intensa e indica para fatores genéticos. Os esforços dos pesquisadores se concentram em determinar que genes estão envolvidos no transtorno, para então trabalharem no desenvolvimento de terapias eficazes. Para isso, são necessários recursos públicos e privados para estimular a pesquisa científica. A expectativa é de que, em um futuro não muito distante, possam ser produzidos medicamentos que atuem nas conexões nervosas do indivíduo autista.



Há muito sendo feito e há muito a ser feito ainda. O caminho é árduo, é longo, mas sociedade e Poderes Públicos precisam estar conscientes e apoiar esta causa, seja com legislação adequada, seja com recursos para o atendimento especializado e para a pesquisa científica.

Portanto, com muita satisfação, informo a aprovação do meu projeto de lei que beneficia as crianças com dificuldades, com anormalidades intelectuais – e aqui cito o caso do autismo por ter sido domingo, ontem, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Sr. Presidente, quero aqui também registrar, com muita satisfação e com muita alegria, os festejos de São José – 71 anos de festejo de São José –, lá na região do nosso Surumu, do Município de Pacaraima. Houve lá o lançamento da revista comemorativa de 71 anos desses festejos, que foi uma parceria da Universidade Federal de Roraima, do Reitor, o Prof. Dr. Jefferson – que é filho da terra, que é filho da região do Surumu –, em parceria também com a Secretaria Estadual de Cultura, com a Prof^a Selma, da Secretária de Cultura de Roraima, que também é de família tradicional lá da região do Surumu. Essas famílias receberam a edição de uma revista que resgata os costumes e os valores desse povo pioneiro, dessas famílias tradicionais indígenas e dos pioneiros da região do Surumu.

Queria aqui parabenizar, em especial, os idealizadores da elaboração dessa revista, registrar a presença do Senador Telmário Mota, que lá estava também por ser de família tradicional da região do Surumu.

Então, Senador, é muito gratificante ver, na região do Surumu, na região do Município de Pacaraima, as famílias reunidas no intuito de preservar seus costumes, valores e tradições. Foi uma festa muito bonita, que envolveu a integração de famílias indígenas e de famílias brancas tradicionais.

Queria parabenizar o Prefeito e o Vice-Prefeito, o tuxaua Rodolfo, do Município de Pacaraima na região de Surumu.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Muito obrigado, Senadora Ângela Portela.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB do Amazonas. V. Ex^a tem 20 minutos, Senadora.

Na sequência, passarei a palavra ao Senador Dário Berger.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Thieres.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, nestes últimos dias, estamos recebendo, infelizmente, muitas notícias – o povo brasileiro, a Nação brasileira –, e todas elas muito ruins; muito ruins, porque dão conta da forma e dos objetivos que este Governo, que chegou ao Palácio do Planalto por uma decisão equivocada, no meu entendimento, do Parlamento, vem adotando como forma de enfrentar a crise.

Primeiro, acho que, mais uma vez – e nunca é muito falar ou deixar de repetir; é importante que assim se faça –, a crise econômica pela qual passa o País, certamente, tem em elementos internos parte da responsabilidade, mas é uma crise sistêmica do próprio capitalismo mundial; uma crise que



chegou a todos os países. Aliás, às nações emergentes a crise chegou mais tardiamente em relação, em comparação às nações mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, os países da Europa. Então, veja, não dá para dizer que o problema vivido no Brasil tenha sido – como eles insistem, insistem e insistem em alardear – culpa dos governos Dilma e Lula. E eu aqui quero repetir: não estou isentando nem o ex-Presidente Lula, nem a Presidenta Dilma de terem cometido erros. Agora, será que, se esses erros internos não tivessem sido cometidos, teria o Brasil chegado aonde chegou? Obviamente que sim, porque, repito, esse é um problema da economia internacional.

Quem não se lembra da queda abrupta do preço do valor das *commodities*? O barril de petróleo passou de aproximadamente US\$120 o barril para menos de US\$30, em torno de US\$28? Quem não se lembra disso? Quem não se lembra da queda abrupta no preço do minério de ferro?

Então, veja, o Brasil sofre um problema na economia como sofrem todas as nações do mundo.

O que diferencia este Governo, que está há quase um ano no Palácio do Planalto, em relação ao outro governo é o receituário de como enfrentar a crise e como superar esta crise. Isso é um elemento que levou, inclusive, à mudança de governo. Foi exatamente isso.

E o que nós estamos vendo vir do Palácio do Planalto? Em nenhum momento o Presidente que lá está enviou ou pediu regime de urgência para os tantos projetos, que aqui tramitam, que buscam, por exemplo, tributar as grandes fortunas. Não; nisso nem se toca – nem se toca! Nem enviou e nem pediu urgência. Em nenhum momento o Congresso Nacional recebeu um projeto que tributasse a distribuição de lucros e dividendos. O Brasil, no âmbito da OCDE, é o segundo... São dois países apenas que não cobram tributos da distribuição de lucros e dividendos. Pois bem, não foi essa a prioridade.

Não recebemos aqui nenhuma proposta capaz de enfrentar o nível insuportável de sonegação que acontece no Brasil. Segundo estudiosos, reconhecidos até pelo próprio Governo, o montante da sonegação, por exemplo, dos tributos que financiam o Sistema de Seguridade Social no Brasil é exatamente – ou quase o mesmo – o valor que se arrecada. O tanto que se arrecada se sonega; exatamente.

Também nunca recebemos nenhum projeto, Senador Dário, vindo do Governo, que mudasse essas isenções, a política de isenção e incentivo tributário, utilizando para isso recursos e os tributos que financiam, repito, também a Seguridade Social – como no caso das universidades, das escolas, das unidades de saúde filantrópicas, as tais, entre aspas, "sem fins lucrativos". A imprensa semanalmente publica matérias: são aproximadamente R\$60 bilhões que deixam de ser arrecadados – não da sonegação, a sonegação dá muito mais – apenas com esses incentivos, de recursos que o Governo deixa de arrecadar e que, se arrecadados, iriam diretamente para os cofres ou para serem aplicados no Sistema de Seguridade Social – leia-se também na previdência pública brasileira. Mas, não; não recebemos.

Qual a prioridade que o Governo deu como medidas para tirar e superar a crise econômica? Vamos lá.

Um: desengavetar um projeto que, aliás, nem deveria estar na Câmara dos Deputados, visto que o Presidente Lula, no ano de 2003, pediu para que ele fosse arquivado. Um projeto de iniciativa do Poder Executivo, encaminhado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que trata da terceirização no mundo do trabalho. Pois bem, o Presidente Lula, no ano de 2003, pediu oficialmente à Câmara dos Deputados que arquivasse o projeto. O projeto não foi arquivado, e por isso há uma



ação no Supremo Tribunal Federal, e eu espero que o Supremo Tribunal Federal resolva esse problema em favor da legitimidade, em favor do processo democrático e em favor dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Então, a prioridade foi esta: desencavar esse projeto da terceirização e aprová-lo.

E foi sancionado agora no último sábado. Não esperou nem a segunda-feira, Senador Dário. Sancionou no último sábado, temendo o quê? A rebelião instalada aqui, no Senado Federal – a rebelião das Senadoras e Senadores, inclusive do seu próprio Partido, que assinaram conjuntamente uma nota contrária à sanção desse projeto, que, longe de ajudar a resolver os problemas do Estado brasileiro, poderá fazer com que caia ainda mais a arrecadação.

Aliás, é por essa razão, por exemplo, que Espanha e Rússia estão fazendo o caminho da volta. Lá existia a terceirização ampla, geral e irrestrita – possibilidade de terceirização da mão de obra. E o governo foi vendo, ao longo do tempo, que, além de levar à precariedade nas relações de trabalho, fazia com que os recursos arrecadados pelo Estado também diminuíssem. Por uma razão muito simples: o trabalhador deixa de ser trabalhador e passa a ser uma pessoa jurídica, a tal PJ, a tal pejetização, de que tanto falam, e muita gente do povo não entende o que é. Para criar uma empresa jurídica, paga-se menos tributo do que para contratar um trabalhador.

E aí, no Brasil, onde a gente vive, nós ouvimos – e até concordamos com isto – que o trabalhador brasileiro é muito caro. Mas o trabalhador brasileiro é muito caro por quê? Por que ele ganha muito? Por que ele tem muitos direitos e muitos benefícios? Não; porque a carga tributária sobre o trabalho é elevada.

Nós recebemos – um trabalhador, uma trabalhadora brasileira – um pouco mais de 20% do que recebe um trabalhador alemão; 50% do que recebe um trabalhador argentino. É isso o que nós recebemos. Então, se é caro o trabalhador para o Estado, não é pelo que recebe, mas pelo tributo que o próprio Estado impõe.

Esta deveria ser a prioridade: a reforma tributária; e não aprovar a lei da terceirização, permitindo que todos – absolutamente todos e todas – sejam terceirizados. Uma universidade não precisa mais contratar professores; ela pode contratar uma empresa terceirizada para que essa empresa forneça o professor ou a professora. Olha a prioridade nº 1 do Presidente Temer.

Aliás, prioridade nº 1 não; a prioridade nº 1 foi aprovada no ano passado. E só foi aprovada, Senador Thieres, por uma razão: porque os Parlamentares – não só Deputados Federais, mas, infelizmente, meus colegas Senadores também – acharam que não haveria muito prejuízo político na votação a favor daquela matéria, já que a população não entendia bem o que era aquilo, o que era limitar os gastos públicos. Então, no final do ano passado, aprovaram a PEC de limitação dos gastos públicos, porque o Governo gasta mais do que arrecada.

Olha, a prioridade não era aprovar a PEC da forma como foi aprovada, porque o que está sendo limitado – os gastos públicos – não é só para a saúde, não é só para a educação, não é só para o salário do servidor, mas para investimentos também – investimento em obras, investimento em infraestrutura. É para isso; foi para isso que eles aprovaram a limitação dos gastos públicos.

Agora, e os gastos com a rolagem, com o pagamento dos juros da dívida pública? Esse foi limitado também? Não; em nenhum centavo – em nenhum centavo! E a metade do Orçamento da União, de tudo aquilo que o Estado recolhe em impostos, em taxas, portanto, em tributos, vai para o



quê? Vai para pagar serviços da dívida pública brasileira. A metade; a metade de tudo é para pagar...

Mas não há limitação, como não há limitação para juros. Por quê? Porque na teoria dos economistas ortodoxos que mandam e desmandam no Governo, os juros têm de ser livres. E quando há um problema de aumentar a inflação, aumentam muito os juros. E mesmo quando a inflação está em queda, o que eles fazem? Eles derrubam um pouquinho a taxa de juros, como estão fazendo agora, querendo enganar o País dizendo que está diminuindo a taxa de juros. Não! A taxa de juros real não está diminuindo, porque a inflação cai mais rapidamente do que a taxa de juros.

Então, apesar de haver diminuição dos juros – e houve, nas últimas duas reuniões do Copom –, elas ainda foram insuficientes diante da queda da inflação. O juro real que se aplica no Brasil qual é? É o valor da taxa de juros diminuída a inflação, porque parte daquela taxa é para recompor a perda monetária; a perda monetária. Então, o Governo também está enganando a população quando faz isso, quando aprova esse absurdo dessa PEC. Aí disseram: "Primeiro, é a PEC do teto dos gastos, depois a reforma da previdência". Ora, vamos discutir a reforma da previdência.

Eu concedo aparte, mas primeiro deixa eu só, Senador Dário, iniciar, abrir aqui a questão da reforma da previdência.

Primeiro, vamos aqui recapitular: dizem que o trabalho no Brasil é muito caro, que o trabalhador brasileiro custa muito caro, e eu confirmo; é caro não pelo que recebe, o salário mínimo é de pouco mais de R\$900. O seguro-desemprego é por alguns meses apenas, e ele mesmo está pagando aquilo, porque... Então, o que é caro não é o salário e o benefício que o trabalhador recebe diretamente, o que é caro é a forma como se tributa no Brasil: em vez de se tributar riqueza, se tributa o quê? A produção. Isso é um equívoco, está errado isso. Tributa-se o trabalho. Repito: a prioridade deveria ser a reforma tributária.

E sobre a reforma da previdência: dizem que ela é necessária e que se não acontecer o Brasil vai parar. Eles plantam o terror e colhem o mal e o pânico, é isso que eles fazem. Mas não estão conseguindo, sabe por quê? Porque contra números, não há explicações. E os números são evidentes. Eles estão acabando não com os privilégios, eles estão atingindo não os que ganham mais, como disse mentirosamente – e eu falo isso com muita tranquilidade –, há poucos dias, Fernando Henrique Cardoso, quando reuniu um conselho lá no Palácio do Planalto, dizendo: "Não, só reclama contra a reforma da previdência aquele que ganha mais, o trabalhador que ganha pouco não será afetado". Ora, como não? Esse não terá o limite de 65 anos de idade? Esse, com a esposa aposentada, e o marido também, quando morre o marido a esposa não vai poder receber pensão dele, não, porque ela também ganha um salário mínimo. Não pode acumular. Mesmo que seja uma aposentadoria de um salário e uma pensão de meio salário mínimo, não pode aposentar; e mais: corta a pensão pela metade. Aí ele diz mentirosamente que não atinge os mais pobres. É exatamente a parcela da sociedade brasileira que está sendo atingida.

Aí reúnem-se os Líderes lá no Palácio do Planalto, Senador Dário, e sabe do que reclamam? Há um erro na comunicação, a reforma da previdência está tendo muita oposição por conta do erro na comunicação. Não há um erro na comunicação! Aliás, eles estão tentando comunicar demais, tanto que a Justiça a cada dia tira uma propaganda diferente do ar, tanta comunicação que eles fazem. O problema é que o conteúdo da reforma é muito ruim, o conteúdo é para atingir a parcela mais pobre da população brasileira.



Eu concedo o aparte, Senador Dário.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Senadora Vanessa, obrigado pelo aparte. Eu queria ampliar um pouquinho a discussão a respeito de dois aspectos apenas, porque V. Ex^a faz um pronunciamento bastante abrangente, que envolve bastantes temas de interesse nacional. Mas eu queria, inclusive, discutir e ampliar a discussão relativa à terceirização. Quanto ao aspecto a que V. Ex^a se referiu, a possibilidade de a terceirização ter sido tão ampla que uma universidade federal, por exemplo, vai poder terceirizar com uma empresa contratada a contratação de professores para, efetivamente, colocar na sala de aula, esse é um assunto que me causa certo espanto. Eu até queria solicitar aos nossos consultores do Senado... Porque me parece que essa não é... Veja bem: eu estou abordando esse tema pela primeira vez, mas, como fui prefeito e tenho uma certa experiência como gestor público, tenho a impressão de que esses cargos de carreira, Senadora Vanessa, estão disciplinados e estabelecidos na Constituição Federal da República, nossa Carta Magna, nossa Constituição cidadã de 1988, que estabelece o regramento para ingresso no serviço público. E diz a Carta Magna que as funções de carreira só serão preenchidas através de concurso público. Como eu tenho dúvida se essa alteração foi feita através da medida provisória, ou do projeto de lei que estabeleceu a terceirização, se não foi alterado, não há possibilidade de a terceirização alcançar esse nível que nós estamos imaginando que ela possa atingir, porque a Constituição é objetiva. Ela é concreta. Ela estabelece que o preenchimento de funções de carreira no setor público só se dará através de concurso público. Como eu não me lembro e como eu não tenho conhecimento de que esse assunto mereceu a revogação desse texto legal da Constituição, eu gostaria de ampliar essa discussão, inclusive com uma assessoria mais adequada. A outra questão está relacionada, fundamentalmente, à remuneração, ao salário das pessoas, principalmente as pessoas que ganham menos, porque os impostos, os tributos e as taxas que incidem sobre o salário chegam a praticamente 100%. Então, se o trabalhador que ganha R\$1 mil, por exemplo, o empregador paga R\$1 mil para o trabalhador e mais R\$1 mil para o Governo. Ele sai a um custo de R\$2 mil, aproximadamente. E isso é impossível de a gente imaginar nos tempos atuais. Eu acho que esse tema... Eu levantei outro dia aqui, da tribuna do Senado Federal, que nós tínhamos que encontrar outra alternativa para desonerar, vamos dizer assim, não a folha de pagamento, mas desonerar os impostos que incidem sobre o salário do trabalhador, para estabelecer uma segurança jurídica mais adequada e proporcionar um incentivo ao empregador de contratar o trabalhador, porque se ele, hoje... Vamos ser sinceros: se nós hoje temos de contratar um cidadão, um trabalhador por R\$1 mil, e vamos pagar R\$1 mil para ele e mais R\$1 mil para o Governo, seja através de impostos, seja através de contribuição e etc. e tal, é um negócio que precisa ser revisto substancialmente, essa questão. De maneira que eu quero, pelo menos nesses dois pontos...

(Soa a campainha.)

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – ... concordar inteiramente com a senhora e pedir um aprofundamento com relação a essa terceirização para ver se, efetivamente, questões como cargos de funções, ou melhor, funções de carreiras, se é permitido que sejam terceirizadas, porque eu tenho as minhas dúvidas; acredito que não seja possível.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Dário, e também, como V. Ex^a, fiz questão de registrar.



Não dá para dizer que o custo do trabalho no Brasil é muito caro, porque para quem diz isso parece que o trabalhador brasileiro ganha muito. Não, os salários pagos no Brasil são dos menores do mundo – dos menores do mundo. O que é caro é isso. Por quê? Porque equivocado está o sistema tributário brasileiro. Esse sim, não é aplicado em quase nenhum País do mundo – em quase nenhum País do mundo –, porque o tributo que se cobra é dos mais pobres, seja no âmbito do trabalho, porque é o que se cobra, seja no âmbito do consumo, porque, veja, o produtor, esse não paga tributo. Quem produz, por exemplo, quem produz vestuário, calçado, está lá, ele paga tanto de IPI, tanto... Não, isso tudo faz parte da planilha de custos e o preço é repassado para o consumidor.

Muita gente, os mais humildes, aqueles que ganham tão pouco que estão isentos do imposto de renda... Eu escuto muito isso lá no meu Estado: "Mas olha, Senadora, eu não pago imposto de renda. Eu ganho muito pouco, eu não pago". Paga sim, paga imposto. Cada vez que compra um litro de leite, uma caixa de fósforos, um sapato, 1kg de arroz, de feijão, está pagando imposto.

O País é injusto. Então, se a gente tem de mudar o País, tem de começar por aí, e não começar errado, tirando daquele que não tem o que mais dar. Exigir 49 anos de contribuição, 65 anos de idade? A média, a longevidade do povo brasileiro pode estar superior, um pouco mais do que 75 anos de idade, mas lá, no Norte e no Nordeste, são 71. Ou seja, as pessoas vão morrer antes de se aposentarem se isso passar.

Tirar o direito das mulheres, dos cinco anos, eu tenho batido nessa tecla: a mulher não tem um bônus, não. A mulher tem um mínimo de compensação e, aliás, os estudos mostram que as horas a mais que a mulher trabalha durante a sua vida laboral são exatamente os cinco anos que ela tem mais. E ela não só faz a tarefa, o trabalho doméstico, não: ela faz e desempenha os cuidados que seriam do Estado e que o Estado não garante à família brasileira. A mulher tem mais qualificação e ganha menos, Senador Reguffe. Então, tirar isso é uma injustiça.

Exigir que o trabalhador do campo se aposente só com 65 anos de idade e que contribua... Atualmente, são 15 anos de trabalho. Não, a proposta para a mudança é contribuição de 25 anos – contribuição de 25 anos –, com 65 anos de idade. Com isso, não vai existir trabalhador rural mais no Brasil, não vai. Não vai pagar. Ou seja, nós estamos diante de uma reforma da própria concepção do Estado brasileiro, de que Estado nós queremos, porque o sistema de previdência social que faz parte do sistema de seguridade social é o maior programa social do Brasil, maior.

E não venham querer dizer que há déficit porque ele paga mais do que recebe. Não! Não é só o empregador e o empregado que contribuem com a previdência, é o Estado que tem que cumprir também parte da previdência, levando-se em consideração que é um programa social, um programa que tem três eixos, três responsáveis: aquele que está trabalhando, aquele que está empregando e o Estado brasileiro. Há Estados, países no mundo, que contribuem com a previdência com o dobro do que a gente contribui.

Então, a reforma da previdência não vai passar. Se é verdade que o Presidente Temer está orientando os seus assessores, ministros a dizer para a sua Base no Congresso que ou essa reforma é aprovada ou seu Governo vai acabar, então o Governo vai acabar, porque eu tenho muita convicção de que essa reforma não será aprovada. E não há remendo. Não há remendo nela. O único remendo que haveria é o seguinte: se vamos discutir previdência, então vamos discutir primeiro o financiamento da previdência, depois a gente discute o resto.



Tenho lido articulistas inteligentes, que dominam a realidade, dizerem o seguinte: o problema é o servidor público, que se aposenta com salário integral. Não, essa reforma já foi feita lá fora. O servidor público que quiser se aposentar com mais tem de entrar num fundo complementar. Mas ele se aposenta também dentro do teto,...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... do teto do INSS.

Se a Presidência me permite, eu gostaria muito de conceder um aparte ao Senador Reguffe.

Com a tolerância, portanto, eu concedo, Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Obrigado, Senadora Vanessa. Eu considero essa reforma proposta pelo Governo péssima, absolutamente péssima. Não posso considerar que é boa uma reforma, uma proposta que exige que a pessoa tenha de trabalhar 49 anos, ou seja, tenha 49 anos de contribuição, para poder ganhar o teto do INSS, que é equivalente a R\$5,5 mil. Eu considero isso absolutamente inaceitável. Uma grande parte da população vai morrer antes de completar 49 anos de contribuição. E digo isso também com tranquilidade. Eu, no meu primeiro dia aqui, como Senador...

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... abri mão da aposentadoria de Parlamentar e fiz a opção formal por continuar contribuindo para o INSS. E eu, como a maioria, a esmagadora maioria da população brasileira, só vou ter uma aposentadoria, que é a do INSS, não tenho outra. Então, a pessoa ter que trabalhar 49 anos... E a esmagadora maioria da população brasileira vai ter de trabalhar 49 anos para ter direito ao teto do INSS, que é R\$5 mil. Não me parece que essa é uma boa proposta. Outra coisa: a primeira coisa que se tinha que fazer em termos de previdência é uma auditoria na Previdência. Eu assinei aqui o pedido de CPI, para que a gente faça uma investigação na Previdência Social brasileira. Há uma série de grandes empresas que devem uma fortuna ao INSS. Por que não se cobra isso? Por que essas empresas não pagam isso? Então, quando essas empresas não pagam, não estão lesando o Governo. Elas estão lesando o...

(Interrupção do som.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... o contribuinte. *(Fora do microfone.)*

Elas não estão lesando o Governo, estão lesando o contribuinte, porque o dinheiro do Governo, que as pessoas acham que não é de ninguém, é, na verdade, de toda a população, é um dinheiro de todos os contribuintes. Na minha concepção, o Governo deveria partir para uma reforma, para criar um sistema de capitalização. Não esse sistema de repartição, que temos, mas um sistema de capitalização, no qual a pessoa fizesse uma contribuição mensal, uma espécie de poupança forçada. Aquilo iria para uma conta individual dela, ficaria rendendo juros para que, quando ela se aposentasse, tivesse direito àquele dinheiro. Oitenta por cento da contribuição da pessoa iriam para essa conta individual dela e 20% iriam para uma espécie de seguro, se ocorresse uma invalidez, um acidente, uma morte. Agora, essa proposta do Governo é absolutamente inaceitável. Fazer a pessoa ter que trabalhar por 49 anos...

(Soa a campanha.)



O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... ou seja, 49 anos de contribuição, para depois ter direito ao teto do INSS, que é de R\$5 mil, com uma grande parte da população morrendo antes disso, para mim é uma proposta inaceitável, péssima. Ela não vem com algo novo. A Suécia experimentou esse modelo de capitalização – mais ou menos, um pouco parecido com o que eu falei, mas é o modelo de capitalização – e com êxito. Por que o Brasil não pode propor algo assim? Não. Vem o Governo com essa proposta e não investiga o rombo, não diz o rombo, não se faz uma auditoria. A primeira coisa que precisamos fazer, em termos de previdência, é uma auditoria: saber exatamente qual é o rombo, quem é o responsável por ele e punir o responsável – abrir um processo para que se responsabilize aquele que tiver contribuído para esse rombo com o dinheiro da população brasileira.

(Soa a campanha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Então, eu considero essa proposta do Governo muito ruim. Acho que uma reforma, sim, mas não essa que está aí. Essa proposta é muito ruim, é péssima e não tenho como concordar com ela. É uma proposta que vai fazer com que muitas pessoas morram antes de poder se aposentar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu também agradeço a V. Ex^a, Senador Reguffe, e incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer que é exatamente pelas opiniões de Senadores, Senadoras e dos próprios Deputados Federais – a reforma nem sequer chegou ao Senado Federal, ainda está Comissão Especial da Câmara dos Deputados – que essa reforma não passará.

Eu digo que não há remendo que resolva o problema da reforma, não há remendo que resolva. O que há é a necessidade de vir para cá outra reforma que trabalhe, primeiro, o financiamento da seguridade e, posteriormente, a distribuição, ou que se cortem imediatamente todos os excessos de que eles tanto falam...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Governo e a oposição se unirão em favor do corte dos excessos, sem problemas.

Mas não é aí. Os próprios jornais, que têm apoiado muito esse Governo – quem não sabe que os meios de comunicação ajudaram muito a que o Temer chegasse aonde chegou –, estão fazendo críticas, dizendo que tem que fazer uma reforma tributária. A guerra fiscal está falindo os Estados. O Rio Janeiro está falido, o Rio de Janeiro está falido politicamente, economicamente. E, se fizerem com todos os Estados o que estão fazendo com o Rio de Janeiro, todos terão o mesmo destino. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Então, a reforma não passará.

Mas, para concluir, Presidente – e V. Ex^a me deu já um tempo bastante além daquele a que eu tenho direito –, eu só quero dizer o seguinte, e eu comecei assim o meu pronunciamento: as notícias são ruins, porque, além da reforma da previdência, além da terceirização, além do teto dos gastos públicos, o que lemos nos jornais?

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Temer reduz em mais da metade verbas para políticas públicas às mulheres" – 61%. Foi diminuída



de 42 milhões para 16 milhões a política brasileira de combate à violência contra a mulher. São essas notícias que nos chegam.

Outra matéria: "Governo deixará de custear quase 400 unidades do Farmácia Popular". Vai fechar um programa criado em 2004, que garante, de forma gratuita ou com desconto de até 90%, os medicamentos essenciais para uma quantidade significativa de doenças. Vai fechar. São essas as notícias. Está errado. Enquanto isso, o capital rentista continua lucrando como nunca no Brasil, como nunca.

Então, é preciso que sintamos e que vejamos que o que fizeram, se foi para melhorar o Brasil, é um caminho que está afundando...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que estamos vendo é um caminho que está afundando de vez o Brasil e que está tirando dinheiro, recurso daquele que menos tem: o trabalhador e a trabalhadora brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Senador Dário Berger, PMDB, de Santa Catarina. Senador, V. Ex^a tem 20 minutos.

Na sequência, Senador Reguffe tem a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à tribuna, na tarde desta segunda-feira, um tema que julgo extremamente importante e relevante para o presente, foi muito importante no passado e certamente será muito importante para o futuro deste País.

Nesse sentido, em setembro do ano passado, em setembro de 2016, protocolei ou dei entrada nesta Casa num projeto de lei que recebeu o número 326, que institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária. Devido à importância do seu tema, Política Nacional de Defesa Agropecuária, foi objeto de análise e avaliação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 2015, cuja relatoria, Sr. Presidente, eu tive a honra de conduzir.

Na oportunidade, identificamos que o marco regulatório da defesa agropecuária se encontrava e se encontra extremamente defasado, havendo, inclusive, a necessidade da consolidação, da racionalização de suas normas. O objetivo maior do projeto é o de aprimorar os setores de defesa agropecuária e também de inspeção de produtos de origem animal.

Este projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que veio a esta Casa em setembro do ano passado, apresenta um tema que tem tudo a ver agora com a Operação Carne Fraca.

No estudo realizado naquela oportunidade, foram identificados vários aspectos relacionados à vigilância, à fiscalização, à auditoria, à inspeção, à certificação sanitária exercidas, de forma integrada, por sistemas quase eminentemente públicos.

Muito bem, Sr. Presidente. Além de garantir a saúde dos rebanhos e assegurar a idoneidade dos insumos agropecuários, prevenir e erradicar as doenças e as pragas, a ideia principal do projeto de lei é estabelecer uma clara delimitação entre os papéis da auditoria sanitária a serem exercidos por servidores públicos e permitir que a inspeção sanitária seja feita através de empresas privadas. A



proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça e tem como Relator o Senador Ronaldo Caiado.

Em resumo, a Política Nacional de Defesa Agropecuária que estou propondo tem três fundamentos peculiares. Primeiro, o compartilhamento das responsabilidades com o setor privado. Segundo, a maior racionalidade e flexibilização quanto às formas de fiscalização. E, terceiro, sanções severas para aqueles que tentarem burlar o sistema.

Além disso, é muito importante que se diga que também a defesa agropecuária perpassa por todas as fases de produção, desde o registro e a fiscalização dos insumos até o controle do trânsito e da comercialização dos produtos.

Precisamos, Sr. Presidente, aprimorar o sistema de inspeção sanitária para gerar credibilidade e confiança, Senador Reguffe. O projeto que apresentei coloca em questão o modelo atual de inspeção, abrindo a possibilidade de concessão do serviço à atuação dos Estados focados em auditorias. Além disso, a defesa agropecuária viabiliza a produção do campo na escala necessária a garantir a segurança alimentar da população e, por consequência, contribui para proteger a renda do setor rural.

Ora, um dos avanços da proposta é a delimitação dos conceitos de auditoria e inspeção sanitária. Conforme o projeto estipula, a primeira atividade é privativa dos servidores públicos concursados. Já a inspeção, que propõe o projeto, pode ser feita através de entidade privada ou profissional habilitado desde que efetivamente credenciados junto ao Serviço Oficial de Inspeção Sanitária.

Com isso, o Poder Público terá maior flexibilidade, podendo empregar os profissionais concursados de forma mais racional em atividades de fiscalização que priorizem eventos de maior relevância. O projeto, além do mais, estabelece penalidades administrativas severas para quem descumprir normas de defesa agropecuária. Os profissionais e os estabelecimentos comerciais que se beneficiarem da certificação de conformidade sanitária emitidos em desacordo com a legislação estarão sujeitos a multas, além de outras medidas, como o impedimento de exercer as suas atividades por até dez anos.

No Projeto de Lei do Senado Federal nº 326, de 2016, entre os seus artigos, o art. 2º estabelece como uma das prioridades a defesa agropecuária, que é um conjunto de normas e ações de vigilância, fiscalização, auditoria, inspeção, educação e certificação sanitária, integradas por sistemas públicos e privados, sob o princípio aglutinador da preservação ou melhoria das condições zootossanitárias, em todo o Território nacional, garantindo a proteção da saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária. Além disso, estabelece que a qualidade e a segurança também são fatores preponderantes para os demais produtos agropecuários.

No item segundo, estabelece que a vigilância sanitária é uma atividade de fiscalização, controle, orientação técnica, educação sanitária, realizados nos processos e etapas de produção, armazenamento, transporte, industrialização, distribuição, comercialização e uso dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários.

Outro item importante é a fiscalização sanitária, que é uma atividade realizada mediante auditorias ou inspeções para coleta de informações e documentos de análise de conformidade ou não com as regras vigentes executadas por profissional qualificado e habilitado. Item importante a se destacar são as auditorias sanitárias, que são uma atividade de fiscalização exercida pelo Poder



Público, de forma privativa e não delegável, e que têm por finalidade verificar o cumprimento da legislação sanitária e de seu regulamento e o adequado funcionamento dos serviços de inspeção sanitária.

Já a inspeção sanitária, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a atividade de fiscalização exercida pelo Poder Público, por entidade privada ou profissional habilitado, credenciados na forma do regulamento, que tem por finalidade assegurar a observância da legislação sanitária e do regulamento. Por que isso? Porque, Senador Reguffe, as informações que possuo são as de que já houve, no País, cerca de 5 mil médicos veterinários que exerciam as suas atividades de fiscais agropecuários, e hoje há pouco mais de 2.500 servidores, sendo que, nesse período, nesses últimos dez anos, o setor agropecuário cresceu, desenvolveu-se, multiplicou-se, enquanto os fiscais sanitários, que têm que fazer frente a esse desenvolvimento, diminuíram substancialmente, causando prejuízos incalculáveis ao setor de agronegócio no País.

Dessa maneira, esse projeto tem por objetivo principal, maior e mais sublime o de permitir a concessão ou a terceirização dos serviços, desde que seja por empresa ou por profissional habilitado, devidamente credenciados pelo Ministério da Agricultura.

E, com isso, vai se restabelecer a segurança jurídica tão importante para os produtores. E, com a segurança jurídica, vai se conseguir produzir, em tempo real, aquilo que a capacidade ociosa das indústrias está a oferecer. E nós vamos construir um novo cenário: mais racional, mais ágil, mais rápido, que é o que todos nós esperamos do Brasil, através de uma legislação mais flexível e que permita que quem quer trabalhar possa trabalhar; e que permita que quem precisa fiscalizar faça fiscalização; e que a fiscalização seja feita não mais no dia a dia, mas, sim, em auditorias permanentes que o Poder Público deveria fazer, e deverá fazer, e tem que fazer, para garantir a qualidade do produto que vai até a mesa do trabalhador, seja brasileiro, seja do exterior.

Eu concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Dário Berger, é um pronunciamento muito importante o que V. Ex^a está fazendo nesta tarde aqui. Essas indicações políticas para cargos técnicos na estrutura do Poder Executivo são absolutamente inaceitáveis na minha concepção, principalmente em áreas como a de vigilância sanitária. Não pode estar cumprindo um papel de fiscalização na vigilância sanitária alguém que não tem qualificação técnica para exercer aquele cargo. Eu apresentei nesta Casa, está tramitando um projeto de minha autoria que exige que todos os cargos comissionados das agências reguladoras sejam ocupados por servidores de carreira do quadro das próprias agências, para que aquelas funções que têm caráter técnico sejam ocupadas por quem entende daquele assunto. E, até que se invente outro sistema melhor, esse é o melhor sistema que a gente tem. Então, as agências reguladoras não podem virar cabide de emprego político-partidário, como ocorre hoje. Elas têm que estar ali a serviço do cidadão, a serviço da sociedade. E V. Ex^a está sendo muito feliz no pronunciamento, porque isso desemboca em problemas como o que a gente teve, como esse problema envolvendo a carne nacional, inclusive com impacto na economia nacional. Então, eu considero que as agências reguladoras são importantes. O Estado, hoje, ele caminha para ser um Estado menos interventor e mais um Estado regulador. Agora, é preciso que as agências reguladoras realmente regulem os serviços públicos, e não estejam ali apenas para atender interesses comerciais ou interesses político-partidários de quem quer que seja. Então, eu me congratulo com V. Ex^a pelo pronunciamento, um tema muito importante, e é importante que a gente



discuta, sim, o papel das agências reguladoras e a forma como vêm sendo ocupados os cargos dentro dessas agências.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu agradeço o aparte a V. Ex^a. E cabe total razão aos argumentos de V. Ex^a com relação ao assunto que nós estamos abordando, uma vez que as agências precisam exercer, na sua essência, o seu papel, que é o papel técnico. Não é? E, para isso, precisam ser dotados os seus quadros de profissionais com capacidade para isso, para garantir a todos nós, nesse caso da segurança alimentar, vamos dizer assim, a tranquilidade de que nós estamos sendo protegidos pelo Poder Público, que é, efetivamente, o nosso desejo. Portanto, eu agradeço, mais uma vez, o aparte de V. Ex^a.

E continuo dizendo que o agronegócio, como V. Ex^a sabe, Senador Reguffé e Sr. Presidente, V. Ex^a também sabe, exerce papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País. O agronegócio é responsável por praticamente um quarto, cerca de 25%, aproximadamente, do Produto Interno Bruto. De tudo o que é produzido no Brasil, todas as nossas riquezas, 25% aproximadamente são produzidos pelo agronegócio. É um negócio muito interessante isso. E nós precisamos ter um novo olhar para esse setor, que também é responsável por mais de 40% das exportações brasileiras, e responsável ainda por mais de 30% da nossa força de trabalho.

Por que é que eu estou dizendo isso? Para fazer uma defesa desse setor, já que o País percebe as consequências de uma operação que foi feita recentemente, a chamada Carne Fraca. Talvez, se este projeto de minha autoria que estabelece a nova política de defesa agropecuária já tivesse sido aprovado, com os aprimoramentos que necessariamente deverão ser feitos, talvez nós não estivéssemos vivendo este momento que nós estamos vivendo, o da Operação Carne Fraca, porque ele disciplina item por item; ele racionaliza suas ações; ele elimina uma série de burocracias que hoje impedem que se exerça a sua função na sua plenitude.

E aí veio a Operação Carne Fraca, que atingiu em cheio o nosso País, que atingiu em cheio Santa Catarina. Santa Catarina é o maior exportador de carne suína do País; é um Estado que é livre de febre aftosa; é um dos maiores exportadores de carne bovina; é um dos maiores exportadores de carne de frango; é o maior produtor de maçã, de alho, um dos maiores produtores de leite; é um Estado que tem no agronegócio uma das suas alavancas, um dos seus eixos econômicos de fundamental importância para a geração de oportunidade e renda. E, com essa operação, mercados que foram conquistados a duras penas, durante anos, e anos, e anos, foram colocados em xeque, agora, por apenas uma operação; uma operação, de certa forma, mal divulgada, precipitada, muito embora nós não admitamos, de forma nenhuma, malfeitos. Há que se ter cuidado com o setor, para que esses milhares de produtores não sejam penalizados por erros de alguns, como costumeiramente acontece.

De maneira que é um assunto extremamente preocupante a reconquista desses mercados. Qual é o interesse real que há por trás disso? E isso afetou sobremaneira toda a cadeia produtiva, porque há frigoríficos em Santa Catarina que abatiam 15 mil frangos por dia, mas hoje estão abatendo 5 mil, 3 mil, 2 mil ou nenhum. Quer dizer, esse é um problema seriíssimo de reposição desse estoque de insumos...

(Soa a campainha.)



O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... que trouxe prejuízos incalculáveis à economia de Santa Catarina e do Brasil.

De maneira que eu queria aqui abordar esse meu projeto, sobre o qual já conversei, inclusive, com o Senador Relator dessa matéria, que já está providenciando as audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Ronaldo Caiado, uma das maiores autoridades do agronegócio do País. Tenho certeza de que, num curto espaço de tempo, vamos levar à frente essa proposta que pode disciplinar, de maneira clara e objetiva, os destinos de uma política nacional de defesa agropecuária para o País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Dário Berger, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Reguffe. V. Ex^a tem 20 minutos, Senador.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Governo autorizou, na última sexta-feira, um aumento no preço dos remédios no Brasil, um aumento de 4,76%. Eu tinha feito nesta Casa vários pronunciamentos, alertando sobre isso, cobrando que o Governo não autorizasse esse aumento, e que, sim, retirasse os impostos dos medicamentos no Brasil. Depois de vários pronunciamentos meus, o Governo autorizou este ano, ao contrário dos anos anteriores, em que autorizou um aumento no preço dos remédios acima da inflação do período – não sei se por causa das minhas falas, dos meus gritos –, autorizou um aumento abaixo da inflação do período. O IPCA, no ano passado, foi de 6,28%, e o aumento autorizado foi de 4,76%.

Agora, algumas pessoas do Governo podem dizer que autorizaram o aumento abaixo da inflação, atendendo ao que eu queria. Mas eu não queria que autorizasse abaixo da inflação; eu queria que não autorizasse aumento, que se retirassem os impostos dos remédios. Se há problema de caixa, aumentem-se tributos em outros setores: aumentem-se no de automóveis; aumentem-se no de bebidas; aumentem-se no de cigarros, de lanchas, de aviões; mas não no de remédios, não no setor de algo que a pessoa compra, porque ela quer, mas porque precisa para viver.

Em países, Sr. Presidente, como Inglaterra, como Canadá, como a Colômbia, não se cobram impostos sobre remédios, não existe cobrança de tributos sobre medicamentos. No Brasil 35,7% do preço de um remédio, Senador Dário, são apenas impostos. O correto seria o Governo distribuir remédios gratuitamente para toda a população. Quando alguém precisasse de um remédio, teria um remédio. Mas, na impossibilidade financeira e orçamentária de o Governo distribuir remédios gratuitamente para toda a população, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer seria não tributar esses medicamentos.

Aqui, nesta Casa, há uma PEC minha, uma Proposta de Emenda à Constituição minha protocolada na minha primeira semana como Senador aqui, a PEC 2, de 2015, que propõe exatamente isso, que proíbe a tributação sobre remédios de uso humano no Brasil. Não dá para aceitar isso!

Então, digamos que foi menos pior, porque, na medida em que o Governo autoriza um aumento no preço dos remédios de 4,76%, aquém da inflação, depois de muitos anos aumentando sempre



acima, autorizando aumentos acima da inflação, então, foi menos pior. Mas, mesmo assim, autorizar esse aumento para mim é algo que eu não consigo aceitar e não posso aceitar.

O que esta Casa deveria fazer seria votar a minha PEC que proíbe a tributação sobre remédios no Brasil. E o que o Governo deveria fazer seria agilizar esse processo, abreviar esse processo, para que não se precisasse votar essa PEC aqui. O Governo, com uma caneta, pode tirar os tributos dos remédios, igual à Inglaterra, que não cobra impostos sobre remédios; igual ao Canadá, que não cobra impostos sobre remédios; igual à Colômbia, que não cobra impostos sobre remédios. E, no Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos.

Eu tenho que ser repetitivo, eu tenho que ser chato de falar isso aqui, mas isso é algo absolutamente inaceitável. Existem famílias que gastam mais de R\$3 mil por mês com medicamentos de uso contínuo. Isso é a vida real das pessoas. E o que o Estado brasileiro faz com relação a isso? Nada! Não dá para aceitar isso. É nossa responsabilidade aqui também. Isso é a vida real das pessoas, gente. Então, eu não tenho como concordar com isso.

Fiz um requerimento formal de informações ao Ministério da Fazenda, solicitando o impacto orçamentário e financeiro de se retirarem todos os impostos sobre remédios no Brasil. Resposta formal do Ministério da Fazenda: custo de R\$5 bilhões por ano. Aí o Governo deu uma isenção fiscal para as montadoras de automóveis de R\$20 bi. Então, R\$20 bi para as montadoras de automóveis podem; agora, R\$5 bi para as pessoas comprarem remédios por um preço mais acessível aí não podem. E sem contar as disparidades de que já falei aqui, em outros pronunciamentos. Medicamento de uso veterinário, para animais, tem uma tributação de 14,3%; medicamentos de uso humano, 35,7%. Nada contra animais, pelo contrário. Mas é justo? Alguém pode me convencer que isso é justo?

Medicamentos de uso veterinário, 14,3% de tributação; medicamentos de uso humano, 35,7% de tributação. Remédio? Ninguém compra remédio, porque quer, por lazer. Eu queria que o Governo ouvisse isso. Eu queria que o Governo não fosse surdo, que ouvisse o que estou falando aqui. Isso é algo sério.

Senador Dário Berger, deseja um aparte?

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Senador Reguffe, obrigado pelo aparte. Realmente, o pronunciamento de V. Ex^a faz com que eu escute de maneira objetiva um dos pleitos que julgo dos mais justos possíveis. Nós vivemos num país pobre e, se V. Ex^a analisar hoje, nós temos 13 milhões de desempregados, mais 8 milhões de subempregados – se nós somarmos isso, chega a 20 milhões de pessoas aproximadamente. Se multiplicarmos por três ou por quatro, que é uma família média do Brasil, nós vamos chegar a uma conclusão, através de uma aritmética simples, talvez não exata, de que metade da população hoje está vivendo ou na pobreza ou com enorme dificuldade. E, na medida em que V. Ex^a aborda esse tema, que acho extremamente importante, haja vista até que políticas governamentais do passado tenham contribuído na distribuição de medicamentos à população, acho que nós temos ainda um longo caminho a percorrer para trazer a dignidade que nós desejamos à população brasileira, sobretudo à população de baixa renda, que são aqueles que não têm recursos para comprar o seu medicamento e continuar o seu tratamento. Invariavelmente, nós temos assistido pela televisão, nos jornais de maior audiência do País, a pessoas que, inclusive, morreram porque tiveram que interromper o tratamento por falta da continuidade sistêmica do oferecimento de medicamentos. É muito triste para mim, como Senador da República, como representante do meu



Estado, e muito triste para V. Ex^a também nós termos que ouvir aquilo e utilizar a nossa força. Praticamente, a nossa força é a nossa voz neste momento. Que ela possa ecoar pelos caminhos do Senado e possa chegar, então, até à Presidência da República para que se faça uma reforma. Nós precisamos reformar aquilo que precisa ser reformado – eu tenho dito aqui – e corrigir aquilo que precisa ser corrigido. Nós precisamos criar uma situação de justiça mais racional para o povo brasileiro, sobretudo porque o maior bem das pessoas é a vida, é a sua saúde. E as pessoas querem viver mais e viver melhor. Nós não podemos poupar recursos para que, efetivamente, isso possa acontecer. Então, nós temos que, de repente, reanalisar os nossos orçamentos, reconduzir políticas públicas que possam vir ao encontro dos anseios da população. E esse projeto de V. Ex^a é um projeto extremamente sublime, essencial, importante, fundamental, que toca na saúde das pessoas. E saúde, na minha opinião, não tem preço. Portanto, eu quero me associar à voz de V. Ex^a e cumprimentá-lo mais uma vez por essa iniciativa, que eu acho extremamente louvável.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Dário, e obrigado pelas palavras, pela solidariedade, porque não é a mim, é a uma série de pessoas neste País que precisam comprar um medicamento e que muitas vezes deixam de comprar, porque não têm dinheiro para isso. E isso é um dever do Estado, isso é um papel do Estado.

Volto a dizer: o correto seria o Governo distribuir os remédios gratuitamente para toda a população, mas, na impossibilidade financeira disso, o mínimo que o Governo deveria fazer é não tributar esses remédios.

Então, o que o Governo deveria fazer com o preço do remédio? Eu usei aqui a comparação com automóveis. Existe ainda uma coisa que distingue bem ambos: quando o Governo deu a isenção fiscal para automóveis, preço de automóvel não tem controle de preço no Brasil, e, então, uma parte da isenção fiscal foi para o preço do automóvel sim, mas uma parte foi para o lucro das montadoras. Com remédio, não. Com remédio, existe controle de preço no Brasil. Tanto que o Governo autorizou o aumento no preço dos remédios na última sexta-feira.

É só o Governo reduzir o preço máximo que pode ser cobrado ao consumidor final de cada remédio na mesma proporção da isenção, que nós ainda vamos ter a garantia de que toda isenção vai ser revertida diretamente para o consumidor final.

Agora, o que que o Governo fez? No *site* da Anvisa existem lá o nome de todos os remédios e, do lado, o preço máximo que pode ser cobrado ao consumidor final de cada um. Não dá para aceitar assim. Agradeço pelo Governo ter autorizado um aumento menor do que a inflação e não acima da inflação, igual aos outros anos, mas é muito pouco. O que tinha que fazer era tirar os impostos dos remédios.

Eu fiz um pronunciamento aqui, na semana passada, cobrando isso e pedindo que o Governo não autorizasse um aumento acima da inflação. Tudo bem: não autorizou um aumento acima da inflação, mas não tirou os impostos dos remédios. Continua ganhando dinheiro da sociedade com venda de remédio. A tributação tem que ser sobre o consumo supérfluo, não sobre o que mexe com a saúde das pessoas, com a vida das pessoas.

E volto a dizer: que coisa maluca é esta que medicamento de uso veterinário é 14,3% de imposto e medicamento de uso humano, 35,7%? Não dá para aceitar. E, aí, não tem que aumentar o de uso veterinário, não – porque Governo gosta disso. Tem é que baixar o de uso humano, tirar os impostos dos medicamentos de uso humano. Então, é essa a reflexão que eu queria falar aqui.



O projeto está na CCJ – está lá na CCJ a minha PEC –, e acho que seria uma grande contribuição desta Casa para o País, para a vida real de milhões de pessoas neste País que têm que comprar remédios todos os dias se nós aqui votássemos o fim da tributação sobre remédios. Se há problemas de caixa, aumentemos em outras áreas, mas não com remédio. Não se pode cobrar impostos sobre algo que ninguém compra porque quer, e sim porque precisa para sua saúde, e sim porque precisa para viver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Reguffe.

Passo a palavra ao Senador José Medeiros, do PSD, do Mato Grosso.

V. Ex^a tem 20 minutos, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, enfim, pelas redes sociais, na sexta-feira, saiu uma matéria no *Estadão*, dizendo o seguinte:

Em seis anos, País desativa 10,1 mil leitos pediátricos na rede pública. Apenas em UTIs neonatais, para recém-nascidos em estado grave, seriam necessárias mais 3,2 mil vagas, segundo parâmetros da Sociedade de Pediatria.

É uma longa matéria, que não vou ler toda, para não cansar ninguém. Mas ela diz, mais ou menos, o seguinte:

Brayan tinha só um dia de vida quando foi diagnosticado com disfunção cardíaca grave. Os médicos da maternidade avisaram à família que ele teria de ser transferido para um hospital especializado e passar por cirurgia o mais rápido possível. Quanto mais o procedimento demorasse, maior era o risco de morte. A vaga, porém, só saiu três meses depois, quando a família entrou com ação na Justiça. “Toda noite era uma angústia. A gente ia embora do hospital e não sabia se ele estaria vivo no outro dia”, diz a atendente Érica Bezerra de Melo, de 25 anos, mãe do bebê.

Brayan, hoje com 6 meses, aguentou esperar e sobreviveu à cirurgia. Já Luan, nascido em novembro, não suportou tamanha demora. Diagnosticado também com problema no coração, o bebê morreu com só 70 dias, após aguardar um mês por um leito que nunca foi liberado. “A gente tenta acreditar que ele veio para esse mundo numa missão. Ou a gente pensa assim ou fica revoltada”, diz a prima do menino, a estudante Maria de Jesus Araújo, de 19 anos.

A situação da rede hospitalar para crianças no País preocupa. Entre 2010 e 2016, o Sistema Único de Saúde fechou quase 10,1 mil leitos de internação em pediatria clínica (para pacientes de 0 a 18 anos), segundo levantamento inédito feito pela Sociedade Brasileira de Pediatria e obtido com exclusividade pelo [jornal] *O Estado de S. Paulo*. Em 2010, a rede pública tinha 48,2 mil vagas do tipo (entre leitos próprios e conveniados). Em 2016, caiu para 38,1 mil.

Só em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) neonatais, estruturas necessárias para atender recém-nascidos em estado grave, como Brayan e Luan, faltam 3,2 mil leitos, conforme



parâmetro da Sociedade de Pediatria. Segundo a entidade, são necessários ao menos 4 leitos do tipo por mil nascidos vivos. No País, a taxa atual é de 2,9.

“É uma situação gravíssima porque as crianças muitas vezes chegam a um serviço de pronto-socorro e não têm para onde ser encaminhadas.[...]”

Sr. Presidente, eu resolvi trazer essa matéria aqui porque ela faz um diagnóstico e traz um roteiro do que foram os últimos seis, sete anos nessa seara.

E digo isso, também, porque, quando a gente chega a esse cenário, vejo aqui quase cotidianamente Senadores que perderam o Poder recentemente – do recém impitimidado governo – chegar aqui e gritar para a população que era um mar de rosas, que este País era um paraíso, que este País cuidava das crianças, que este País cuidava dos pobres, que este País era perfeito. É uma brincadeira com a nossa memória, porque a gente sabe que não é isso. É um País que... Era um governo que deu cheque sem fundo, gastou o que não podia e, depois, quando a conta chegou, todos aqueles pseudobenefícios que foram dados para as pessoas estão sendo retirados. Então, temos crianças morrendo, nós temos uma saúde arrebatada nas três esferas de Governo – Estado, Município e Governo Federal.

E eu vejo eles fazendo discursos inflamados aqui, defendendo a pobreza, defendendo as crianças, defendendo os negros, defendendo as mulheres, defendendo os índios. Viraram, de uma hora para outra, o pai dos pobres, os defensores dos mais fracos, como se nunca tivessem pisado no Governo, como se nunca tivessem tido a chave do cofre, como se nunca tivessem tido a oportunidade de resolver todos esses problemas.

Estamos aqui com dados: dez mil leitos fechados – só para as crianças. Em nossos hospitais, de fora a fora no País, pessoas morrem nos corredores. E, de repente, eles querem, simplesmente, passar a fatura, passar todas essas mazelas e dizer: "A culpa disso é do Governo que está aí". E eles costumam dizer: "É o governo golpista, usurpador" e, por aí vai.

Na verdade, o que este Governo está fazendo é uma transição. E nós tentamos fazer uma transição do grave quadro que o ex-governo nos deixou. Nós estávamos em queda livre, eu não tenho dívida.

Hoje, eu vi uma foto que exemplificava bem: vi uma foto de um Lixão lá em Roraima, Estado de V. Ex^a, Senador Thieres, onde havia urubus, índios e muitos venezuelanos disputando alguma coisa para comer. Esse era o porto final do Brasil se aquele governo – graças ao bom Deus – não tivesse caído, porque o *script* do filme era o mesmo, e o roteiro, os diretores são os mesmos.

Essa gente se reuniu no chamado Foro de São Paulo e chegaram a tirar fotos juntas: o Mujica, da maconha; o Chávez, que à época estava vivo; a Kirchner; a Dilma. E, por trás, a foto era muito emblemática: por trás de todos eles estava, nada mais, nada menos, do que Marcelo Odebrecht – porque toda quadrilha precisa de um grande financiador. Tanto que existe um crime tipificado que se chama "associação para o crime". Se eu sou um delinquente e não tenho o que fazer, não tenho como me financiar, geralmente vou a um financiador, pego o dinheiro – ele me dá o dinheiro a juros exorbitantes –, eu vou lá, compro a cocaína, vendo e pago esse financiador. O cara está lá, como se fosse de mãos limpas. Esse é o financiador. Mas, reservadas as devidas proporções, o cenário é esse.

Agora me fez uma...

Hoje eu vi um Twitter que me chamou muito a atenção, um Twitter da Joice, dizendo que certas coincidências... E eu não sou da teoria da conspiração, mas é muito interessante que em todos



esses governos que ganharam eleição, através dessas urnas bolivarianas – e agora ganhou no Equador também –, o percentual seja de 51%, Senador Thieres. Eu falei: "Que interessante: uns quatro ou cinco sempre ganharam com 51%." Será que não poderia ser 50, não poderia ser 52? Não, é 51%. E eu falei: "Será que o programa estava programado para isso?" Mas isso é outro papo.

O que eu repiso aqui é o fato de que essa gente está por aí, nas ruas, gritando. Reuniram três mortadelas essa semana, em cada capital brasileira, e disseram o seguinte: "O Brasil foi às ruas contra as injustiças." Na semana que passou, os movimentos Vem pra Rua e MBL colocaram mais de 50 mil pessoas na Avenida Paulista e em vários lugares do Brasil. E eles vieram aqui para esta tribuna dizer que era um fracasso. Não é momento de ficar medindo quem levou mais gente à rua. Mas por que eu digo isso? É para mostrar a incoerência dessas pessoas o tempo inteiro. E nós – cada um de nós que estamos tentando reconstruir este País – precisamos vir cotidianamente.

Recebi uma mensagem no meu Facebook dizendo: "Senador, vá lá falar dos seus projetos, vá lá dizer o que o senhor está fazendo. Não vá falar mais sobre esse assunto. Não venha falar de PT. Não venha falar dessas brigas." Não. Nós precisamos falar do PT. Nós precisamos falar todos os dias. Nós temos que fazer como o povo de Israel, quando ficou exilado por muito tempo, trabalhando como escravo na Babilônia, e eles voltavam e sempre lembravam, para que as gerações futuras não fossem escravizadas de novo. Nós precisamos falar desse desastre, se possível, todos os dias.

Falemos de outras coisas também. É bem verdade que tenho proposto muitos projetos. E digo aqui que, inclusive, estão aí, no Portal do Senado. Tenho trabalhado muito, mas tenho feito, acima de tudo, cada vez que subo a esta tribuna, esse contraponto, para que nunca mais, nunca mais nós sejamos enganados. Digo isso porque eu fui enganado, e boa parte dos brasileiros foi enganada, com aquela voz melodiosa que irradiava simpatia; voz de uma pessoa pobre que tinha saído de Pernambuco; voz de uma pessoa que nós sempre pensamos ser séria. Mas, acima de tudo, ele, além de ser um bom...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente. Fomos todos traídos.

E, ao mesmo tempo em que ele manipulava, também era manipulado pelos chamados intelectuais. Essa gente tem uma boa responsabilidade: o Sr. André Singer, Dona Marilena Chauí... Todas essas pessoas têm boa parte de parcela de culpa nesses 10,1 mil leitões que estão faltando aqui. Sabe por quê? Por causa daquele discurso de que os fins justificam os meios. Nenhuma coisa boa pode sair quando os meios são maus, Senador Thieres, e essas pessoas fizeram um dano imenso ao País. Sabe qual o maior dano? O ódio.

Eu nunca vi um discurso do Lula que não fosse destilando ódio ou criando um vilão para que ele pudesse combater. Um discurso sempre amparado no roteiro de Hollywood, onde você cria um coitado no início do filme, e aquele coitado sofre, sofre, sofre, e aquele sofrimento é simplesmente para justificar que ele cometa as maiores atrocidades no final do filme, e a plateia possa aplaudir e dizer: "Temos um herói." Esse é o roteiro. E continua.

E quando alguém ou algum jornalista ousa escrever uma linha a respeito dessas verdades, se eles pudessem, fuzilariam esse sujeito, porque começam a dizer que é perseguição da imprensa, que é perseguição disso, que é perseguição... Todo mundo neste País responde por seus crimes; não essa



gente do PT. Mesmo acusados, mesmo presos, eles continuam apontando para os outros. É contra isso que eu me levanto, é contra isso que eu falo quase todos os dias aqui. Prestemos atenção nesse comportamento para que não caiamos na mesma cilada.

Nós estamos com a saúde debilitada, nós estamos com a educação arrebatada, por causa da doutrinação dessa gente que quer se manter no poder a qualquer custo, gente que manda panfletos para distribuir para crianças, como eu vi há poucos dias no Mato Grosso; gente que sai tentando demonizar todos os políticos, para tentar jogar na mesma vala do PT.

No meu Estado, neste momento, um sindicato de ladrões está colocando *outdoors* dos Parlamentares, declarando votos que ninguém ainda declarou. A questão da previdência nem chegou aqui. E eu digo ladrões, Senador Thieres, porque não tenho dúvida de que gente que pega dinheiro do pobre trabalhador, para trabalhar contra o próprio trabalhador, está roubando o dinheiro dele, está furtando o dinheiro dele. Então, é nesse sentido que eu digo que essa gente precisa ser desmamada, essa gente precisa ser extirpada, e o Governo do Presidente Michel Temer precisa fazer uma devassa dentro do serviço público.

É de doer o coração quando a gente vê que a antiga secretária, se não me engano, da Senasp hoje faz parte de altos cargos na Petrobras. É de doer o coração quando a gente vê que essa gente que destruiu o Brasil está em todos os cargos no Mato Grosso. Trocaram-se poucos. Nós continuamos sob a égide dessas pessoas. Nós continuamos sofrendo por causa dessa máquina pública aparelhada.

Então, Sr. Presidente, quando a gente observa o cenário todo, a gente nota que, em apenas seis meses, todo o caos criado pelo governo do PT é jogado nas costas deste Governo. Não estou aqui com procuração para defendê-lo, mas o que eu digo é o seguinte: nós precisamos atravessar, e essas pessoas não estão nem aí para o Brasil. Elas estão apenas preocupadas em manter o que já furtaram, o que já roubaram, e em poder voltar ao poder para roubar de novo.

Odeio ter que apontar dedos aqui, mas o faço porque vi, no final de semana inteiro, as pessoas mostrando a capa da *Veja* em que saiu Aécio Neves. Quando saiu o Lula na capa da *Veja*, a *Veja* não tinha credibilidade nenhuma. Então, é dessa forma que essas pessoas se comportam.

Já marchando para o final, Senador, eu digo o seguinte: esse dinheiro todo que foi para financiar o Partido dos Trabalhadores e seus puxadinhos... O Partido dos Trabalhadores e seus companheiros que estão arrebatados tiraram dinheiro das crianças, tiraram dinheiro da saúde e da educação. E aqui eles vêm fazer biombo. Na verdade, a última coisa que essas pessoas querem é que a educação brasileira seja uma educação protagonista, uma educação de vanguarda, porque gente instruída, gente que sabe fazer um raciocínio crítico, uma avaliação crítica, só vai na onda dessa gente se estiver ganhando algum. Podem até ir por um tempo, mas, quando descobrem, saem fora.

Senador Thieres, falando em crianças, existe um programa do Governo Federal que se chama Criança Feliz. Esse é um programa que, eu não tenho dúvida, vai mudar o futuro do Brasil, tanto na educação quanto na segurança, porque ele começa a cuidar das crianças, cuidar do futuro adulto já na infância. Mas aí eu pergunto a V. Ex^a: como ir para frente um programa dessa natureza, se as crianças não têm acesso à saúde, se o dinheiro das UTIs foram parar na conta de um Partido vermelho por aí? Partido esse, Senador Thieres, que grita aos quatro cantos do País, que toca fogo, que quebra vidraças, dizendo defender a Previdência e querendo que cobrem a conta daqueles devedores. Justo. Eu também concordo. Mas esse mesmo Partido deve mais de R\$10 milhões à



Previdência, Senador. Então, é por isso que esse discurso dessas pessoas não se sustenta, porque os pés dessa estátua são de barro.

O projeto desse povo não tem alicerce; o projeto desse povo é apenas falácia, é apenas retórica, é apenas uma coisa ensaiada. Até os discursos inflamados aqui têm uma tônica. E sabe qual é? É trazer um tema que tenha apelo popular, achar um vilão, achar uma vítima e gritar, a plenos pulmões, aqui, como se estivesse indignado. Vocês podem perceber: gritam indignados e, quando descem aqui, já passou a raiva. Por quê? É um teatro puro. É bem possível que, pela competência que alguns Senadores desse Partido e seus puxadinhos têm, de vir aqui fazer esse proselitismo, tenham sido treinados ali, ou pelo Maria Clara Machado, ou por uma escola de teatro muito bem competente, porque não é possível que possam fazer com tanta realidade. Choram aqui na tribuna pelas crianças, pelos pobres. Mas os pobres, as crianças, os negros e os indígenas não passam de catapultas, para que eles se mantenham aqui no poder. Digo isso porque eu fui a uma tribo, em Campinápolis. Estive com o cacique nesta semana, aqui no meu gabinete. Os índios estão passando fome, Senador Thieres. As crianças estão morrendo. E cadê o dinheiro que ia para esses índios? Cadê o Partido que defendia tanto esses índios? Esses movimentos sociais que defendem o Partido dos Trabalhadores... Quantos palmos de terra ganharam no governo do PT, em 13 anos? Nada!

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Estamos tentando, agora, fazer a regularização fundiária e vi o cipoal que é. Então, é o pobre como biombo.

E os negros? De repente, eles chegam aqui com os cabelos amarrados ou então com um turbante, membros desse Partido, para dizer que defendem os negros. Defender o negro não é isso. O que o brasileiro quer... Gostam de separar o País, em negros, índios, fulanos, beltranos, sicranos. E sabe de uma coisa? O que nós precisamos é ter uma Pátria só. O que nós precisamos é de brasileiros com condições de trabalhar, porque não existe algo que deixe o cidadão com mais dignidade do que ele ter acesso a emprego, a uma boa educação.

Se você tiver uma boa educação para todos, você vai ter milhares de joaquins barbosas. Você vai ter pessoas que não vão precisar ser definidas por raça, cor ou religião.

O artigo da Constituição, para essas pessoas...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... o art. 5º, parece ser letra morta, quando diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de cor, raça, sexo ou religião."

E com isso eu encerro, Senador Thieres, agradecendo a tolerância e, mais uma vez, servindo de atalaia, aqui, para que o povo brasileiro, nas próximas eleições, abra os olhos para aqueles lobos vestidos de pele de cordeiro, principalmente os lobos-guará, da pele mais avermelhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador José Medeiros, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Raupp, do PMDB de Rondônia.



O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores.

Sr. Presidente, subo à tribuna mais uma vez para falar das nossas rodovias federais em Rondônia. Eu, Senador Dário Berger, Senador Reguffe, Senador José Medeiros – que acaba de deixar a tribuna –, que tenho percorrido, todos os finais de semana, algumas das rodovias federais lá no Estado de Rondônia, sobretudo a BR-364.

A BR-364, que a gente chama de espinha dorsal, espinha mestra do desenvolvimento de parte do Norte do Brasil, não só do Estado de Rondônia, mas de grande parte do Norte do Brasil, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e até Roraima, porque muitos passam ali pela Hidrovia do Madeira. Inclusive Roraima compra gado, principalmente novilhas, matrizes de Rondônia, para levar para o Estado de Roraima. E aí usam também as nossas rodovias. Grande parte da soja do Mato Grosso está indo, hoje, invertendo esse fluxo, para o Porto do Rio Madeira, em Porto Velho, que eu tive a honra de, quando governador, construir. Nós sabíamos que o movimento da soja iria intensificar esse fluxo de carretas e caminhões, de treminhões e bitrens, transportando soja do Mato Grosso e do Sul de Rondônia para o porto de Porto Velho.

Mas o DNIT nacional e a Superintendência do DNIT em Rondônia – não vou culpar de maneira nenhuma os atuais, mas os do passado, do passado – foram negligentes, sobretudo, na área de projetos. E hoje a nossa BR-364 está, em alguns trechos, quase intransitável. Inclusive dentro de cidades. Há praticamente atoleiros na BR, dentro de cidades, passando dentro de áreas urbanas. Eu tenho cansado de cobrar, praticamente semanalmente, na tribuna do Senado Federal, providências do Ministério dos Transportes e do DNIT nacional e da Superintendência de Rondônia, para restaurar as nossas rodovias, restaurar a nossa BR-364.

Enquanto não vem a duplicação... Eu acho que uma hora ela virá. A Bancada mesmo está defendendo agora a duplicação pelo menos de um trecho, entre Pimenta Bueno e Ariquemes, que é o trecho onde há mais movimento, porque há mais cidades nesse meio. Mas, enquanto ela não chega, o DNIT precisa fazer uma restauração digna, uma restauração que possa durar pelo menos dois anos.

Até porque eu acredito que os contratos das empresas girem em torno de dois, três, até quatro anos de duração, e as empresas são obrigadas a dar manutenção se por acaso surgir algum problema nesse trajeto, nesses trechos consertados, restaurados.

Para nosso contentamento, o Diretor Geral do DNIT irá a Rondônia a convite da Deputada Federal Marinha Raupp, que é Vice-Presidente da Comissão de Viação e Transporte da Câmara Federal. Ele vai na quarta-feira à noite e vai dormir em Porto Velho. Depois vai sair com a sua equipe, com toda a caravana – com a equipe de engenheiros e também com alguns Parlamentares da Bancada Federal – e vai percorrer grande parte da BR-364, de Porto Velho até Presidente Médici, passando por Itapuã, onde há verdadeiros atoleiros dentro da área urbana. Depois vai a Ariquemes, Jarú, Ouro Preto, Ji-Paraná e Presidente Médici, onde entrará pela BR-429, uma BR que avançou bastante.

Graças ao trabalho da Deputada Marinha Raupp, do nosso trabalho e da Bancada Federal, essa BR já está quase pronta. É uma rodovia de 360 quilômetros, que vai de Presidente Médici até Costa Marques, passando por Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, chegando até a fronteira do Brasil com a Bolívia no Rio Guaporé. Já houve uma caravana



que chegou até Trinidad. Dizem que o governo boliviano está pavimentando aquele trecho, e nós vamos poder sair do centro de Rondônia e chegar a cidades bolivianas, como a capital de Beni, Trinidad, via asfalto. É, sem dúvida, um avanço muito grande para uma região que, até pouco tempo, era isolada. Era uma região onde os produtos não tinham preço – a região de São Francisco, de Seringueiras, de Costa Marques –, porque não havia estrada. Agora essa rodovia está pavimentada; quinze pontes de concreto estão sendo encabeçadas. Possivelmente nesse verão – o sol vai ajudar, a partir, agora, do mês de abril –, essas pontes serão encabeçadas, terão asfaltadas as suas cabeceiras, para deixar a BR-429 toda pronta, de Presidente Médici até Costa Marques. Essa é uma obra levada pela Deputada Federal Marinha Raupp, que é tida como a madrinha da BR-429, porque tirou verdadeiramente do isolamento aquela região do Vale do Guaporé, que é essa região de Costa Marques.

Nessa viagem, o Diretor Geral do DNIT, Dr. Valter Casimiro, com toda a sua equipe, vai percorrer a BR-364, a BR-429 e depois vai de avião de Costa Marques a Guajará-Mirim para percorrer também a BR-425 e depois visitar a ponte que está sendo construída quase na divisa de Rondônia com o Acre, na Ponta do Abunã: a chamada Ponte do Abunã – é sobre o Rio Madeira, mas chamada Ponte do Abunã por causa da vila, do distrito de Abunã, que sediou, na época, uma estação da ferrovia Madeira-Mamoré há mais de cem anos. Essa ponte é sem dúvida de muita importância também para interligar Rondônia, Acre, Peru. Era a última ponte que faltava da rodovia do Pacífico, da BR do Pacífico, Sr. Presidente, pela qual nós também lutamos, ainda quando eu era Governador, e ajudamos a construir essa rodovia tão importante para o desenvolvimento do Brasil e de Rondônia.

Para encerrar essa parte das rodovias, eu acredito que, nessa visita do Diretor Geral do DNIT e sua equipe, eles possam ver de perto a situação das nossas BRs e acelerar os processos licitatórios de trechos que já estão em fase de projeto, de conclusão de projeto, para poder licitá-los e iniciá-los, aproveitando essa chamada janela hidrológica do mês de abril ao mês de novembro, que é o nosso verão amazônico. Eu espero que essa viagem realmente possa dar início a uma série de obras de investimentos nas nossas rodovias, para melhorar a vida do nosso povo nessas rodovias.

E eu espero que, no mês de maio também, eu possa levar – e já apresentei um requerimento na Comissão de Infraestrutura – mais uma equipe do DNIT nacional, do Ministério da Indústria e Comércio e da Valec, porque vão falar de ferrovia e rodovias, ao sul do Estado, em Vilhena, para vistoria na BR-435, que sai de Pimenteiras, também fronteira com a Bolívia, às margens do Rio Guaporé – que é outra região, região sul de Rondônia –, passa por Cerejeiras, Colorado e chega à cidade de Vilhena. Depois seguiremos para Juína, na BR-174, que vai de Vilhena até Juína e outras cidades, como Juruena, Cotriguaçu, Aripuanã, no Estado de Mato Grosso.

Entro, agora, Sr. Presidente, para falar de ciência e tecnologia.

Em audiência realizada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, no último dia 29 de março, o Ministro Gilberto Kassab confirmou que, ainda durante a primeira quinzena deste mês de abril, será lançado o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). É uma notícia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que devemos receber com grande entusiasmo, por tudo que o referido satélite virá a representar para o nosso País.



A bem da verdade, há de se destacar que o lançamento do satélite estava programado para o dia 21 de março passado. Entretanto, movimentos sociais ocorridos na Guiana Francesa, de onde está previsto que parta o foguete encarregado de lançá-lo ao espaço, fizeram com que a operação tivesse de ser adiada. De qualquer maneira, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que importa é que, embora com três ou quatro semanas de atraso, logo, logo, se Deus quiser, o Brasil estará usufruindo de todos os benefícios trazidos pelo satélite.

Fruto de parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, com a efetiva participação de engenheiros e especialistas da Telebras, da Agência Espacial Brasileira, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e da empresa Visiona Tecnologia Espacial, o satélite trará enormes avanços tanto na esfera civil, como no delicado campo da defesa nacional.

Na área civil, há de se destacar a expansão do acesso à banda larga da internet em regiões mais remotas do País. E eu cobrei, naquela audiência pública da semana passada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Ministério das Comunicações invista mais dinheiro dos fundos, desses fundos bilionários – bilionários, porque cada fundo desse deve ter mais de R\$4 bilhões, R\$5 bilhões arrecadados ao longo do tempo e nunca investidos –, e que possa levar essa telefonia a regiões isoladas, a telefonia móvel celular, a banda larga, uma internet com velocidade, para atender as nossas cidades não só em Rondônia, mas em todo o norte do Brasil, em todo o Brasil.

Como representante, nesta Casa Legislativa, de um Estado da Região Norte, sei bem o que isso significa. Com área muito extensa e pouca concentração populacional, o Norte, juntamente com o Nordeste, é das regiões em que se observam mais dificuldades no acesso à internet. Além de chegar praticamente só aos grandes centros urbanos, os serviços pecam ainda pela qualidade inferior e pela baixa velocidade.

Basta dizer que, de acordo com as estatísticas da Anatel e do IBGE, de cada 100 domicílios da Região Norte, apenas 21 contavam, em 2016, com serviços de banda larga. Olha só, vou até repetir: de cada 100 domicílios da Região Norte, apenas 21 contavam, em 2016, com serviços de banda larga. Portanto, 80% praticamente ainda não contam com esse serviço.

É exatamente essa lacuna, Sr. Presidente, que o satélite vem preencher ao viabilizar a cobertura pela banda KA em 100% do Território nacional e ao permitir, assim, que os mais longínquos rincões do Brasil tenham acesso à internet.

Já no campo da segurança nacional, também teremos ganhos notáveis. Utilizando a banda X, faixa destinada exclusivamente ao uso militar, o satélite trará muito mais segurança às comunicações estratégicas e militares do Governo brasileiro. Além disso, a cobertura do satélite se estenderá por todo o Território nacional, alcançando o Atlântico Sul e uma vasta região externa que vai da Antártida ao Haiti.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a dizer que o anúncio feito poucos dias atrás pelo Ministro Kassab deve ser recebido com imensa alegria por todos aqueles que se preocupam com os destinos do Brasil e, muito especialmente, com a soberania nacional e o bem-estar de nossa população.

Sr. Presidente, eu fui, no ano retrasado, Relator setorial da área de justiça e defesa e ali pude colocar alguns recursos para que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica pudessem dar continuidade ao serviço de segurança de fronteira, que é o Sisfron, que vai de Mato Grosso do Sul até os Estados



de Rondônia e Acre, estendendo-se depois até as fronteiras com o Peru e com a Venezuela. Esse é um serviço muito importante.

Eu tenho certeza de que esse satélite vai proporcionar melhores condições para que as nossas Forças Armadas – a Marinha, o Exército e a Aeronáutica – possam também proteger melhor as nossas fronteiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Não havendo mais nenhum Senador para fazer uso da palavra, declaro esta sessão encerrada.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 31 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 36ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

à Publicação
Com 11

Ofício nº 102/17-GLPSDB Brasília, de março de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que a partir desta data, o Senador **EDUARDO AMORIM** deixa de integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Atenciosamente,



Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

RECEBIDO EM: 30/03/2017
HORAS: 11:45


Cynthia Anatalina de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

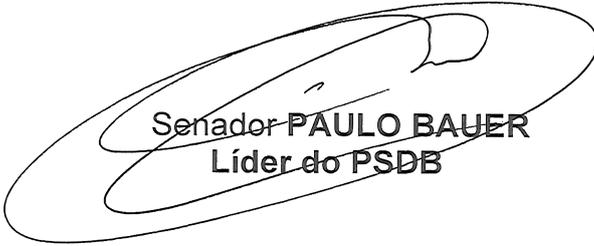
À Publicação.
Em 3/4/2017

Ofício nº 103/17-GLPSDB Brasília, de março de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que a partir desta data, o Senador **RICARDO FERRAÇO** deixa de integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Atenciosamente,



Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

RECEBIDO EM: 31/03/2017
HORAS: 11:45


Cynthia Anatália de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. Nº 037/2017-BLOMOD

Brasília, 29 de março de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

*A publicação
Em 03/04/17.*

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência a retirada do nome do Senador **Pedro Chaves (PSC/MS)** como membro **Suplente** das seguintes Comissões:

- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;
- Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal – CMCF;
- Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Atenciosamente,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do Bloco Moderador
PPB – PR – PSC – PRB – PTC

Recebido em 03/04/17
14/03h

Rubem de Silva Radicechi - Matr. 234840
SCLSF-SGM



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 17, DE 2017

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 86

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.

Os méritos da Senhora Eliana Zugaib que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de março de 2017.



EM nº 00055/2017 MRE

Brasília, 16 de Março de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ELIANA ZUGAIB**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ELIANA ZUGAIB** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 109 - C. Civil.

Em 29 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ELIANA ZUGAIB**

CPF.: 896.907.618-20

ID.: 4946388 SSP/SP

1951 Filha de Bechara Zugaib e Vera Yazbek Zugaib, nasce em 10 de agosto, em Marília/SP

Dados Acadêmicos:

1973 Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/SP
1981 CPCD - IRBr
1992 CAD - IRBr
2005 Curso de Altos Estudos (CAE - IRBr), "A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil", aprovada com louvor

Cargos:

1982 Terceira-Secretária
1987 Segunda-Secretária
1995 Primeira-Secretária, por merecimento
2002 Conselheira, por merecimento
2006 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2011 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1983 Divisão de Energia e Recursos Minerais, assistente
1986 Gabinete do Ministro de Estado, assessora
1988 Embaixada em Paris, Segunda-Secretária
1991 Embaixada em Praga, Segunda-Secretária
1993 Embaixada em Praga, Encarregada de Negócios, a.i.
1995 Departamento da Europa, assessora
1996 Departamento de Temas Especiais, assessora
1998 Embaixada em Londres, Primeira-Secretária
2001 Assessoria de Comunicação Social, Subchefe
2002 Gabinete do Ministro de Estado, assessora
2003 Embaixada em Buenos Aires, Conselheira
2006 Coordenação de Divulgação, Chefe
2006 Divisão de Promoção do Audiovisual, Chefe
2008 Departamento Cultural, Diretora
2011 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete
2014 Delegação Permanente junto à Unesco

Condecorações:

1988 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Cavaleiro
2008 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz



Publicações:

2007 A Hidrovia Paraguai-Paraná, FUNAG, Brasília/DF

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

IRLANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Senado Federal
Fevereiro de 2017
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Irlanda
GENTÍLICO:	irlandês



CAPITAL:	Dublin
ÁREA:	70.273 km ²
POPULAÇÃO:	4,76 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês e irlandês (gaélico)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica Romana (87,4%), Cristã Irlandesa (2,9%), nenhuma (4,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Senado (<i>Seanad</i>) e Câmara Baixa (<i>Dail Eireann</i>). Parlamento bicameral, composto respectivamente por 60 e 158 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Michael Higgins (desde outubro de 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Enda Kenny (desde março de 2011)
CHANCELER:	Charles Flanagan (desde julho de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 283,7 bilhões (2015)
PIB - PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 302,3 bilhões (2015)
PIB PER CAPTA (2015):	US\$ 60.361(2015)
PIB PPP PER CAPTA (2015):	US\$ 64.319 (2015)
VARIAÇÃO DO PIB:	26,2% (2015*); 8,4% (2014); 1,1% (2013) *alteração da metodologia de cálculo, em 2015 (incorporação de investimento estrangeiro no cálculo do valor)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2015):	0,916 (6º posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	80,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2012):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):	7,1% (<i>Central Statistic Office - CSO</i>)
UNIDADE MONETÀRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sr. Brian Glynn
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 18 mil brasileiros residentes na Irlanda

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - IRLANDA

	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017 (até janeiro)
Intercâmbio	287,4	569,1	388,1	520,4	771,4	794,9	948,0	1234,6	905,2	64,3
Importações	204,4	245,7	223,3	288,1	424,7	505,7	645,0	623,7	521,8	36,2
Exportações	83,0	323,4	164,7	232,2	346,7	289,2	303,0	610,9	383,4	28,1
Saldo	-121,4	77,7	-58,6	-55,9	-78,0	-216,5	-342,0	-12,8	-138,4	-8,1

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB.

Informação elaborada em 13/02/2017, por Secretário Danilo Zimbres. Revisada em 14/02/2017, por Conselheiro Leandro Zenni Estevão.

APRESENTAÇÃO

A Irlanda é Estado soberano localizado no continente europeu. O país ocupa cerca de cinco sextos da ilha homônima, fazendo fronteira com o Reino Unido. A Irlanda é república constitucional com regime parlamentarista de governo, cujo presidente eleito é também o chefe de Estado. Sua capital e cidade mais



populosa é Dublin, localizada na parte oriental da ilha e cuja área metropolitana abriga quase um terço da população total do país, de cerca de 4,7 milhões de habitantes. A única fronteira terrestre da Irlanda localiza-se ao norte, com a Irlanda do Norte. O país é circundado, no restante do seu território, pelo Oceano Atlântico. A Irlanda foi fundada em 1922, em decorrência do tratado anglo-irlandês, com o nome de Estado Livre Irlandês. Em 1937, com a promulgação da nova Constituição, passou a chamar-se Irlanda. Tornou-se membro das Nações Unidas em dezembro de 1955. O país passou por período de acelerado crescimento econômico no período de 1995 a 2007, que o levou a ser qualificado de “tigre celta”. Atualmente, a economia irlandesa está em fase de franca expansão com a retomada de investimentos estrangeiros, em particular de multinacionais dos EUA e da Europa.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michael Higgins
Presidente da Irlanda



Michael Higgins nasceu em 18 de abril de 1941, em Limerick, região central da Irlanda. Graduiu-se em Sociologia pela Universidade de Galway. Também realizou estudos nas Universidades de Manchester, no Reino Unido, e Indiana, nos Estados Unidos. Durante o período estudantil iniciou sua atuação política, primeiro como líder estudantil e, mais tarde, como importante figura no movimento sindical irlandês. Foi membro do Partido Trabalhista irlandês de 1968 até 2011, ano em que assumiu a Presidência da Irlanda.



Defensor dos direitos humanos, da democracia e da paz, foi o primeiro agraciado com o Premio *Seán MacBride Peace*, em 1992, concedido pelo *International Peace Bureau*, em Helsinque.



Enda Kenny
Primeiro-ministro da Irlanda



Enda Kenny nasceu em 24 de abril de 1951, em Castlebar, região central da Irlanda. É filho de Henry Kenny, deputado do Partido *Fine Gael* (centro-direita) por vinte anos. Após a morte do pai, em 1975, Enda Kenny foi eleito para sua cadeira. Contava, então, com 24 anos, o mais novo deputado naquela legislatura. Com a derrota do partido nas eleições de 1987, Enda Kenny passou para a oposição. Em 1994, o recém-eleito primeiro-ministro designou-o ministro do Turismo e Comércio, cargo que ocupou até 1997. Após as eleições de 2002 à luz da perda pelo *Fine Gael* de 23 cadeiras no Dáil (Câmara Baixa), Enda Kenny venceu as eleições internas subsequentes e tornou-se o novo líder do partido. A liderança de Enda Kenny consolidou-se nas eleições de 2007, quando se tornou o maior líder opositor. Em março de 2011, com a vitória do *Fine Gael* nas eleições gerais (76 cadeiras), Enda Kenny passou a ocupar o cargo de primeiro-ministro, em Governo de coalizão com o Partido Trabalhista.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Irlanda foram oficialmente estabelecidas em 1975. A abertura da Embaixada brasileira em Dublin ocorreu em 1991 e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília, em 2001. Em outubro de 2012, o Presidente Michael D. Higgins visitou o Brasil em meio a périplo pela América do Sul. Em 2015, no contexto da visita ao Brasil da Ministra da Educação Jan O'Sullivan, foi inaugurado o Consulado-Geral da Irlanda em São Paulo.

Dados do MDIC relativos a 2016 colocam a Irlanda na 18ª posição entre os destinos das exportações brasileiras para países membros da União Europeia. Considerando as importações originárias de países da UE, a Irlanda ocupa a 16ª posição.

O intercâmbio comercial recente registrou retração, desde o pico registrado no período 2012-2013, quando chegou a superar o valor de US\$ 1 bilhão. Em 2016, o intercâmbio comercial bilateral atingiu US\$ 683 milhões. O saldo comercial é desfavorável para o Brasil: em 2016, as exportações com destino à Irlanda (destacam-se peças para aeronaves, minério de alumínio, carnes e café) alcançaram a US\$ 216 milhões; e as importações (sobretudo medicamentos, produtos de saúde e de informática) somaram US\$ 466 milhões. No campo dos investimentos bilaterais, do lado brasileiro, concentram-se no setor de tecnologia de informação da Irlanda. Do lado irlandês, destacam-se investimentos de capitais deste país nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo.

A cooperação nas áreas de educação, ciência e tecnologia ganharam franco impulso com o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que estimulou o intercâmbio entre as comunidades acadêmicas dos dois países. Entre 2013 e 2016, a Irlanda recebeu 3.387 estudantes brasileiros em nível de graduação (96% do total) e de pós-graduação (4% do total), tornando-se a décima colocada no ranking de países escolhidos pelos bolsistas do CsF.

A presença de brasileiros nas principais universidades e institutos de tecnologia irlandeses neste último triênio movimentou autoridades governamentais, empresas e escritórios de relações internacionais irlandeses. Foi realizada, em Dublin, I Semana da Ciência Brasil-Irlanda (2015); as missões organizadas pela *Enterprise Ireland* (agência de fomento à exportação irlandesa) em parceria com universidades locais; o crescente número de memorandos de entendimento bilaterais entre instituições de ensino e pesquisa; e a oferta de bolsas de estudo do Governo irlandês a estudantes brasileiros.

Assuntos Consulares

Estima-se em 18.000 pessoas a comunidade brasileira na Irlanda. O interesse despertado pela Irlanda entre jovens que desejam estudar inglês no exterior tem contribuído para a mudança do perfil e da dimensão da comunidade brasileira nos últimos 15 anos. De acordo com o último censo, entre 2002 e 2011 a presença de brasileiros na Irlanda aumentou 700%, passando de 1.087 indivíduos, em 2002, para 8.704 indivíduos, em 2011 (ou 9.298 cidadãos ao considerar-se especificamente o local de nascimento e não apenas a nacionalidade).

Em 2015, segundo dados do Serviço de Imigração da Irlanda, os brasileiros passaram a constituir o maior grupo de nacionais não europeus registrados junto àquele órgão. A contagem, entretanto, não contemplou o número de nacionais brasileiros que possuem passaporte irlandês; ou ingressam na Irlanda como portadores de passaporte de outros países europeus.

Registra-se, igualmente, o crescimento, nos últimos anos, do número de casamentos entre cidadãos brasileiros e irlandeses e a residência de profissionais brasileiros de alta qualificação e suas famílias, que residem e trabalham na Irlanda a convite de empresas transnacionais.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de crédito a tomador soberano no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – Proex ou do Seguro de Crédito à Exportação – SCE/FGE para a Irlanda.

POLÍTICA INTERNA

A Irlanda é república constitucional com regime parlamentarista de governo. Os 158 membros da Casa dos Representantes são eleitos diretamente mediante sistema eleitoral proporcional, no qual os eleitores, ao votarem, indicam a ordem de preferência dos candidatos por cada distrito. Uma vez apurados os votos totais no distrito, é apurado o número de votos mínimos necessário para eleição a uma das cadeiras em disputa. Os 60 Senadores, por sua vez, são indiretamente eleitos e exercem funções limitadas.



O presidente da República é o Chefe de Estado, eleito para mandato de sete anos, com possibilidade de uma reeleição. Michael D. Higgins tomou posse em março de 2011. O Chefe de Governo é o primeiro-ministro, nomeado pelo presidente da República por indicação da Casa dos Representantes. Enda Kenny assumiu o posto, pela segunda vez, em maio de 2016, à frente de coalizão minoritária do *Fine Gael* (centro-direita) com parlamentares independentes. Nas eleições gerais de 26 de fevereiro de 2016, a coalizão anterior, formada pelo *Fine Gael* e pelo Partido Trabalhista, não logrou obter número de assentos que possibilitasse sua recondução ao poder, que foi possibilitada mediante acordo com a maior legenda oposicionista, o *Fianna Fáil* (liberal).

Ao longo da sua história como nação independente, a Irlanda foi governada, alternadamente pelo partido *Fianna Fáil* ou por coalizão dos partidos *Fine Gael* e Trabalhista.

O debate político das últimas eleições gerais gravitou em torno do processo de reajuste econômico a que o país teve que se submeter para fazer frente à crise econômica de 2008. Para a então coalizão governista, os sacrifícios enfrentados pela população nos últimos anos teriam sido inevitáveis para que o país pudesse retomar a rota do crescimento econômico sustentável. A oposição, por sua vez, em especial os partidos *Fianna Fáil* e *Sinn Féin* (nacionalista), apresentaram plataforma crítica à redução de investimentos públicos e a distribuição do custo do ajuste econômico a diferentes setores da sociedade irlandesa. Além do crescimento da oposição tradicional, as recentes eleições confirmaram o crescimento da simpatia do eleitorado irlandês por candidatos independentes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa irlandesa tem por eixos principais o compromisso com o multilateralismo, o engajamento nas questões atinentes à União Europeia e a promoção ativa dos laços com a diáspora irlandesa no mundo, em especial nos Estados Unidos.

No plano multilateral, o país concentra esforços nas áreas de combate à pobreza e à fome, promoção dos direitos humanos e do desarmamento e participação em missões de paz. O país ocupou por três vezes assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na área de ajuda ao desenvolvimento, o país atua por meio do programa “*Irish Aid*”, ferramenta de cooperação internacional. Em 2017, o país destinará € 651 milhões em atividades de ajuda ao desenvolvimento, o equivalente a 0,36% do seu PNB, utilizados, em grande parte, em atividades nas áreas de saúde e defesa civil em países africanos.

País membro da União Europeia desde 1973, a Irlanda reconhece que a adesão à entidade constituiu elemento central para as transformações econômicas e sociais experimentadas pelo país nos últimos 40 anos. Além dos benefícios derivados do acesso ao mercado comunitário, a Irlanda tem sido beneficiada por recursos oriundos dos fundos estruturais e da política agrícola comum. A adesão à UE também contribuiu para o avanço do processo de pacificação da Irlanda do Norte e para alterar de forma positiva a dinâmica das relações entre Dublin e Londres.

Nessa perspectiva, o país acompanhou com atenção o resultado do plebiscito sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, realizado em junho de 2016. O chamado “Brexit” tornou-se tema relevante para a política externa irlandesa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Entre 1995 e 2007 a economia irlandesa passou por período de crescimento acelerado, com taxas acima da média europeia, o que levou o país a ser qualificado de “tigre celta”. Tendo sido um dos países mais pobres da Europa até a década de 1980, a Irlanda tornou-se uma das economias mais dinâmicas da OCDE, na década passada.

Nesse intervalo, o país beneficiou-se de expressivo fluxo de investimento direto estrangeiro atraído por regimes de tributação facilitados e pela alta qualificação da mão de obra local. Além de companhias na área de tecnologia da informação, o país tornou-se destino de investimento de gigantes da área farmacêutica.

A expansão econômica impulsionou o crescimento do setor de construção civil. Em 2008, esse setor chegou a representar 25% do PIB irlandês e respondia por 20% dos postos de trabalho. A crise econômica global de 2007/2008 afetou fortemente os bancos irlandeses, que tiveram perdas por conta de sua exposição a empréstimos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos.

Com a crise financeira internacional em 2008, o colapso no valor dos imóveis afetou a solvência dos bancos. Inicialmente, a resposta do governo irlandês foi a de recapitalizar os principais bancos do país, mas, em 2010,



o país se viu compelido a solicitar ajuda da União Europeia e do FMI para preservar seu sistema bancário. Como parte do pacote de auxílio, o país teve que adotar medidas de austeridade como o aumento de impostos e redução de despesas.

A Irlanda deixou o programa de assistência financeira com a União Europeia no final de 2013 e a recuperação econômica do país ganhou impulso. O Banco Central local estima que o PIB tenha crescido 4,5% e o desemprego declinado para 8,0%, durante o ano de 2016. Para o ano de 2017, a instituição prevê o crescimento do PIB em 3,3% e queda do desemprego para 6,9%.

Os indicadores econômicos da Irlanda, com destaque para o PIB e o índice de desemprego sugerem que o país se encontra em quadro econômico positivo. O país examina com atenção os desdobramentos do "Brexit" sobre a economia local e sua inserção europeia e internacional.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1171	O Rei Henrique II da Inglaterra estabelece domínio inglês sobre a ilha da Irlanda.
1603	A Rainha Elizabeth I da Inglaterra consolida o domínio definitivo inglês sobre a Irlanda.
1641	Rebelião Irlandesa de 1641, marcada por conflitos entre católicos irlandeses e protestantes ingleses e escoceses.
1798	Movimentos independentistas irlandeses, inspirados nas Revoluções Francesa e Americana, culminam na Rebelião Irlandesa de 1798.
1800	Os Parlamentos inglês e irlandês aprovam o Ato de União, que incorporaria, no ano seguinte, a Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha.
1801	Criação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.
1840	Início da "Grande Fome", que causou a morte de um milhão de irlandeses e a emigração de outro milhão, especialmente para os EUA.
1916	Movimentos independentistas irlandeses com vistas a criar uma república irlandesa.
1919	Início da Guerra pela Independência da Irlanda.
1920	Entrada em vigor do Ato do Governo da Irlanda, emitido pelo Parlamento britânico, que estabeleceu, para fins administrativos, a divisão da Irlanda em Irlanda do Norte, de maioria protestante, e Irlanda do Sul, de maioria católica, ambas sob a autoridade de Londres.
1921	Assinatura do Tratado Anglo-Irlandês, pondo fim à Guerra pela Independência e consolidando a divisão da Irlanda em duas partes: o Estado Livre da Irlanda, independente, no território da então Irlanda do Sul, e a Irlanda do Norte, sob domínio britânico.
1922	Início da Guerra Civil Irlandesa entre facções dos nacionalistas irlandeses contra e a favor do Tratado Anglo-Irlandês, que deram origem ao Partido Republicano (<i>Fianna Fáil</i>) e ao Partido <i>Sinn Féin</i> ("nós", em gaélico).
1923	Fim da Guerra Civil, com a vitória das forças favoráveis ao Tratado.
1937	Entrada em vigor da nova Constituição, que altera o nome oficial do país para "Irlanda".
1949	O Estado irlandês declara-se República.
1969	Início, na Irlanda do Norte, de período de três décadas, denominado " <i>The Troubles</i> ", caracterizado por confrontos entre as comunidades unionista (majoritariamente protestante) e separatista (primordialmente católica) norte-irlandesas.
1973	Entrada da Irlanda na Comunidade Europeia.
1997	Anúncio de cessar-fogo do <i>Provisional IRA</i> (Exército Republicano Irlandês).
1998	Assinatura do Acordo de Belfast ("Acordo da Sexta-Feira Santa"), entre os Governos da Irlanda e



	do Reino Unido, com a anuência de diversas agremiações políticas da Irlanda do Norte, estabelecendo diretrizes para o Governo norte-irlandês.
2005	O Conselho do Exército do IRA, órgão executivo do <i>Provisional IRA</i> , anuncia o fim da campanha armada contra o Governo britânico.
2007	O Reino Unido cessa programa de apoio militar à Irlanda do Norte, retirando grande parte de suas tropas da região.
2011	Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda.
2012	Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda do Norte.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Abertura da Embaixada do Brasil em Dublin.
1995	Visita ao Brasil da presidente Mary Robinson.
1999	Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra Mary Harney.
2000	Visita à Irlanda de missão parlamentar e empresarial gaúcha, chefiada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
2001	Visita ao Brasil de delegação da Comissão de Agricultura do Parlamento da Irlanda.
2001	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Bertie Ahern, em julho.
2001	Abertura da Embaixada da Irlanda em Brasília, em novembro.
2004	Visita ao Brasil da presidente Mary McAleese.
2006	Visita do subsecretário-geral Político I das Relações Exteriores à Irlanda. Assinatura de Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas.
2006	Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior à Irlanda.
2008	Visita ao Brasil do ministro para o Comércio John McGuinness, à frente de delegação empresarial.
2012	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Comunidade e Governança Local no contexto da Conferência Rio+20, em junho.
2012	Visita ao Brasil do presidente Michael Higgins, em outubro.
2015	Visita ao Brasil da ministra da Educação.
2015	Inauguração do Consulado-Geral da Irlanda em São Paulo.

ACORDOS BILATERAIS

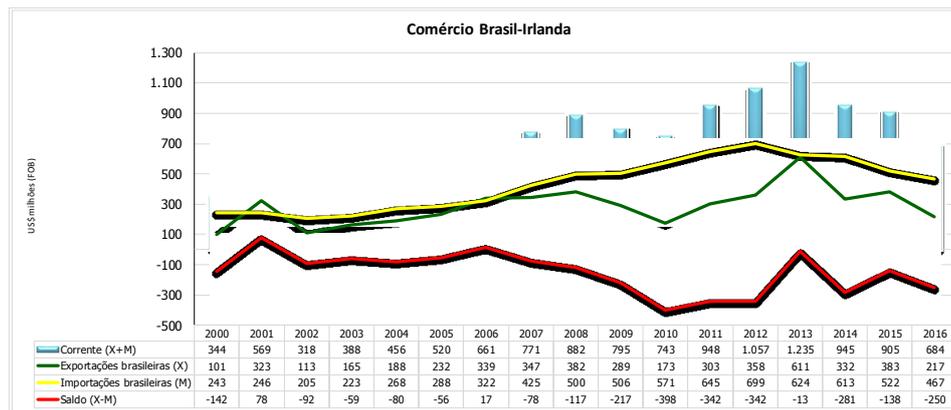
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação	
			Decreto nº	Data
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Negócios Estrangeiros da Irlanda sobre o	07/04/2006	07/04/2006	Publicação direta: o ato tem rito simplificado,	22/05/2006



Estabelecimento de Consultas Políticas			dispensando promulgação.	
Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda	24/11/2010	Em tramitação no poder legislativo		



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2017.

A Irlanda foi o 54º parceiro comercial do Brasil em 2016, sendo o 69º na exportação e o 46º na importação e absorveu 0,24% do comércio exterior brasileiro. Entre 2000 e 2016, o intercâmbio comercial Brasil-Irlanda cresceu 99%, de US\$ 344 milhões para US\$ 684 milhões. Nesse período, as exportações aumentaram 115%, de US\$ 101 milhões para 217 milhões e as importações, 92%, de US\$ 243 milhões para 467 milhões. O déficit brasileiro na balança comercial sofreu diversas oscilações ao longo do período, aumentando 76%, de US\$ 142 milhões para US\$ 250 milhões, 16º maior saldo negativo em 2016. Os únicos superávits brasileiros nos últimos 17 anos ocorreram em 2001 (US\$ 78 milhões) e em 2006 (US\$ 17 milhões).



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Irlanda
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2012	358	18,1%	0,15%	699	8,4%	0,31%	1.057	11,5%	0,23%	-342
2013	611	70,8%	0,25%	624	-10,8%	0,26%	1.235	16,8%	0,26%	-13
2014	332	-45,6%	0,15%	613	-1,7%	0,27%	945	-23,4%	0,21%	-281
2015	383	15,4%	0,20%	522	-14,9%	0,30%	905	-4,2%	0,25%	-138
2016	217	-43,5%	0,12%	467	-10,5%	0,34%	684	-24,5%	0,21%	-250
2017 (jan)	28	72,5%	0,19%	36	-1,5%	0,30%	64	21,2%	0,24%	-8
Var. % 2012-2016		-39,4%			-33,2%			-35,3%		-26,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alkeweb, Fevereiro de 2017.

A Irlanda foi o 54º parceiro comercial do Brasil em 2016, sendo o 69º na exportação e o 46º na importação, absorvendo 0,24% do comércio exterior brasileiro. Entre 2012 e 2016, o intercâmbio comercial Brasil-Irlanda decresceu 35,3%, de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 684 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 39,4% em razão, sobretudo, do desaquecimento nas vendas brasileiras de partes de motores, minério de alumínio e farelo de soja. As importações caíram 33,2% revelando o baixo desempenho das compras brasileiras de produtos farmacêuticos, instrumentos médicos e odontológicos, produtos químicos orgânicos e máquinas mecânicas (computadores e seus acessórios e eletrodomésticos (refrigeradores, freezers, secadoras e centrifugadoras). O déficit na balança comercial diminuiu 26,8% nos últimos cinco anos, de US\$ 342 milhões em 2012, para US\$ 250 milhões, posicionando-se no 16º maior saldo negativo brasileiro com seus parceiros em 2016.

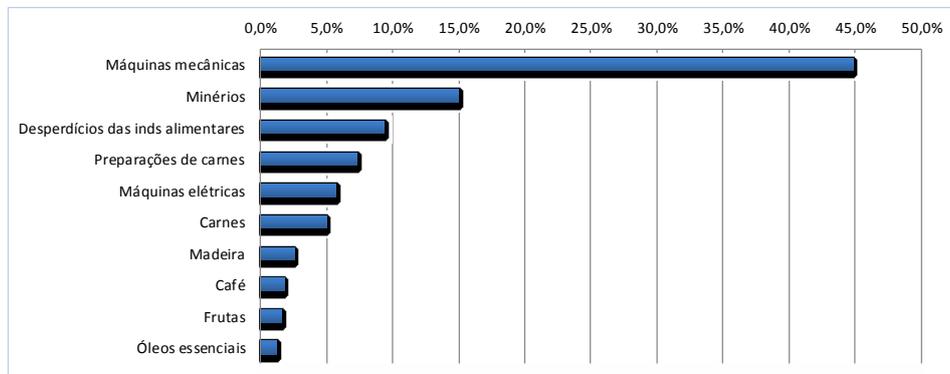


Composição das exportações brasileiras para a Irlanda (SH 2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	14,6	4,4%	99,0	25,8%	97,1	44,8%
Minérios	34,9	10,5%	33,5	8,7%	32,4	15,0%
Desperdícios das inds alimentares	34,5	10,4%	28,8	7,5%	20,3	9,4%
Preparações de carnes	6,0	1,8%	7,0	1,8%	16,0	7,4%
Máquinas elétricas	8,1	2,4%	3,6	0,9%	12,4	5,7%
Carnes	18,1	5,4%	20,6	5,4%	10,9	5,0%
Madeira	6,5	2,0%	6,5	1,7%	5,5	2,5%
Café	2,0	0,6%	3,6	0,9%	4,0	1,8%
Frutas	4,1	1,2%	7,2	1,9%	3,5	1,6%
Óleos essenciais	4,7	1,4%	2,1	0,5%	2,6	1,2%
Subtotal	133,6	40,2%	211,9	55,3%	204,7	94,5%
Outros	198,8	59,8%	171,5	44,7%	12,0	5,5%
Total	332,4	100,0%	383,4	100,0%	216,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2017.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016



Máquinas mecânicas foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para a Irlanda, com crescimento de 564% em relação a 2015. Em 2016 as máquinas mecânicas, sobretudo turbinas a gás, máquinas automáticas para processamento de dados, partes e acessórios de motores e elevadores de carga, somaram 44,8% do total. Minérios de alumínio, apesar da diminuição de 3,1% em relação a 2014, causada principalmente pela queda no preço internacional da commodity foram o segundo maior grupo de produtos embarcados, com 15% do total. Destacaram-se também desperdícios das indústrias alimentares (farelo de soja) com 9,4% e redução de 30% em relação a 2014; preparações e conservas de carnes (frango, peru, bovina) com 7,4% e crescimento de 128%; máquinas elétricas (partes de motores e geradores; equipamentos terminais repetidores, acumuladores e condutores elétricos) com 5,7%; e carnes (salgadas ou secas de outros animais, congelada de peru, frango e bovina) com 5,0% e queda de 47% sobre o valor de 2014.

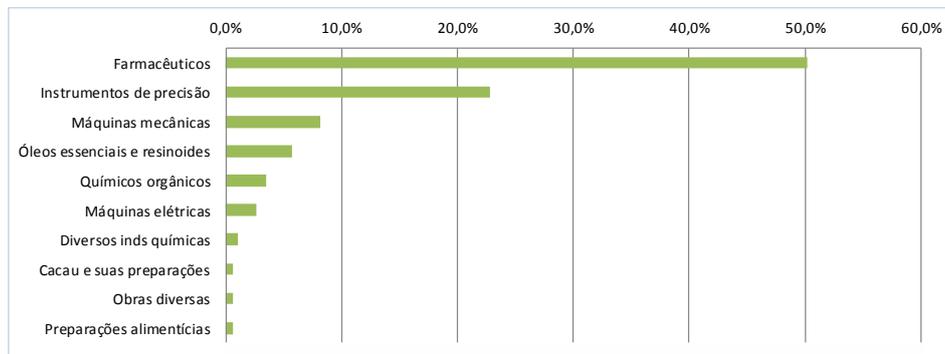


Composição das importações brasileiras originárias da Irlanda (SH 2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	307	50,0%	260	49,7%	235	50,3%
Instrumentos de precisão	120	19,5%	113	21,6%	107	22,8%
Máquinas mecânicas	68	11,0%	48	9,2%	38	8,2%
Óleos essenciais e resinoides	24	3,9%	29	5,5%	27	5,7%
Químicos orgânicos	38	6,2%	27	5,3%	16	3,5%
Máquinas elétricas	27	4,5%	12	2,4%	12	2,7%
Diversos inds químicas	3	0,6%	3	0,6%	5	1,0%
Cacau e suas preparações	0	0,0%	7	1,4%	3	0,6%
Obras diversas	1	0,1%	3	0,5%	3	0,6%
Preparações alimentícias	3	0,5%	2	0,4%	3	0,6%
Subtotal	590	96,3%	504	96,5%	449	96,1%
Outros	23	3,7%	18	3,5%	18	3,9%
Total	613	100,0%	522	100,0%	467	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicreweb, Fevereiro de 2017.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Os produtos farmacêuticos, apesar da queda de 24% ocorrida entre 2014 e 2016, somaram aproximadamente metade da pauta das importações brasileiras originárias da Irlanda. Em 2016, os produtos farmacêuticos (sangue humano ou animal preparados para uso terapêutico, medicamentos, pastas, gases, ataduras) totalizaram 50,3% da pauta, seguidos de instrumentos de precisão (artigos e aparelhos ortopédicos, para; aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinárias, instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas) com 22,8%. As máquinas mecânicas (computadores, refrigeradores, congeladores, torneiras e válvulas, impressoras, centrifugadoras) somaram 8,2% e apresentaram queda de 115% se comparada com 2014. Dentre os dez principais grupos de produtos importados da Irlanda, aumentaram entre 2015 e 2016: óleos essenciais (11%), produtos diversos das indústrias químicas (43%); obras diversas (394%) e preparações alimentícias (2%).



Brasil-País: 10 principais produtos comercializados, SH 4
US\$ milhões

Exportações brasileiras	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Turbinas a gás	0,4	0,1%	81,4	21,2%	83,3	38,4%
Minérios de alumínio	34,9	10,5%	33,5	8,7%	32,4	14,9%
Farelo de soja	34,5	10,4%	28,8	7,5%	20,3	9,4%
Outras preps e conservas de carnes	6,0	1,8%	7,0	1,8%	16,0	7,4%
Máquinas para processamento de dados	11,1	3,3%	10,2	2,7%	11,0	5,1%
Carnes e miudezas comestíveis	13,0	3,9%	15,8	4,1%	9,3	4,3%
Partes de motores, geradores e conversores	0,0	0,0%	0,0	0,0%	8,9	4,1%
Madeira contraplacada ou compensada	4,8	1,4%	5,4	1,4%	4,5	2,1%
Café, mesmo torrado ou descafeinado	2,0	0,6%	3,7	1,0%	4,0	1,8%
Outros móveis e suas partes	2,8	0,8%	4,0	1,0%	2,5	1,1%
Total dos 10 produtos	109,5	32,9%	189,7	49,5%	192,1	88,6%
Total geral	332,4	100,0%	383,4	100,0%	216,8	100,0%

Importações brasileiras	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sangue humano e animal preparado para uso terapêutico	158	25,7%	154	29,4%	112	23,9%
Medicamentos para uso terapêutico ou profilático, em doses	135	22,0%	91	17,4%	84	18,0%
Artigos e aparelhos ortopédicos, prótese, audição	83	13,5%	76	14,5%	74	15,8%
Preparações e artigos farmacêuticos	13	2,2%	14	2,8%	39	8,2%
Máquinas automáticas para processamento de dados	35	5,6%	28	5,5%	25	5,3%
Misturas de substâncias odoríferas	22	3,5%	24	4,6%	23	4,9%
Instrumentos e aparelhos para medicina	17	2,8%	14	2,7%	15	3,2%
Compostos heterocíclicos	32	5,3%	18	3,5%	14	2,9%
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas	13	2,0%	11	2,2%	9	1,8%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	3	0,4%	3	0,5%	4	0,9%
Total dos 10 produtos	509	83,1%	433	83,1%	398	85,2%
Total	613	100,0%	522	100,0%	467	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2017.



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017
Exportações					
Máquinas mecânicas	5,60	34,3%	21,50	76,4%	Máquinas mecânicas 76,4%
Minérios	4,40	27,0%	2,80	9,9%	Minérios 9,9%
Preparações de carnes	0,56	3,5%	1,59	5,6%	Preparações de carnes 5,6%
Café e especiarias	0,36	2,2%	0,45	1,6%	Café e especiarias 1,6%
Carnes	1,40	8,6%	0,45	1,6%	Carnes 1,6%
Madeira	0,35	2,1%	0,41	1,5%	Madeira 1,5%
Químicos orgânicos	0,03	0,2%	0,16	0,6%	Químicos orgânicos 0,6%
Máquinas elétricas	0,13	0,8%	0,15	0,5%	Máquinas elétricas 0,5%
Instrumentos de precisão	0,00	0,0%	0,13	0,5%	Instrumentos de precisão 0,5%
Plásticos	0,22	1,4%	0,13	0,4%	Plásticos 0,4%
Subtotal	13,06	80,1%	27,77	98,7%	
Outros	3,25	19,9%	0,38	1,3%	
Total	16,31	100,0%	28,15	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 6 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2017
Importações					
Farmacêuticos	21,30	57,8%	20,60	56,7%	Farmacêuticos 56,7%
Instrumentos de precisão	7,87	21,3%	7,58	20,9%	Instrumentos de precisão 20,9%
Máquinas mecânicas	1,40	3,8%	4,20	11,6%	Máquinas mecânicas 11,6%
Máquinas elétricas	0,66	1,8%	1,32	3,6%	Máquinas elétricas 3,6%
Óleos essenciais e resinoides	0,62	1,7%	0,81	2,2%	Óleos essenciais e resinoides 2,2%
Plásticos	0,42	1,1%	0,40	1,1%	Plásticos 1,1%
Borracha	0,09	0,2%	0,19	0,5%	Borracha 0,5%
Ouro e pedras preciosas	0,10	0,3%	0,18	0,5%	Ouro e pedras preciosas 0,5%
Bebidas e álcool etílico	0,15	0,4%	0,15	0,4%	Bebidas e álcool etílico 0,4%
Obras diversas	0,42	1,1%	0,15	0,4%	Obras diversas 0,4%
Subtotal	33,03	89,6%	35,57	97,9%	
Outros produtos	3,85	10,4%	0,76	2,1%	
Total	36,88	100,0%	36,32	100,0%	

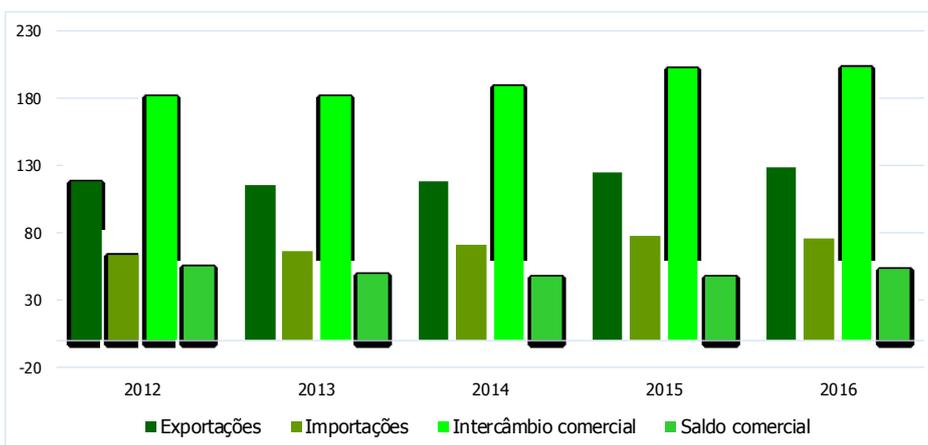
Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Fevereiro de 2017.



Evolução do comércio exterior da Irlanda
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2012	118	-7,3%	63	-5,9%	181	-6,8%	55
2013	115	-2,1%	66	4,3%	181	0,2%	49
2014	118	2,6%	71	7,7%	189	4,4%	47
2015	125	5,4%	78	9,4%	202	6,9%	47
2016	128	2,8%	75	-3,0%	204	0,5%	53
Var. % 2012-2016	8,8%		19,3%		12,4%		-3,3%

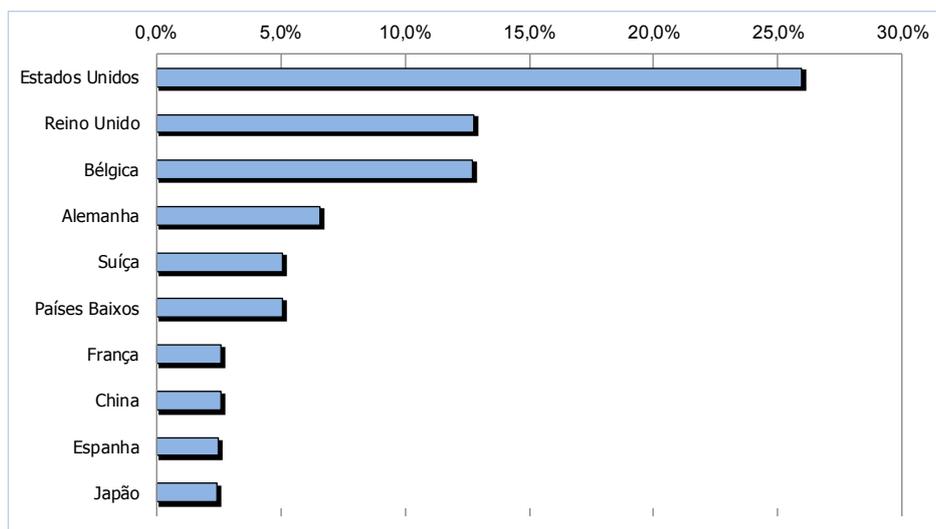
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.



O comércio exterior da Irlanda apresentou, em 2016, aquecimento de 12,4% em relação a 2012, de US\$ 181 bilhões para US\$ 204 bilhões. Nesse período, as exportações aumentaram 8,8% em razão, sobretudo, do aquecimento nas vendas de instrumentos de precisão, e máquinas. As importações aumentaram 19,3%, resultado do aumento nas compras de aviões, máquinas e produtos farmacêuticos. No ranking do TradeMap/Unctad em 2015, a Irlanda figurou como o 33º mercado mundial, sendo o 33º exportador e o 37º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, registrando saldo positivo de US\$ 53 bilhões em 2016.



Principais destinos das exportações da Irlanda 2016

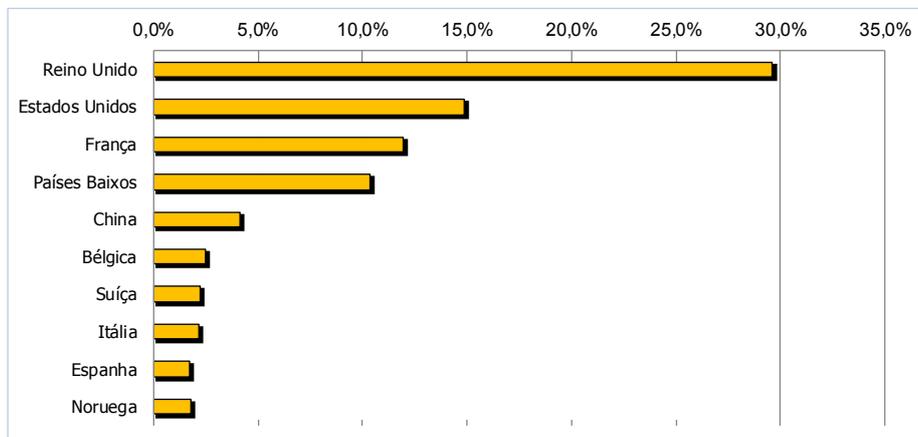


Os vizinhos da União Europeia são os principais destino das vendas irlandesas. Em 2016 absorveram 51% do total. Individualmente, os Estados Unidos são os principais compradores dos produtos irlandeses com 25,9%, seguidos do Reino Unido (12,7%); Bélgica (12,7%); Alemanha (6,6%); Suíça (5,1%) e Suíça (5,1%). O Brasil posicionou-se no 35º lugar entre os compradores do país, com 0,2% do total.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.



Principais origens das importações da Irlanda 2016



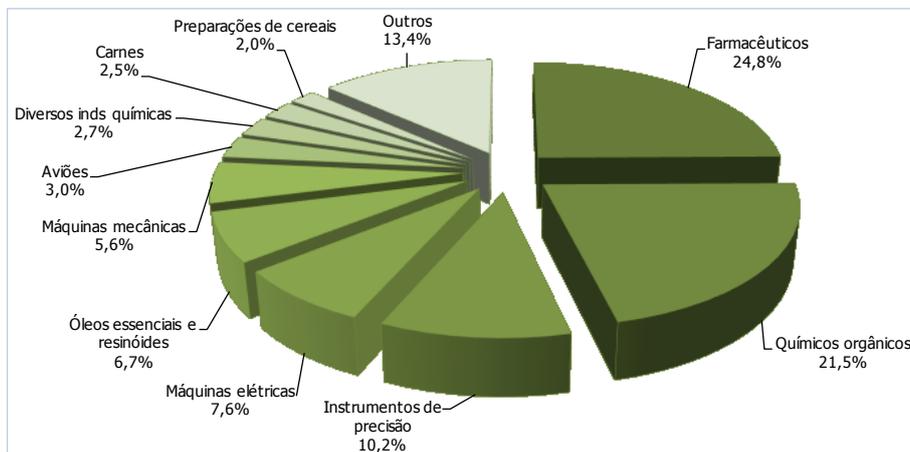
Os vizinhos da União Europeia são os principais fornecedores do mercado irlandês. Em 2016 somaram 68% do total, sendo o Reino Unido o maior fornecedor (29,6%), seguido dos Estados Unidos (14,9%); França (11,9%); Países Baixos (10,3%); e China (4,1%). O Brasil ocupou o 31º lugar entre os fornecedores do mercado irlandês, com 0,2% do total.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.



Composição das exportações da Irlanda US\$ bilhões

10 principais grupos de produtos exportados



Os produtos farmacêuticos e químicos orgânicos somam mais da metade da pauta das exportações irlandesas. Em 2016 os farmacêuticos, representados por medicamentos e sangue humano/animal preparados para fins terapêuticos, representaram 24,8% do total, seguidos de produtos químicos orgânicos (compostos heterocíclicos, sulfonamidas, hormônios e antibióticos) com 21,5%.

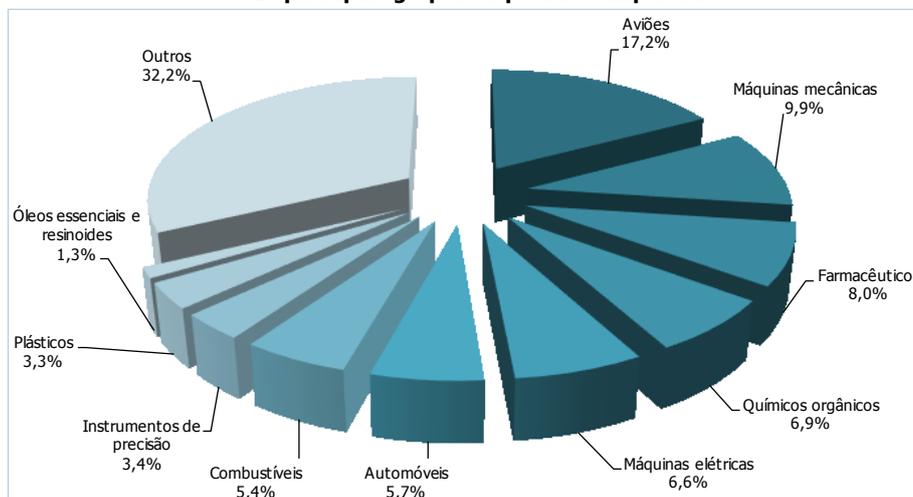
Destacaram-se também os instrumentos de precisão (aparelhos ortopédicos, instrumentos e aparelhos de uso médico, cirúrgico, de análises físicas e químicas) com 10,2%; máquinas elétricas (circuitos integrados, suportes, aparelhos de telefonia) com 7,6%; óleos essenciais e resinóides com 6,7%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.



Composição das importações da Irlanda US\$ bilhões

10 principais grupos de produtos importados



Na pauta das importações irlandesas predominam os bens com alto valor agregado. Aviões (helicópteros, aviões e suas partes) foram o principal item e somaram 17,2% do total em 2016, seguidos de máquinas mecânicas (computadores e suas partes, centrifugadoras, bombas de ar, impressoras) com 9,9%. Destacaram-se também produtos farmacêuticos (medicamentos, sangue humano ou animal preparados para fins terapêuticos) com 8%; produtos químicos orgânicos (compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos, compostos com função carboxina) com 6,9%; e máquinas elétricas (aparelhos de telefonia celular, circuitos integrados, suportes, fios e cabos) com 6,6%.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2017.



Principais indicadores socioeconômicos da Irlanda

Indicador	2014	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	8,46%	26,28%	4,94%	3,21%	3,10%
PIB nominal (US\$ bilhões)	256,27	283,72	307,92	325,83	342,85
PIB nominal "per capita" (US\$)	55.595	61.206	65.870	69.119	72.120
PIB PPP (US\$ bilhões)	238,99	305,04	324,30	341,88	360,88
PIB PPP "per capita" (US\$)	51.847	65.806	69.375	75.524	75.912
População (milhões habitantes)	4,61	4,64	4,68	4,71	4,75
Desemprego (%)	11,30%	9,45%	8,29%	7,66%	7,18%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,10%	0,00%	0,75%	1,30%	1,63%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,66%	10,23%	9,46%	9,14%	8,82%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,75	0,90	0,90	0,94	0,93

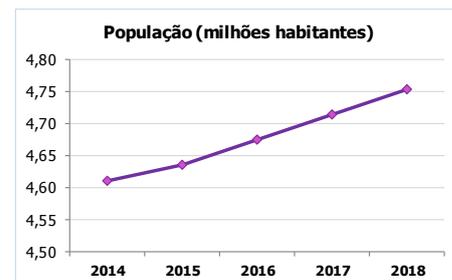
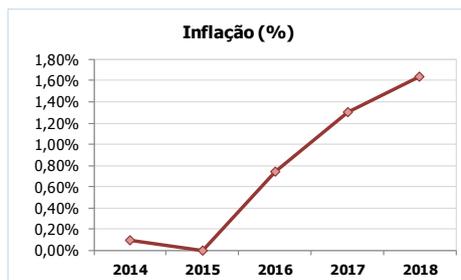
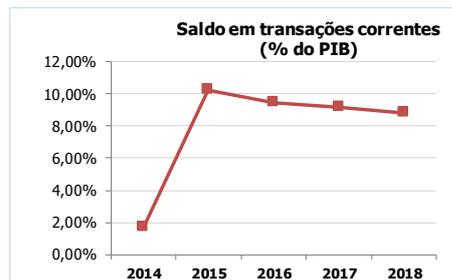
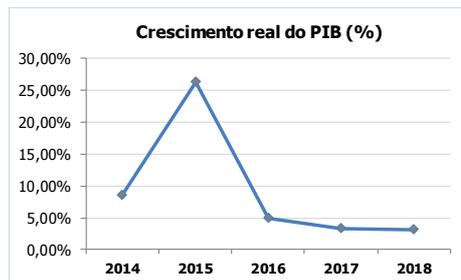
Origem do PIB (2016 Estimativa)

Agricultura	1,0%
Indústria	41,3%
Serviços	57,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2017.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Com PIB nominal estimado em aproximadamente US\$ 308 bilhões e crescimento de 4,94% em 2016, a Irlanda posiciona-se como a 36ª economia do mundo. Estimativas indicam aumentos de 3,21% em 2017 e de 3,10% em 2018. Em 2015, a economia irlandesa atingiu seu melhor desempenho com expansão de 26,28%, a maior do mundo, refletindo os investimentos das empresas multinacionais no país, estimuladas pela redução de impostos. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 57,6% do PIB em 2016, seguido do industrial com 41,3%, e do agrícola com 1,0%. O país apresenta estimativa de superávit em transações correntes de 9,46% do PIB Nominal.

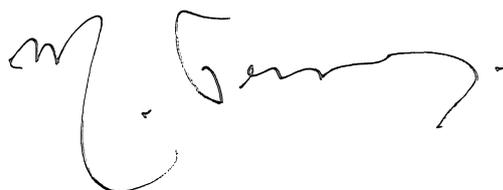


Mensagem nº 99

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017.

Brasília, 30 de março de 2017.



Mensagem nº 100

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que ‘Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País’”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017.

Brasília, 30 de março de 2017.



Mensagem nº 102

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis e à Sífilis Congênita”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.430, de 31 de março de 2017.

Brasília, 31 de março de 2017.



Parecer





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 4, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº49, de 2015, que Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado

30 de Março de 2017



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015 (Projeto de Lei nº 6897/2006, na Casa de origem), do Deputado Luis Carlos Heinze, que *dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.*



SF/17324.15803-20

Relator: Senador **RONALDO CAIADO**

I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015 (Projeto de Lei (PL) nº 6.897, de 2006, na origem), do nobre Deputado Luis Carlos Heinze, que *dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.*

A Proposição se compõe de cinco artigos, a seguir descritos.

No **art. 1º** a Proposição estabelece como objeto da norma a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos

1





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países nas formas *in natura* ou semiprocessada.

O **art. 2º** estabelece que todos e quaisquer produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de quaisquer países nas formas *in natura* ou semiprocessada somente poderão ser comercializados, estocados, processados, industrializados, acondicionados ou transitar pelo território nacional se, previamente, houverem sido submetidos: à análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos ou afins, micotoxinas ou outras substâncias tóxicas, e cujo laudo ou certificado ateste que, se existentes, tais resíduos não excedem os limites máximos estabelecidos em regulamento; e à inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou animal, conforme o caso, e cujo laudo ou certificado ateste a inexistência de infecções ou infestações por patógenos ou parasitos.

No **art. 3º** são arroladas, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, sanções aplicáveis aos infratores de dispositivos da nova Lei.

O **art. 4º** fixa parâmetros que deverão constar em regulamento acerca de limites máximos, considerados seguros para a saúde humana e animal, de resíduos químicos que poderão ser tolerados em produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, e ainda estatui ser zero a tolerância para dioxinas e para princípios ativos de agrotóxicos ou afins não registrados no Brasil, na forma da legislação em vigor.

Por fim, o **art. 5º** estatui a cláusula de vigência, estabelecendo que a lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação.

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), foi a matéria foi aprovada, na forma da Emenda Substitutiva n.º 01, que passou a constituir parecer da Comissão.

Em face da aprovação do Requerimento n.º 33, de 2016, de autoria do Senador PAULO ROCHA, a matéria foi designada para o exame na CRE.

Não foram apresentadas outras emendas ao Projeto.



4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

II – ANÁLISE

Ressaltamos, inicialmente, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o PLC nº 49, de 2015, por força das atribuições estabelecidas nas disposições do inciso II do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere competência à Comissão para opinar sobre comércio exterior.

Queremos, em mais essa oportunidade, reconhecer a importância da iniciativa do Deputado Luis Carlos Heinze, sempre atento e firme na defesa do agronegócio brasileiro.

É fundamental destacar que acolhemos a Proposição na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a visão e a determinação de defender os interesses do agronegócio brasileiro - naquilo que concerne aos riscos de introdução de pragas e doenças de difícil controle no território nacional -, e para corresponder às preocupações da sociedade em relação ao risco de intoxicações alimentares advindas da ingestão de produtos importados sem uma criteriosa fiscalização e controle. Aliás, essas foram também as preocupações que nortearam a iniciativa da matéria na Câmara dos Deputados.

Com efeito, em apertada síntese, o PLC nº 49, de 2015, exige que os produtos nas formas *in natura* ou semiprocessada sejam submetidos à:

a) análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos ou afins, micotoxinas ou outras substâncias tóxicas, atestando o laudo ou certificado que, se existentes, tais resíduos não excedem os limites máximos estabelecidos em regulamento;

b) inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou animal, conforme o caso, atestando o laudo ou certificado a inexistência de infecções ou infestações por patógenos ou parasitos.

No mérito, a Proposição busca elevar o controle de resíduos e da inspeção sanitária em todos os produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados nas formas *in natura* ou semiprocessadas.



3





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Ademais, a Proposição estabelece também que o cumprimento dessas exigências será comprovado por meio de laudo técnico ou certificado firmado por profissional legalmente habilitado e define sanções e penalidades para o caso de infração às disposições estabelecidas, que vão desde multa, condenação e inutilização do produto, suspensão de autorização, registro ou licença, cancelamento das mesmas, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, até a destruição dos produtos irregulares, o que poderia garantir maior segurança ao processo de internalização dos produtos de que trata o PLC. Ainda no que tange ao mérito, entende-se que a Proposição inova o marco legal.

Quanto à forma, para atendimento à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, faz-se necessário ajustes referentes à consolidação das leis e outros atos normativos.

Observe-se que, no que se refere à constitucionalidade do PLC, o Parlamento detém competência para propor legislação a respeito de produção e consumo, conforme art. 24, inciso V, da Constituição Federal (CF).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Entretanto, não poderíamos deixar de agradecer aos representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério de Agricultura e Reforma Agrária e do Ministério da Indústria e Comércio, que se dispuseram a discutir exaustivamente o mérito da matéria em audiências públicas e contribuíram de forma significativa para nos fazer entender, pelos mais diversos ângulos, os riscos advindos de uma eventual aprovação do PLC nº 49, de 2015, a despeito dos melhores propósitos que amparam a iniciativa.

Foi a discussão sem preconceitos ou dogmas que nos levou a rever a posição que adotamos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na ocasião em que relatamos a matéria.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Expandimos o debate, inserimos os aspectos técnicos e jurídicos dos acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e, ao fim, prevaleceu o exame de mérito que respeita a estratégia comercial do agronegócio brasileiro, em sua luta por maior inserção internacional e ampliação de seus mercados.

A despeito do mérito inicialmente festejado na Proposição, o que agora se pondera com ênfase, sobre as disposições propostas, é acerca da real possibilidade de contencioso, tecnicamente amparado no princípio geral da não discriminação – fundamento principal do posicionamento contrário, também expresso pelo Itamaraty em Nota –, do qual decorre a aplicação de dois princípios específicos: i) tratamento nacional, e ii) cláusula da nação mais favorecida.

Em suma, o princípio do tratamento nacional evoca tratamento isonômico entre produtos similares de origem estrangeira e aqueles produzidos internamente. Por sua vez, a cláusula da nação mais favorecida estabelece que toda parte-contratante deve dispensar às demais partes tratamento não menos favorável àquele dispensado aos produtos de qualquer outro país.

Ilustrativamente, menciona-se que o Acordo sobre Implementação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, aprovado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, determina, em seu Artigo 2º, que as medidas sanitárias ou fitossanitárias não devem arbitrariamente ou injustificadamente promover discriminação entre os produtos oriundos do país importador e os importados, nem ser aplicadas de modo que resultem em restrições disfarçadas ao comércio internacional.

Nesse contexto, corroboramos integralmente o posicionamento do Itamaraty, manifestado em Nota Técnica, no sentido de reconhecer que o PLC nº 49, de 2015, apresenta “problema de incompatibilidade com o princípio do tratamento nacional, ao qual o Brasil está obrigado pelos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) e do Mercosul, o que pode gerar questionamentos de ordem legal, tanto no âmbito regional quanto no multilateral, abrindo a possibilidade de instalação de procedimentos de solução de controvérsias que poderiam levar o País a sofrer sanções comerciais por parte de importantes mercados consumidores de produtos brasileiros”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

A decorrência naturalmente esperada da aprovação do texto, seria, como bem observa o Itamaraty, o enfraquecimento da posição brasileira de questionar, “no âmbito da OMC, medidas fitossanitárias que não se conformam às regras multilaterais e que distorcem o comércio mundial em detrimento da competitiva indústria agroexportadora nacional”.

Como agravante, observamos também que a aludida inobservância do princípio do tratamento nacional se encontra explicitada no Projeto, nos termos das disposições que asseguram que o ônus do controle de resíduos e da inspeção apenas se aplicariam a produtos importados, não a seus similares domésticos.

Restou demonstrado que o PLC nº 49, de 2015, no que tange à inobservância do princípio do tratamento nacional, fere padrões normativos consolidados pela Organização Mundial do Comércio, pela Organização Mundial de Saúde Animal e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Assim, procede, no nosso entendimento, a preocupação do Itamaraty no sentido de que “a aprovação do Projeto de Lei traria prejuízos às relações políticas e comerciais do Brasil com seus vizinhos, uma vez que as novas exigências serão fatalmente encaradas como restrições disfarçadas ao comércio e um retrocesso brasileiro nos temas mencionados”.

Na matéria em exame, entendemos que o elemento central a prevalecer, de forma madura e responsável, é que o Estado brasileiro conscientemente respeita os acordos internacionais que assina e seu ordenamento jurídico acolhe, por força de regras constitucionais, as determinações advindas dos tratados e acordos com a mesma força manifesta nas leis aprovadas nas Casas do Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República.

Nesta visão, não interessa ao produtor doméstico a aprovação de medidas normativas que contrariem acordos e princípios de comércio internacional, posto que isso colocaria o País em estado de insegurança jurídica, que pode gerar, inclusive, a responsabilização internacional do Brasil por fóruns internacionais de comércio, a exemplo da OMC, expondo a economia nacional a sanções comerciais nos mais importantes mercados consumidores do mundo.



SF/17324.15803-20



8



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Por todo exposto vê-se que o PLC nº 49, de 2015 vai de encontro ao regramento do comércio internacional, razão pela qual merece nesta Comissão de Relações Exteriores a sua rejeição, pela afronta evidente a normas internacionais às quais o Brasil está vinculado e interessa salvaguardar, como a melhor forma, inclusive, de resguardar a produção doméstica contramedidas internacionais protecionistas que apresentem o mesmo viés identificado na Proposição.

III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos pela **rejeição** do PLC nº 49, de 2015.

Sala da Comissão,

Senador Ronaldo Caiado, Relator
DEM/GO



7





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CRE, 30/03/2017 às 09h - 5ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	3. HÉLIO JOSÉ
ROMERO JUCÁ	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA
HUMBERTO COSTA	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
LINDBERGH FARIAS	4. ACIR GURGACZ PRESENTE

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
PEDRO CHAVES PRESENTE	2. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes

THIERES PINTO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 49/2015)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA REJEIÇÃO DA MATÉRIA.

30 de Março de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar à família do empresário Victor Hugo Fialho, falecido hoje, dia 03 de abril de 2017, aos 80 anos, em Sant'Ana do Livramento/RS.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar à família do empresário **Victor Hugo Fialho**, falecido hoje, dia 03 de abril de 2017, aos 80 anos, em Sant'Ana do Livramento/RS.

Victor Hugo Fialho nasceu em Sant'Ana do Livramento, em 22 de julho de 1937. Foi casado com Maria Elizabeth Posada de Fialho, de tradicional família uruguaia, com quem teve quatro filhos: Leonardo, Cláudio, Karen e Bruno.

Atuante na comunidade, foi presidente do Rotary Clube Livramento, Clube Campestre, também foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Livramento, assumindo em 2004 após a renúncia do então presidente Orestes Pacheco, e eleito em 2005 para a gestão 2005/2007. Um potencial propulsor de desenvolvimento, possuidor de uma força desconhecida para muitos.

Da vida profissional ainda pode-se destacar sua passagem pela antiga SAVAG, a fundação dos Supermercados Pegue & Pague em 1964. Orgulha-se de ter fundado a primeira indústria brasileira de cabelos para bonecas, onde forneceu matéria-prima para as maiores indústrias de brinquedos do Brasil e exterior. Destacado empreendedor, fundou em 1970 o grupo Quadra em Sociedade com Nicolas Emmanuel Galanos, onde tinham 06 lojas. Em 1975, fundou a transportadora Fiel. Também em sociedade com Nicola Gallanos, fundou em 1976 a construtora Galanos Fialho Ltda., sociedade que existe até hoje e desta um dos maiores empreendimentos foi a construção do Jardim Athenas. Cabe ressaltar que na década de 70 suas



empresas geraram mais de 600 empregos diretos. Além destas empresas, ele foi sócio da Empresa Posada Fialho & Cia Ltda., desde 1989.

Victor Hugo Fialho foi um empresário, empreendedor e um apaixonado pela sua terra. Viveu vários anos comprometido com o propósito de ver a cidade de Livramento crescer sob a bandeira do desenvolvimento turístico e soluções viáveis para o comércio, como foi sua participação na aprovação da Lei dos Free Shops em cidades gêmeas de fronteira, através de sua dinâmica atuação na diretoria da ACIL, onde atuou como vice-presidente.

Sala das Sessões,

**Senadora Ana Amélia
(PP-RS)**



Término de Prazo



Encerrou-se no dia 31 de março o prazo, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^os 497, de 2013; 292 e 583, de 2015.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado n^os 292 e 583, de 2015, vão à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado n^o 497, de 2013, retorna à Secretaria-Geral da Mesa para elaboração do texto final e posterior remessa à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval	SP
Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Elmano Férrer	PI
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS
Zeze Perrella	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Eduardo Amorim	PSDB / SE
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Lasier Martins	PSD / RS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ângela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Lopes	PRB / RJ
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Pedro Chaves	PSC / MS
Thieres Pinto	PTB / RR
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	22
Bloco Social Democrata	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Moderador	9
S/Partido	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Atáides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,57,66,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Regina Sousa (35)</p> <p>Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93)</p> <p>Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (32,51)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Atáfides Oliveira (75)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (102)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,13,113)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</p> <p>Líder Wilder Moraes - PP (38,122)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,108)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (109)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>	<p>PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)</p> <p>Vice-Líderes Kátia Abreu (125) Valdir Rupp (124)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
 Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
 Senador José Maranhão (PMDB-PB)
 Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
 Senador Paulo Rocha (PT-PA)
 Senador Lasier Martins (PSD-RS)
 Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
 Senador Jorge Viana (PT-AC)
 Senador Hélio José (PMDB-DF)
 Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
 Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 21/03/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	6. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,11,13)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-LBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz(Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado(Of. 53/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet ⁽⁷⁾	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3.
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4.
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
VAGO ^(1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽³⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁸⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp ⁽¹¹⁾
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Eduardo Braga ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁶⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO (1,8)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1)	2.
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1.
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. n° 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. n° 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. n° 85/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varela

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3.
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
VAGO ^(3,6)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Bruno Souza de Barros
Telefone(s): 3303 1095
E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1.
Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2.
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3.
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁸⁾	1.
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁸⁾	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Raimundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (2,3,4,5,6)

Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	
Senador Eunício Oliveira (CE)	
PT	
VAGO ⁽²⁾	
PSDB	
Senador Tasso Jereissati (CE)	
PSB	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)	
PDT	
Senador Acir Gurgacz (RO)	
PR	
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾	
PSD	
Senador Otto Alencar (BA)	
DEM	
Senador José Agripino (RN)	
PP	
Senador Ciro Nogueira (PI)	
PTB	
VAGO ^(4,6)	
PPS	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	
PCdoB	
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PRB	
VAGO ^(1,8,9,10,11)	
REDE	
Senador Randolfe Rodrigues (AP)	

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO (3)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4,5,6,9,10)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcelo Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 002/2017-LIDPRB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(2,4,5,6)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(1,4,5,6,7)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
VAGO ^(4,5,6,7)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. Nº 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

